



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

CONCOMITANTE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**TÉCNICO DE
NÍVEL MÉDIO EM
FLORESTAS NA
FORMA
CONCOMITANTE**



Campus Lábrea

2018

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

Ricardo Vélez Rodríguez
Ministro da Educação

Antônio Venâncio Castelo Branco
Reitor do IFAM

Lívia de Souza Camurça Lima
Pró-Reitora de Ensino

José Pinheiro de Queiroz Neto
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e
Inovação

Sandra Magni Darwich
Pró-Reitora de Extensão

Josiane Faraco de Andrade Rocha
Pró-Reitora de Administração e Planejamento

Jaime Cavalcante Alves
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Francisco Marcelo Rodrigues Ribeiro
Diretor Geral do *Campus Lábrea*

Deborah Pereira Linhares da Silva
Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e
Extensão do *Campus Lábrea*

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Servidores designados pela Portaria Nº 157 – DG/IFAM/CLB/2018 para comporem a Comissão de Criação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante a ser ofertado para ao Povo Jarawara, pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM / *Campus* Lábrea e servidores da FUNAI, designados pelo Memorando Circular Nº 03/2018/CR-MPur/FUNAI, para acompanhamento e apoio da Comissão de Criação.

PRESIDENTE	Claudina Azevedo Maximiano
MEMBROS	Deborah Pereira Linhares da Silva Edson Maia Galvão Alessandra de Souza Fonseca
Equipe FUNAI	José Raimundo Pereira Lima Rônia Lima da Silva Apurinã Luiz Carlos Lages S. A. Marques

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
2	APRESENTAÇÃO.....	5
3	JUSTIFICATIVA E HISTÓRICO	9
3.1	HISTÓRICO DO IFAM	17
3.1.1	O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDs Manaus e Coari.....	18
3.1.2	A Escola Agrotécnica Federal de Manaus.....	20
3.1.3	A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira.....	21
3.2	O IFAM NA FASE ATUAL.....	22
4	OBJETIVOS	24
4.1	OBJETIVO GERAL	24
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
5	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO.....	26
5.1	PROCESSO SELETIVO	26
6	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO.....	27
6.1	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	27
6.2	ITINERÁRIO FORMATIVO	28
7	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	29
7.1	PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS.....	36
7.1.1	Cidadania	37
7.1.2	Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura).....	38
7.1.3	Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática	40
7.1.4	Respeito ao Contexto Regional ao Curso.....	42
7.2	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS.....	44

7.3	FORMAÇÃO DOS PROFESSORES YARA.....	47
7.4	MATRIZ CURRICULAR	47
7.5	carga horária do curso	50
7.6	Representação gráfica do Perfil de formação	52
7.7	EMENTÁRIO DO CURSO.....	53
7.8	PRÁTICA PROFISSIONAL	58
7.8.1	Atividades complementares.....	59
7.8.2	Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.....	63
8	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	66
9	CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	69
10	BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	70
10.1	BIBLIOTECA.....	70
10.1.1	Espaço Físico.....	71
10.1.2	Acervo	71
10.1.3	Automação do Acervo	73
10.1.4	Serviços oferecidos	74
10.2	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	74
11	PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	76
11.1	CORPO DOCENTE	76
11.2	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	78
	Referências	80
	APÊNDICES.....	82

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO:	Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na forma Concomitante / INDÍGENA / JARAWARA
NÍVEL:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
EIXO TECNOLÓGICO:	Recursos naturais
FORMA DE OFERTA:	Concomitante
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Diurno
REGIME DE MATRÍCULA:	Modular
CARGA HORÁRIA TOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:	1200 h
CARGA HORÁRIA DO PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO TÉCNICO - PPCT:	300 h
ATIVIDADES COMPLEMENTARES:	100h
CARGA HORÁRIA TOTAL:	1600h
TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO:	4 módulos
PERIODICIDADE DE OFERTA:	Por demanda
LOCAL DE FUNCIONAMENTO:	<i>Terra Indígena Jarawara / Jamamadi / Kanamati / Aldeia Casa Nova, Lábrea-AM e IFAM Campus Lábrea.</i>
DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS:	30 vagas
MODALIDADE:	Presencial

2 APRESENTAÇÃO

O (PPC) Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Florestas, está apoiado nas legislações pertinentes a esta modalidade de ensino, principalmente às voltadas para a Educação Escolar Indígena, partindo da Constituição Federal de 1988 (CF88) e todo o histórico de luta desses Povos através do Movimento indígena.

Seguindo os princípios da Educação Escolar indígena, propomos um curso diferenciado, intercultural e bilíngue, respondendo às normas da legislação brasileira asseguradas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena - DCNEEI (RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012), documento base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional, de setembro de 2007 e na convenção 169 da organização internacional do trabalho.

A proposta curricular desse curso observou a necessidade de atender às especificidades do público alvo, considerando que são membros de um Povo indígena e suas práticas educacionais se diferenciam da educação formal, sendo necessárias as seguintes adequações:

- a) As aulas serão realizadas na língua portuguesa e língua Jarawara, considerando o princípio do bilinguismo;
- b) O ementário das disciplinas deverão ser adequados à realidade dos alunos Jarawara, considerando que a visão de mundo do Povo Jarawara e a pouca fluência da Língua Portuguesa;
- c) Produção de material didático adequado à referida etnia, a partir da dinâmica do curso, ou seja, resultado da relação professor-aluno;
- d) A partir de termos de cooperação técnica, quando necessário, abre-se a participação de professores de instituições parceiras ao projeto, com expertise na questão indígena;
- e) Os docentes não indígenas, conforme prática oral da referida etnia, serão denominados pela nomenclatura *Yara*.
- f) Os docentes que atuarão no curso, que não tenham experiência com Povos e Comunidades Tradicionais, deverão participar de Cursos de

Formação Inicial e Continuada voltados para a Educação Escolar Indígena e ao Povo Jarawara;

- g) Projeto de conclusão de curso técnico (PCCT) – decidiu-se distribuir as horas ao longo dos módulos e utilizar da metodologia da alternância para garantir o processo de pesquisa integrado à dinâmica do curso.

As posições acima elencadas, tem como referência, a primeira a reunião conjunta feita entre o Reitor do IFAM, a FUNAI/Lábrea, representantes do Movimento Indígena e do Povo Jarawara, nos dias 06 e 07 de março de 2018, em que se firmou a disposição de criação de uma equipe conjunta interinstitucional envolvendo a IFAM/campus Lábrea e a FUNAI para elaboração do Projeto do curso.

A CF 1988, assegurou-se aos Povos Indígenas no Brasil o direito de permanecerem eles mesmos, com suas línguas, culturas e tradições. No texto constitucional foi assegurado aos indígenas que a educação formal, isto é a escola, deveria contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural. Tal posição constitui-se como um rompimento com a ideia de assimilação e integração, papel assumido pela escola ao longo da história do Brasil, o que se aplica as ações de formação acadêmica em todo e qualquer nível de ensino.

As leis subsequentes à CF88 que tratam da educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação, têm abordado o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, pautada pelo uso das línguas indígenas, pela valorização dos conhecimentos e saberes milenares desses povos e pela formação dos próprios indígenas para atuarem como docentes em suas comunidades.

Art. 215, § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 242, § 1º O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. Corroborados na lei N. 11.645 de 10 de março de 2008, que assegura o ensino sobre a história da África e indígena.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) traduz aquele mandamento nos seguintes termos:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrantes de ensino e pesquisa, para a oferta de educação bilíngue intercultural aos povos indígenas.

Esse preceito legal (LDB/96) conduz à ordem administrativa superior da Educação Escolar Indígena, atribuindo à União a incumbência da organização plena da escola indígena, envolvendo todos os traços culturais e étnicos contextualizados destas comunidades.

Tendo como referência a realidade do Povo Jarawara e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena (DCNEEI), destacamos a singularidade de, no projeto deste curso, assegurarmos os princípios que regem a educação escolar indígena, sendo estes o bilinguismo, o multiculturalismo, a organização comunitária e a valorização dos conhecimentos tradicionais do Povo Jarawara.

Ainda na década de 1990 temos a construção do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas em 1998 que afirma:

Os princípios contidos nas leis dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas por uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades. Uma normatização excessiva ou muito detalhada pode, ao invés de abrir caminhos, inibir o surgimento de novas e importantes práticas pedagógicas e falhar no atendimento a demandas particulares colocadas por esses povos. A proposta da escola indígena diferenciada representa, sem dúvida alguma, uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quanto respeitadas em suas particularidades (RCNEI, pág. 34).

É importante ressaltar que as instituições precisam definir novas dinâmicas, concepções e mecanismos para responder a inclusão das demandas dos Povos Indígenas. Reafirmamos que a proposta deste curso segue essa perspectiva. A proposta é de um curso que se constitua num processo dialógico entre os docentes e técnicos e o Povo Jarawara e, por conseguinte, do Povo Jarawara com os professores e técnicos envolvidos no processo de formação.

A LDB ainda aponta em seu artigo 78 alguns objetivos da Educação Escolar Indígena:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

A proposta voltada para o Jarawara constitui-se num processo de aprendizagem para o IFAM/ Lábrea, enquanto instituição de ensino que busca o atendimento de demandas específicas relacionadas aos Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia, constituindo uma grande “Escola – da- troca”, “Escola-diálogo”, promovendo a troca de saberes.

3 JUSTIFICATIVA E HISTÓRICO

A Constituição Federal de 1988 garantiu aos povos indígenas o direito ao respeito às suas formas de vida tradicional, ou seja, assegurou o respeito às formas de ocupação da terra e reprodução sociocultural dos povos autóctones. Dessa forma, exige do Estado brasileiro o abandono à postura integralista da tradição da legislação brasileira anterior a 1988, pela qual acreditava-se que os indígenas deveriam ser incorporados à sociedade nacional. Superada a missão integralista, à União cabe legislar sobre as demandas dos povos indígenas no sentido de proteger e resguardar sua reprodução social, respeitando a diversidade cultural dos Povos Indígenas do Brasil.

Os documentos oficiais que regem a Educação Escolar Indígena no Brasil oferecem a possibilidade de valorização das línguas, dos saberes e das tradições indígenas, fato que favorece o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena e proporciona a oportunidade de recuperar suas memórias históricas e reafirmar suas identidades, dando-lhes ainda acesso aos conhecimentos técnicos científicos da sociedade nacional.

Para garantir esse direito, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (DCNEEI) em seu TÍTULO II, Art.3º, que trata dos Princípios da Educação Escolar Indígena, constitui como objetivos dessa modalidade:

- I – a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;
- II – o acesso às informações, conhecimentos técnicos, científicos e culturais da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas.

Parágrafo único: A Educação Escolar Indígena deve se constituir num espaço de construção de relações interétnicas orientadas para a manutenção da pluralidade cultural, pelo reconhecimento de diferentes concepções pedagógicas e pela afirmação dos povos indígenas como sujeitos de direitos.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre povos indígenas e tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004, reconhece “as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico” e determina que o planejamento, coordenação, execução e avaliação de qualquer projeto

ou programa destinado a esses povos deve ser realizado com sua cooperação (artigo 33) e consulta livre, prévia e informada (artigos 6º e 15º) .

No que tange a organização da escola indígena é garantida pelo Art. 5º das DCNEEI, que sejam consideradas as participações de representantes da comunidade na definição do modelo de organização e gestão, bem como:

- I – suas estruturas sociais;
- II – suas práticas socioculturais, religiosas e econômicas;
- III – suas formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem;
- IV – o uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo indígena;
- V – a necessidade de edificação de escolas com características e padrões construtivos de comum acordo com as comunidades usuárias, ou da predisposição de espaços formativos que atendam aos interesses das comunidades indígenas.

Diante dessas prerrogativas legais, tendo como referência a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) – de promover com excelência educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia – e destacando ainda o processo de interiorização e a responsabilidade socioambiental e respeito à diversidade, assume a elaboração do Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante para o Povo Jarawara, o caráter de resposta à demanda latente de oferta de cursos específicos e diferenciados aos povos indígenas.

Segundo dados da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, na região do Médio Purus existem 27 terras indígenas demarcadas e 20 outras em processo de reivindicações para demarcações (Figura 01). No total são 146 aldeias e aproximadamente 9 mil indígenas, dos quais, 14 povos indígenas vivem na região: Banawá, Jarawara, Jamamadi, Apurinã, Paumari, Suruwaha, Hi-Merimã, Mamori, Madiha Deni, Camadeni, Madiha Jamamadi, Katukina, Juma e Katawixi. A FUNAI ressalta que os Suruwaha são de recente contato e que os Hi-Merimãs são indígenas isolados sem qualquer contato com a sociedade ou etnias envolventes, ambos são atendidos pela Coordenação Frente de Proteção Etnoambiental do Purus, que está sediada nesta mesma Coordenação Regional da FUNAI. Nessa área destaca-se também a atuação da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP). Podemos ainda apontar as comunidades tradicionais de ribeirinhos, pescadores, castanheiros e seringueiros que habitam essa região, a qual se

constitui em uma complexa rede de relações em um vasto território formado por Terras Indígenas e Unidades de Conservação (Site Funai 29/03/18).

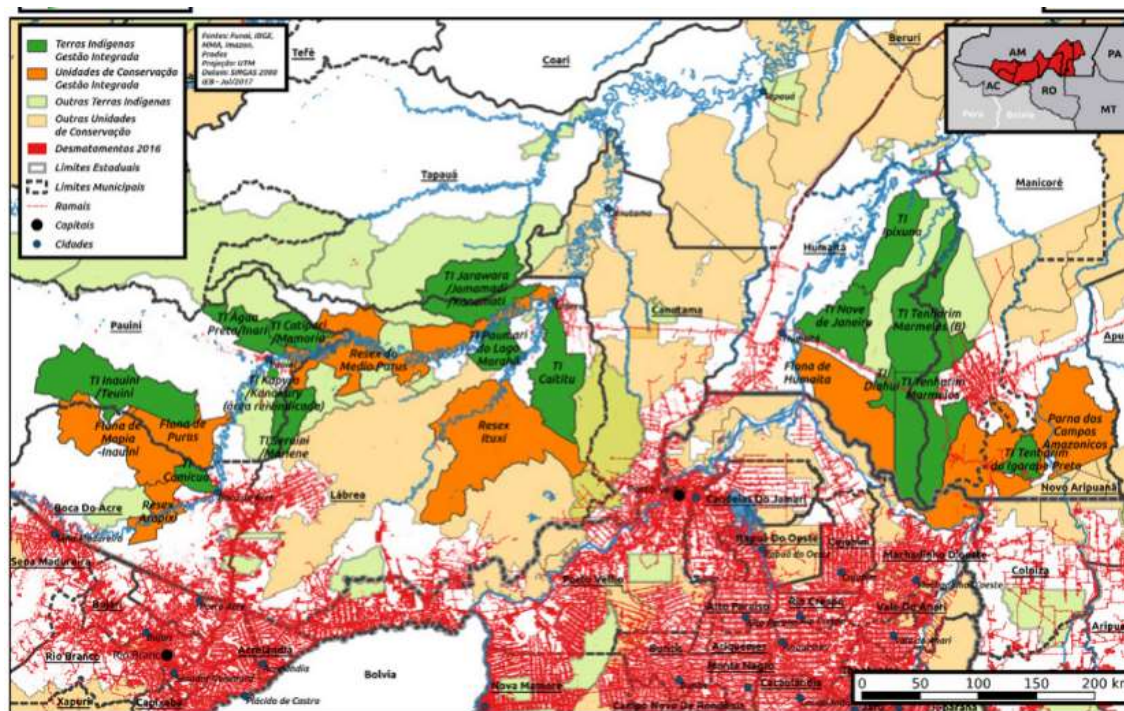


Figura 1: Mapa das Terras Indígenas e Unidades de Conservação no Sul do Amazonas¹

Vários desses povos e comunidades tradicionais têm apresentado demandas na área de Educação Básica e Formação Profissional. Tendo em vista esta prerrogativa, o IFAM *campus* Lábrea inicia esse processo de atendimento a essas demandas específicas com o Povo Jarawara, cuja consulta apontou o Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante.

No intuito de respeitar a diversidade do Povo Jarawara, tomamos como referência o Plano de Gestão Territorial Jarawara (PGTA)², da Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati. A referida Terra Indígena está localizada no município de Lábrea - AM, a 17,5km de distância da sede do município, possuindo uma área total de 396.890 hectares, abrangendo principalmente

¹ Fonte: Plano de Gestão Integrada Instituto de Educação Internacional do Brasil (IEB).

² Estamos utilizando a versão ainda não publicada do PGTA da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati, pois como foram concluídos recentemente dos trabalhos, a FUNAI está em processo de revisão e adequação dos mapas para publicação ainda no ano de 2018.

áreas de terra firme, situada entre as microbacias dos rios Cainã e Mamoriazinho (afluentes do rio Purus) e rio Piranha, afluente do rio Cuniuá.

Essa terra indígena abrange os antigos territórios dos povos Mowara, Tukan, Wayafi, Nakaniyafi, Banawá, Hi-Merimã, Jamamadi, Jarawara e outros ancestrais. Depois da colonização da comunidade por não indígenas na região, por volta de 1880, esses povos se reorganizaram entre si e no território, principalmente em fugas do contato e de doenças. Novas relações foram estabelecidas a partir do sistema de aviamento, durante o chamado Ciclo da Borracha.

A terra indígena foi homologada em 1998 e atualmente está ocupada pelos povos Jamamadi, Jarawara, Apurinã e Paumari, em caráter permanente, e pelo povo Banawá, para utilização de recursos em áreas de uso tradicional. Os Jarawara chamavam alguns Jamamadi de Kanamati e os Jamamadi chamavam alguns Jarawara de Kanamati – segundo Edmar Jarawara, por isso o nome da Terra Indígena fazer referência aos três povos.

O povo Kanamati era um dos povos ancestrais, remetendo a uma forma antiga de como os Jarawara se referiam ao povo Jamamadi, não existindo mais pessoas que se identifiquem como Kanamati.

O atual povo Jarawara é formado, principalmente, pela união de dois povos, Waiyafi e antigos Jarawara. O povo Waiyafi habitava a região do alto rio Cainã e, principalmente, a região do rio Mamoriazinho, regiões em que há territórios identificados como de uso tradicional de alguns Jarawara e de uso frequente do povo Jamamadi. O compartilhamento desse território é evidenciado pela presença do sangue Waiyafi entre os atuais Jarawara e Jamamadi, além de esses mesmos se reconhecerem como filhos de Waiyafi frequentemente.

O povo Jarawara ocupa a várzea do rio Cainã. Suas aldeias estão situadas em terra firme ou áreas altas próximas a esse rio. Esse modo de ocupação os coloca em proximidade a recursos como açaí, castanha, seringa e recursos pesqueiros. Possuem um expressivo conhecimento para a produção de utensílios agrícolas e pesqueiros e acervo de artesanato diverso, com muitos itens de confecção tradicional. O xinã (rapé) é um de seus artesanatos mais procurados e reconhecidos regionalmente pela qualidade. O xinã Jarawara é feito com folhas de tabaco tradicional (xinã) e não possui efeitos

alucinógenos ou outros, senão aqueles proporcionados pelo consumo de tabaco comum. O uso tradicional do xiná era dos pajés para se ligarem a forças espirituais em rituais de cura ou festividades. Paralelamente, se tornou um item recreativo que os índios usam em suas conversas rotineiras, principalmente à noite, quando conversam sobre como foi o dia e sobre o planejamento dos próximos.

A Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati é um importante abrigo da sociobiodiversidade regional. Muitos são os ecossistemas presentes, com diversidade de ambientes aquáticos (rios, lagos, igarapés, cabeceiras e chavascas), áreas extensas sujeitas à alagação (várzea), áreas extensas de terra firme e unidades de paisagem diversas que permitem o abrigo, alimentação e reprodução da fauna regional. Essa região entre os rios Piranha, Cainã e Mamoriazinho configura um mosaico ambiental de extrema conservação e importância para os hábitos indígenas, ciclo reprodutivo de peixes (o produto com maior mercado em Lábrea), a presença de índios autônomos (Hi-Merimã), um refúgio e um interflúvio para a circulação de animais entre bacias diferentes, conectando-se inclusive à bacia do rio Juruá. Destaca-se ainda como um local de expressiva diversidade da flora, sendo um importante banco de sementes selvagem.

As características da sociobiodiversidade, aliadas ao grande conhecimento desses povos no manejo dessas áreas e espécies, configuram uma grande oportunidade para parcerias para a conservação e combate às mudanças climáticas, pois demonstram a testes simples a grande adicionalidade da Terra Indígena em comparação ao território do município. É importante atentar, em análise às imagens e dados do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES) que esse território é um dos mais conservados do município de Lábrea que, por sua vez, sempre figura entre os municípios com maior índice de desmatamento do estado do Amazonas, oriundo do avanço da fronteira agrícola do estado de Rondônia. É importante ainda ressaltar que a Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati é muito próxima à sede do município, conforme se observa na figura 2, sendo assediada frequentemente por moradores de Lábrea.

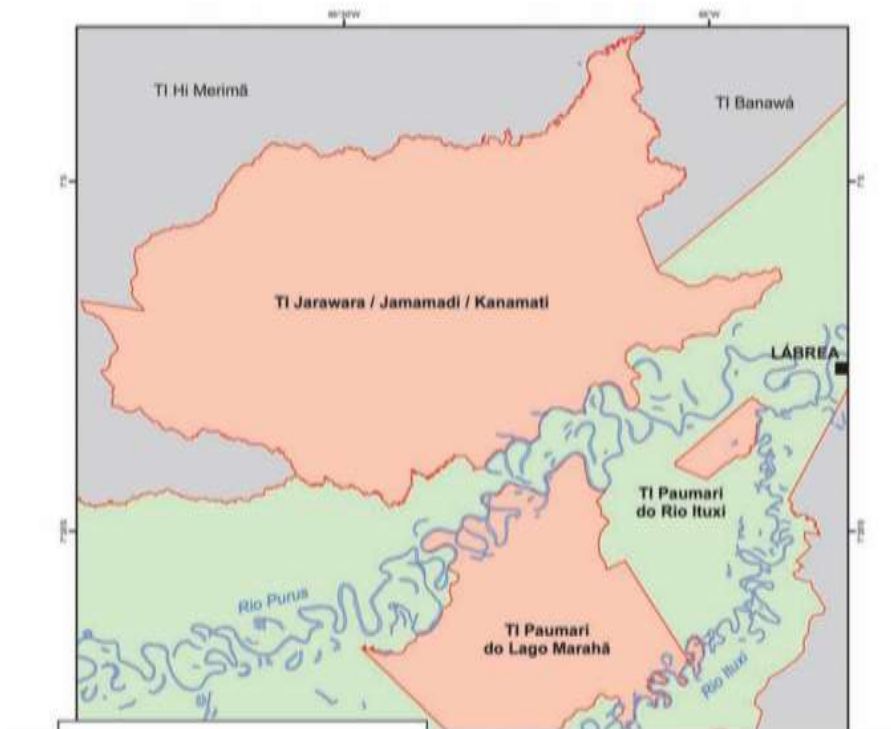


Figura 2: Mapa da Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati Lábrea – AM³

Consideramos também como base para pensar a proposta de curso, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) – firmada pelo Decreto nº 7.747, de 5 de julho de 2012. Tem por objetivo:

[...] Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

Para efetivação dessa política, são apresentados vários instrumentos de gestão, fruto de várias experiências, destacando-se:

[...] planos de manejo; planos de gestão territorial; planos de vida; diagnósticos participativos; estudos e pesquisas no âmbito das escolas nas aldeias, com metodologias, tempos e abordagens diferenciadas e buscando o diálogo sobre a gestão das terras indígenas. (BAVARESCO & MENEZES: 2014, p.25)

³ SCHRÖEDER e COSTA, 2008.

Atentamos para o eixo 7 da PNGATI que aponta para ações na área da formação acadêmica, tendo como objetivos específicos:

- a - promover a formação de quadros técnicos, estruturar e fortalecer os órgãos públicos e parceiros executores da PNGATI;
- b - qualificar, capacitar e prover a formação continuada das comunidades e organizações indígenas sobre a PNGATI;
- c - fortalecer e capacitar as comunidades e organizações indígenas para participarem na governança da PNGATI;
- d - promover ações de educação ambiental e indigenista no entorno das terras indígenas;
- e - promover ações voltadas ao reconhecimento profissional, à capacitação e à formação de indígenas para a gestão territorial e ambiental no ensino médio, no ensino superior e na educação profissional e continuada;
- f - capacitar, equipar e conscientizar os povos indígenas para a prevenção e o controle de queimadas e incêndios florestais; e
- g - promover e estimular intercâmbios nacionais e internacionais entre povos indígenas para a troca de experiências sobre gestão territorial e ambiental, proteção da agrobiodiversidade e outros temas pertinentes à PNGATI.

A partir do eixo 7 da PNGATI apontamos o contexto da luta por educação realizado pelo Povo Jarawara. Em 2011, apresentaram a demanda de ensino médio à Secretaria Estadual de Educação – SEDUC. Em 2016, teve início o primeiro ano do Ensino Médio na Aldeia Casa Nova, na modalidade mediada por tecnologia⁴. Em 2018, esses alunos Jarawara iniciaram o terceiro ano do ensino médio (Aldeias Casa Nova e Saubinha) e também se iniciou uma nova turma de primeiro ano com alunos de várias aldeias.

Os Jarawara, vivem em três (3) aldeias: Água Branca, Saubinha-Canta Galo, Casa Nova-Nascente. A aldeia Água Branca é uma aldeia que fica localizada entre as aldeias Saubinha e Casa Nova. Há uma dinâmica diferenciada com relação a ocupação das aldeias, que segue a lógica da sazonalidade amazônica com relação às aldeias Saubinha e Canta Galo e com relação à Casa Nova e Nascente. No período da vazante do rio, o grupo que reside na aldeia Saubinha, durante a seca, passa a residir na aldeia Canta

⁴ A mediação tecnológica funciona da seguinte forma: os alunos assistem às aulas ministradas para todo interior do Amazonas. As aulas são ministradas por professores em um estúdio em Manaus e retransmitidas ao vivo. Os alunos participam das aulas assistindo através de um aparelho de televisão.

Galo na cheia. O grupo que vive na aldeia Casa Nova, durante o período da seca, passa a ocupar a aldeia Nascente na cheia. Destaca-se que essa é a única aldeia com ensino médio entre os municípios de Pauini -AM e Tapauá -AM, no Médio Purus, o que denota a urgência e emergência do desenvolvimento de políticas públicas específicas na área da educação escolar indígena para se atender a essa demanda.

Assim, atendendo aos anseios do povo Jarawara, contidos em seu PGTA, eixo 7 da PNGATI, o IFAM – *Campus* Lábrea se propõe a ofertar o Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso II, do Decreto no 5.154, de 2004, aos alunos que estão cursando o ensino médio na Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati, com validade nacional, conforme a legislação aplicável.

A escolha pelo Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante, tanto pelos indígenas quanto pelo IFAM, atende à necessidade de formação técnica para os indígenas, uma vez que, a Constituição Federal, no artigo 231, parágrafo segundo, determina não só a posse sobre as terras que esses indígenas ocupam, mas também o direito em relação ao processo produtivo, à preservação do meio ambiente e à reprodução física e cultural dos indígenas.

A modalidade da Educação Escolar Indígena, de acordo com a Lei Nº 9.394/1996, Lei nº 5.692/1971 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Lei 11.741, de 2008, deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional. A partir da edição do Decreto Lei nº 5.154, de 23 de julho de 2004, a oferta de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Concomitante com o Ensino Médio tornou-se fato possível de ser realizado pelos Institutos Federais de Ensino Técnico, é uma opção concreta aos egressos do Ensino Fundamental que pretendem obter, já na etapa final da Educação Básica, uma habilitação profissional.

A implantação de um Curso Técnico de Nível Médio em Floresta na Forma Concomitante, com ações e metodologias voltadas para o Povo indígena Jarawara, reforça as ações dirigidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação, criada em 2004, como reconhecimento da diversidade sociocultural

como um princípio da política pública educacional (PALADINO; ALMEIDA, 2012), dialogando sobre conceitos como interculturalidade, que traz a ideia de “inter-relação, diálogo e troca entre culturas diferentes e supõe a coexistência da diversidade como riqueza” (PALADINO; ALMEIDA, 2012, p.16).

Quanto à construção da Educação Profissional Indígena, conforme o documento base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (MEC, 2017, p. 64):

A educação profissional integrada à educação escolar indígena deve encontrar estratégias para a apropriação indígena dos conhecimentos técnicos e tecnológicos úteis ao seu desenvolvimento econômico, cultural e social; deve respeitar a diversidade cultural e linguística dos povos indígenas, deve fundamentar-se no envolvimento coletivo, comunitário e acatar os projetos sociais de busca de autonomia econômica, de autodefesa, de autovalorização. Deve buscar novos conhecimentos e conjugar-se aos conhecimentos tradicionais, valores e concepções indígenas.

Tendo como referência as perspectivas apresentadas no PGTA do Povo Jarawara, organizamos esta proposta no intuito de “[...] contribuir com a sua comunidade na construção coletiva de uma educação escolar que seja coerente com as suas concepções próprias, seja de sociedade, de pessoa humana, de relação com a natureza, entre outras” (MEC, 2017, p.66).

3.1 HISTÓRICO DO IFAM

Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionavam aos jovens o Ensino Profissional, quais sejam: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), o qual contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, sendo uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Cada uma autônoma entre si e com seu próprio percurso histórico, mas todas as instituições de referência de qualidade no ensino.

Com a missão de promover uma educação de excelência por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, e visando à formação do cidadão crítico, autônomo, empreendedor e comprometido com o

desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, em 29 de dezembro e 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sanciona o Decreto Lei Nº 11.892, criando trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No Amazonas, por meio desse Decreto, as três instituições federais supracitadas passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Deste modo em 2009, o IFAM começa sua história sendo composto em sua estrutura organizativa, além da recém-criada Reitoria, por cinco *Campi*, respectivamente correlacionados com as instituições anteriormente já existentes no Estado, e que passaram a ter a denominação de *Campus* Manaus Centro (antigo CEFET-AM), *Campus* Manaus Distrito Industrial (antiga Unidade de Ensino Descentralizada - UNED Manaus), *Campus* Coari (antiga Unidade de Ensino Descentralizado - UNED Coari), *Campus* Manaus Zona Leste (antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus) e *Campus* São Gabriel da Cachoeira (antiga Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira).

A seguir, transcorremos um breve relato das trajetórias históricas dessas Instituições que estão imbricadas na gênese da criação do IFAM.

3.1.1 O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDs Manaus e Coari

Por meio do Decreto N. 7.566, de 23 de setembro de 1909, foi instituída a **Escola de Aprendizes de Artífices**, no estado no Amazonas, pelo Presidente Nilo Peçanha. Sua instalação oficial ocorreu em 1º de outubro de 1910, na rua Urucará, em um chácara de propriedade da família Afonso de Carvalho. Seu primeiro diretor foi Saturnino Santa Cruz de Oliveira.

Posteriormente, a Escola passou a funcionar, precariamente, no edifício da Penitenciária do Estado. Em seguida, em um prédio de madeira, onde se ergue hoje o mercado da Cachoeirinha, ao fim da ponte Benjamin Constant, na rua Humaitá.

A partir de 1937, a Escola passou a ser denominada **Liceu Industrial de Manaus**, devido à força das modificações introduzidas no então Ministério da

Educação e Saúde, em decorrência das diretrizes determinadas no art. 129 da Constituição, de 10 de novembro de 1937.

Em 10 de novembro de 1941, o Liceu Industrial de Manaus vivenciou no Teatro Amazonas, a solenidade de inauguração de suas instalações definitivas com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e do Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema. Situado na Avenida Sete de Setembro, foi construída uma estrutura física proposta pelo Governo federal, em conformidade com a reforma educacional do Estado Novo, então imperante, o qual enfatizava, a essa altura, o progresso industrial.

É nesse contexto nacional que, por meio do Decreto Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial passou a ser chamado de **Escola Técnica de Manaus**. Alguns anos depois, por meio da Portaria N. 239, de 03 de setembro de 1965, passou a ser denominada **Escola Técnica Federal do Amazonas**.

A expansão da Rede Federal de Educação foi contemplada no Plano de Desenvolvimento da Educação no governo do presidente José Sarney (1985-1990). Por meio da Portaria Nº 67, do Ministério da Educação, de 06 de fevereiro de 1987, foi criada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Manaus, a qual entrou em funcionamento em 1992, localizada na Avenida Danilo Areosa, no Distrito Industrial, em terreno cedido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), hoje *Campus Manaus Distrito Industrial*.

Nas últimas décadas do século XX, a Escola Técnica Federal do Amazonas era sinônimo de qualidade do ensino profissional para todo o Amazonas. Entretanto, por força de Decreto de 26 de março de 2001, ocorreu sua transformação institucional para **Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas** (CEFET-AM), passando a ofertar, a partir dessa data, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari, hoje *campus Coari*, foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo CEFET-AM e a Prefeitura de Coari. No dia 18 de dezembro de 2006, o funcionamento da UNED de Coari foi autorizado mediante a Portaria de Nº 1.970, do Ministério da Educação,

iniciando então as obras para a construção da unidade, que funcionou inicialmente em instalações cedidas pela Prefeitura.

3.1.2 A Escola Agrotécnica Federal de Manaus

O IFAM *Campus* Manaus Zona Leste teve sua origem nos então denominados **Aprendizados Agrícolas**, que foram criados pelo Decreto Nº. 8.319, de 20 de outubro de 1910, mesma lei inclusive que cria o ensino agrônômico no País. Enquanto as Escolas de Aprendizes e Artífices, criadas em 1909, buscavam a formação do trabalhador urbano, os Aprendizados Agrícolas almejavam formar o trabalhador agrícola, estando ambas ligadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Em 1940, por intermédio do Decreto Lei Nº. 2.255, de 30 de maio de 1940, outorgado pelo Presidente Getúlio Vargas, o **Aprendizado Agrícola Rio Branco**, com sede na cidade de Rio Branco, então Território Federal do Acre, é transferido para o Amazonas, passando a ocupar uma propriedade cedida pelo Governo do Estado do Amazonas onde funcionava o “Reformatório de Menores do Paredão” (Escola do Paredão), nas proximidades de Manaus, às margens do rio Solimões, cuja inauguração e início das atividades datam de 19 de abril de 1941.

O Decreto Lei Nº. 9.758, de 05 de setembro 1946, o **Aprendizado Agrícola Rio Branco**, em Manaus, é elevado à categoria de escola, passando a denominar-se **Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas**. Posteriormente, passou a ser chamado de **Ginásio Agrícola do Amazonas**.

Em 12 de maio de 1972, foi elevado à categoria de **Colégio Agrícola do Amazonas**, pelo Decreto Federal Nº. 70.513. Nesse mesmo ano, o Colégio instalou-se na Alameda Cosme Ferreira, zona rural do município de Manaus, hoje aglutinada ao perímetro urbano da cidade denominada de Zona Leste. Em 1979, através do Decreto Federal Nº. 83.935, de 04 de setembro, recebeu o nome de **Escola Agrotécnica Federal de Manaus**.

Em 1993, transformou-se em autarquia educacional pela Lei Federal Nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica -

SEMTEC, nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Federal Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

Em face da Lei Federal Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus Manaus Zona Leste**.

3.1.3 A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira

O Campus São Gabriel da Cachoeira tem sua origem em um processo de idealização que se inicia em 1985, no governo do então Presidente José Sarney, com o *Projeto Calha Norte*, o qual tinha como objetivo impulsionar a presença do aparato governamental na Região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira. Esse projeto fez parte das instituições a serem criadas, a partir de 4 de julho de 1986, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, implementado pelo governo brasileiro.

Denominada Escola Agrotécnica Marly Sarney, sua construção foi iniciada em 1988, por meio do Convênio Nº 041, celebrado entre a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41.

No período compreendido entre 1988 a 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da Escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósito da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Nesse período foram realizadas duas visitas técnicas a fim de se fazer um levantamento da situação da Escola, solicitadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Em maio de 1993, é realizada a segunda visita técnica à Escola Agrotécnica Marly Sarney, então sob a coordenação do Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, José Lúcio do Nascimento Rabelo, contendo as orientações referentes às obras de reformas para que a Escola começasse a funcionar com a qualidade necessária a sua finalidade.

Em 30 de junho de 1993, o então Presidente Itamar Franco assina a Lei Nº 8.670 que cria a **Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira**, tendo sua primeira Diretoria *Pro-Tempore*, sendo transformada em autarquia por meio da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

O início das atividades escolares ocorreu em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ingresso da primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária.

Em 2008, por meio da Lei Nº 11.892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus São Gabriel da Cachoeira**.

3.2 O IFAM NA FASE ATUAL

Em um processo que está em constante alteração, no início de 2018, o IFAM já conta com catorze *Campi* e um *Campus* avançado, proporcionando um ensino profissional de qualidade a todas as regiões do Estado do Amazonas. Em Manaus encontram-se os três *Campi* existentes desde sua criação e, os demais estão nos municípios de Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé. Além desses *Campi*, o IFAM possui um Centro de Referência localizado no município de Iranduba.

O IFAM proporciona Educação Profissional de qualidade com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, servindo à sociedade amazonense e brasileira.

Em Lábrea, o *Campus* foi inaugurado no dia 1º de fevereiro de 2010, na gestão do prefeito municipal de Lábrea o Gean Campos Barros.

O primeiro Diretor Geral do Campus foi o Professo Jorge Nunes Pereira, tendo como Diretora de Ensino Pesquisa e Extensão Professora Anna Cássia Souza da Silva. As atividades acadêmicas tiveram início no dia 7 de março do mesmo ano, oferecendo a Educação Profissional Técnica em nível médio integrado (Informática, Administração e Agropecuária) e o Curso Concomitante

na formação de alunos para o Secretariado, Administração, Manutenção e Suporte em Informática, Curso de Florestas e PROEJA no nível médio em Informática.

Em 2013 deu-se início ao curso Recursos Pesqueiros, PROEJA em nível médio, Secretariado, e foi implantada a modalidade de educação à distância com os cursos Concomitantes em: Agente Comunitário de Saúde, Meio Ambiente e Rede de Computadores, além de ofertarmos pós-graduação em nível de especialização em PROEJA Campo, atendendo também, Programas do Governo Federal como: Pronatec e Mulheres Mil.

Atualmente, o Campus Lábrea possui um novo gestor, o pedagogo Francisco Marcelo Rodrigues Ribeiro, sendo este o primeiro candidato eleito via processo eleitoral interno envolvendo a comunidade acadêmica (alunos, docentes e técnicos administrativos em educação).

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Preparar profissionais capazes de planejar e desenvolver atividades de conservação e de uso das florestas e de seus recursos, na interface com os conhecimentos empíricos que os sujeitos escolares/educandos já têm construídos acerca do Território Indígena Jarawara/ Jamamadi/ Kanamanti.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Contribuir para a qualificação profissional e formação acadêmica de membros da etnia Jarawara;
- b) Favorecer a formação crítica sobre a realidade dentro e fora do território de uso a partir da utilização da pesquisa como princípio educativo;
- c) Propiciar, por meio de procedimentos pedagógicos, a relação entre conhecimentos tradicionais e os conhecimentos técnicos-científicos com vistas à compreensão da contexto sociocultural com o qual os Jarawara dialogam na atualidade;
- d) Possibilitar a socialização de conhecimentos entre os professores Yara e membros do Povo Jarawara, de modo a potencializar o diálogo intercultural entre os sujeitos envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem;
- e) Estimular as relações intergeracionais entre os educandos Jarawara e membros da sua etnia, por meio da socialização de conhecimentos;
- f) Fortalecer a gestão comunitária do território e ambiente da Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati, segundo as diretrizes da PNGATI.
- g) Estimular os educandos sobre a necessidade de defesa e proteção do Território Indígena e seus recursos naturais;

- h) Promover a utilização sustentável dos recursos naturais, visando a criação de alternativas econômicas e de geração de renda;
- i) Contribuir para a reprodução social, cultural e econômica do Povo indígena Jarawara, obedecendo a critérios legais de manejo sustentável.

5 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

A oferta, número de vagas e os critérios de acesso ao Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante, para o Povo Jarawara, no IFAM *campus* Lábrea serão estabelecidos por meio de edital específico e diferenciado, que atenda as particularidades do Povo Jarawara.

5.1 PROCESSO SELETIVO

A oferta será de (30) vagas, destinadas a membros da etnia Jarawara, habitantes da região Mesorregião do Rio Purus, Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati, que serão distribuídas em edital específico conforme legislação vigente.

Os candidatos deverão ter matrícula ativa da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC), em séries correspondentes ao Ensino Médio, comprovada por documento emitido pela referida Secretaria.

O processo de seleção será organizado e coordenado pelo IFAM *campus* Lábrea, a partir de uma comissão local formada por membros do referido campus em parceria com a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por meio da Coordenação Técnica Local de Lábrea (CTL-Lábrea) e da Coordenação Regional do Médio Purus (CR-MPur).

A participação dos candidatos no processo seletivo está vinculada anuência das lideranças políticas e comunitárias onde o candidato está inserido.

6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Planeja, organiza, dirige e controla atividades técnico-científicas de preservação, implantação, conservação e utilização com manejo sustentável de florestas e produtos de origem florestal. Supervisiona a execução de atividades florestais, desde a construção de viveiros florestais e infraestrutura, produção de mudas, colheita florestal com extração e beneficiamento de produtos florestais a partir do manejo das florestas nativas e plantadas. Executa o processo de produção e gestão dos recursos de origem florestal. Orienta prática florestal de menor impacto ambiental. Inventaria florestas. Desenvolve projetos de preservação e conservação ambiental e florestal. Elabora documentos técnicos pertinentes à área. Utiliza equipamentos e implementos específicos para a atividade florestal.

6.1 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT, p.233), apresenta diversos campos de atuação para o Técnico de Nível Médio em Floresta dentre eles as ações de cunho silvicultural e de uso sustentável da floresta, campos esses que consideramos relacionados com as perspectivas apresentadas no PGTA da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati.

Tomando como referência o Plano de Gestão Territorial (PGTA), elaborado pelo Povo Jarawara, para a Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati, verificamos que os mesmos apontam demandas pertinentes ao que se apresenta pelo Ministério da Educação como perfil profissional do Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante.

A partir desses pressupostos, os egressos do curso Técnico de Nível Médio em Florestas Jarawara devem estar habilitados a atuarem nas seguintes áreas, de acordo com PGTA da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati:

- Planejamento, elaboração e execução do plano de gestão florestal, segundo os princípios do PGTA da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati;

- Plano de manejo florestal comunitário;
- Elaboração de acordos com os ribeirinhos e entre as comunidades da própria T.I. de uso do Rio Cainã, quanto ao uso dos recursos florestais;
- Avaliação comunitária e entes envolvidos ao final de cada ciclo de atividade prevista no PGTA;
- Capacitação para trabalhar os recursos florestais;
- Discussão e proposições de Políticas Públicas específicas e diferenciadas para os Povos indígenas, quanto ao uso e manejo dos recursos florestais;
- Fortalecimento da cultura, da língua, e dos conhecimentos tradicionais dos Jarawara.

A formação profissional dos Jarawara deve atender às suas demandas específicas quanto ao uso e manejo dos recursos florestais, apontadas no PGTA de sua TI. A partir dessa prerrogativa, se garantirá a atuação dos mesmos como sujeitos do processo de gestão e sustentabilidade do povo no contexto sociocultural de sua Terra Indígena.

6.2 ITINERÁRIO FORMATIVO

Dentre as possibilidades de certificação intermediária indica-se o curso de qualificação profissional de Administrador de Empreendimentos Florestais de Base Comunitária. Quanto a especialização Técnica, o curso de Produção Vegetal compõe esse itinerário, e, na verticalização para cursos de graduação em Tecnologia em Silvicultura, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Bacharelado em Ciências Naturais, Bacharelado em Engenharia Agrícola, Bacharelado em Engenharia Agrônômica, Bacharelado em Engenharia Ambiental e Bacharelado em Engenharia Florestal.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A construção da educação profissional articulada à educação escolar indígena exige uma “organização curricular específica e sua permanente avaliação, além da reflexão sobre questões variadas de natureza didática, que subsidiarão as múltiplas escolhas e definições possíveis para a formação de profissionais indígenas” voltada para a vida social presente e futura de suas comunidades, (SETEC, 2007, p.63)⁵.

A constituição desse currículo perpassa a realidade do Povo Jarawara, ponderando que se trata de um povo com recente contato, falantes da Língua Jarawara e que, seguindo os princípios constitucionais, devemos pensar a educação formal respeitando seus processos próprios de aprendizagem, com matriz curricular específica e diferenciada, que propicie desde a sua concepção a interculturalidade, conforme versa os documentos oficiais:

[...] a garantia de que a normatização do processo de reconhecimento das escolas indígenas se pautasse pelas características específicas da educação escolar indígena quanto a conteúdos curriculares, calendário, metodologias e avaliação adequada às realidades socioculturais de cada povo, respeito ao ciclo de produção econômica e às manifestações culturais e materiais didáticos contextualizados cultural e linguisticamente (BRASIL, 1991)⁶;

a criação da categoria *escola indígena*, autônoma, com suas normas e ordenamentos jurídicos próprios, com suas experiências pedagógicas, curriculares e organizativas peculiares construídas pelo ensino intercultural (Parecer CNE/CEB n° 14/99)⁷;

Os projetos político-pedagógicos terão por base as Diretrizes Curriculares Nacionais referentes a cada etapa da Educação Básica, as características próprias das escolas indígenas, em respeito à especificidade étnico-cultural de cada povo ou comunidade, as realidades sociolinguísticas, os conteúdos curriculares especificamente indígenas, os modos próprios de constituição do saber e da cultura indígena e a participação da respectiva comunidade (RESOLUÇÃO CNE/CEB N° 03/99)⁸;

⁶ Portaria Interministerial MJ e MEC nº 559, de 16/04/1991. In Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas. Brasília, FUNAI / CGDOC, 2003.

⁷ O Parecer CNE/CEB nº 14/99 orienta os sistemas de ensino quanto às concepções e tratamento a ser dispensado às escolas indígenas a partir do disposto na LDB.

⁸ A Resolução CNE/CEB nº 03, publicada em novembro de 1999, estabelece a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas no âmbito da educação básica.

Observando a seção das DCNEEI (BRASIL, 2013), que trata dos currículos da Educação Escolar Indígena, Art. 15, verificamos que:

§ 1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Indígena, em uma perspectiva intercultural, devem ser construídos a partir dos valores e interesses etnopolíticos das comunidades indígenas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos projetos político-pedagógicos.

§ 2º Componente pedagógico dinâmico, o currículo deve ser flexível, adaptado aos contextos socioculturais das comunidades indígenas em seus projetos de Educação Escolar Indígena.

§ 3º Na construção dos currículos da Educação Escolar Indígena, devem ser consideradas as condições de escolarização dos estudantes indígenas em cada etapa e modalidade de ensino; as condições de trabalho do professor; os espaços e tempos da escola e de outras instituições educativas da comunidade e fora dela, tais como museus, memoriais da cultura, casas de cultura, centros culturais, centros ou casas de línguas, laboratórios de ciências e de informática.

[...]

§ 5º Os currículos devem ser ancorados em materiais didáticos específicos, escritos na língua portuguesa, nas línguas indígenas e bilíngues, que reflitam a perspectiva intercultural da educação diferenciada, elaborados pelos professores indígenas e seus estudantes e publicados pelos respectivos sistemas de ensino.

Com base nas mesmas diretrizes, ainda no Art. 15, destacamos o § 6º que versa sobre a organização curricular das escolas indígenas e destacam os critérios a serem observados, como:

I – de reconhecimento das especificidades das escolas indígenas quanto aos seus aspectos comunitários, bilíngues e multilíngues, de interculturalidade e diferenciação;

II – de flexibilidade na organização dos tempos e espaços curriculares, tanto no que se refere à base nacional comum, quanto à parte diversificada, de modo a **garantir a inclusão dos saberes e procedimentos culturais produzidos pelas comunidades indígenas**, tais como línguas indígenas, crenças, memórias, saberes ligados à identidade étnica, às suas organizações sociais, às relações humanas, às manifestações artísticas, às práticas desportivas;

[...]

V – de interdisciplinaridade e contextualização na articulação entre os diferentes campos do conhecimento, por meio do diálogo transversal entre disciplinas diversas e do estudo e pesquisa de temas da realidade dos estudantes e de suas comunidades;

VI – de adequação das metodologias didáticas e pedagógicas às características dos diferentes sujeitos das aprendizagens, em atenção aos modos próprios de transmissão do saber indígena;

VII – da necessidade de elaboração e uso de materiais didáticos próprios, nas línguas indígenas e em português, apresentando conteúdos culturais próprios às comunidades indígenas;

A organização curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante deverá estar em consonância com o PGTA da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati, construído no período de 2012 a 2018, versando sobre a participação efetiva do povo Jarawara na organização e gestão de seu território, pois aponta as diversas situações sociais, culturais, ambientais, e econômicas que afetam diretamente a vida dos Jarawara e demais povos que habitam a Terra Indígena, sendo este documento fundamental aporte na execução desse.

Ao longo de todo curso, o processo de planejamento e execução das disciplinas será realizado de forma conjunta entre o professor titular (Yara) e um mediador Jarawara. A construção do curso e do processo ensino-aprendizagem será pautada numa relação dialógica, no contexto de partilha de conhecimentos, perspectiva centrada no currículo do curso, no princípio da **interculturalidade**.

A carga horária total do curso será de 1.600 horas, em concordância com as exigências da Resolução Nº 06/2012 – MEC/CNE/CEB e com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos - 3ª Edição 2016, fundamentado na legislação: Resolução CNE/CEB Nº 05/2012, do Ministério da Educação e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (DCNEEI, 2013).

Para efetivação dessa proposta curricular específica e diferenciada, construímos conjuntamente com o Povo Jarawara o calendário do curso. Esse calendário respeita a dinâmica do Povo Jarawara, a realidade de suas aldeias e suas especificidades. Isto é, considerando os processos próprios de aprendizagem (CF/88. Art. 210). Com a elaboração de um calendário específico, é possível ainda permitir o envolvimento da comunidade indígena enquanto sujeito em seu processo de ensino-aprendizagem.

Iniciamos a nossa proposição sobre o calendário específico e diferenciado para o Povo Jarawara equacionando o funcionamento da aldeia, os ciclos plantio e colheita da produção agrícola, as enchentes e vazantes dos rios, a organização comunitária e cotidiana desse Povo, pois, conforme Silva (2009):

Cada povo indígena vive num lugar diferente e cria diferentes maneiras de entender o mundo, dar nome e se relacionar com esse

lugar e suas paisagens, criando e transformando seu espaço geográfico ao longo do tempo. [...] Cada um tem sua maneira de se entender e se relacionar com a terra, com as águas, com as plantas, com o céu, com a chuva, com o vento, com o sol e com outros povos, outras formas de interpretação do espaço [...].

Quanto ao calendário escolar, seguindo a reflexão de Silva (2009), deve-se considerar as relações de tempo e espaço que o Jarawara possuem no seu cotidiano, por exemplo, a festa do Mariná⁹, que dura de 3 a 5 dias, sem data definida, e a época da Castanha (dezembro a fevereiro). Destaca-se que no período de maio a novembro, fica difícil o acesso à aldeia devido à seca do rio, e o tempo de caminhada para aldeia pode durar até cinco (5) horas. Como apontado no croqui, junto ao desenho do calendário (ver figura 03).

O calendário Jarawara apresenta ainda os ciclos produtivos das aldeias. Demonstrando o período de predomínio da pesca do matrinxã; da fartura de caça; da derrubada, queimada, preparação e plantio do roçado, da coleta de óleo (andiroba, copaíba), da produção do Xinã (base do rapé) e de outros frutos regionais, tais como: açaí, abacaba, tucumã e piquiá.

Diante da dinâmica do calendário Jarawara, as atividades do curso deverão ser adequadas, assim como, a proposta dos seus componentes curriculares, no sentido de diálogo com a realidade das aldeias Jarawara.

A perspectiva é que o curso Técnico em Florestas concomitante ao Ensino Médio, assegure o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida e as condições de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações Jarawara. Esperamos que o curso possa colaborar com o protagonismo, a autonomia e ajude no fortalecimento das ações de proteção e do controle territorial, e possibilite mais esclarecimento na linha da luta pela

⁹ Mariná, Ayaká, ou festa Xigané é um ritual que marca a passagem de uma menina para a idade adulta, também chamada de festa da menina-moça. Depois da primeira menstruação, a menina é colocada numa casa de palha (*wawasa*) por um período que geralmente vai de três a seis meses, quando ela está proibida de ter contato com a maioria dos membros da comunidade. Em um dado momento o pai da garota decide que é hora de sua “soltura”, quando se inicia uma festa marcada por danças (*xigané*), cantos e banquetes que dura de três a cinco dias, evento que reúne Jarawara de várias aldeias. Na sua modalidade tradicional, o último dia é marcado por um ritual composto pelo açoitamento da menina por alguns homens e por uma “caçada” das mulheres aos homens, quando a menina é finalmente reintroduzida ao convívio comunitário habitual, desta vez como mulher adulta. O evento é um dos grandes marcos do calendário comunitário e interrompe as atividades produtivas habituais dos Jarawara.

efetivação de políticas públicas voltadas para as necessidades do Povo Jarawara.

No campo institucional é preciso organização de um calendário que contemple a possibilidade de adequações da prática docente na aldeia às atividades institucionais. O calendário acadêmico respeitará as atividades e necessidades da comunidade e do *campus*. Nesse sentido, o calendário acadêmico Jarawara está inserido na dinâmica da comunidade, destacando a produção agroextrativista, elementos da visão de mundo Jarawara/*Yara*, no contexto da escola.

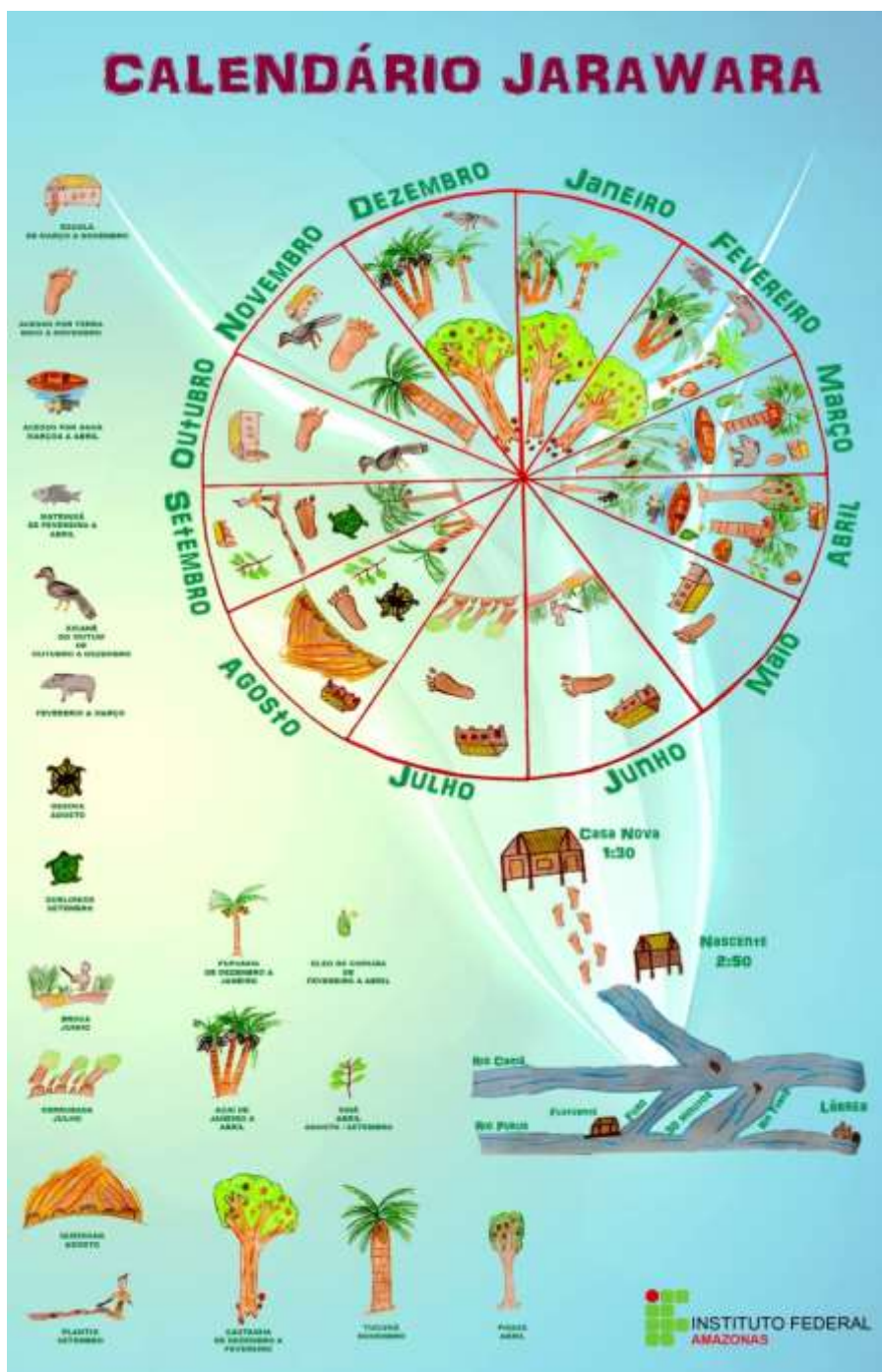


Figura 3: Calendário Jarawara

Considerando a realidade institucional do IFAM, em destaque para atividade dos profissionais, não há possibilidade de permanência por tempo prolongados na aldeia. No intuito de garantir as atividades do curso, foi acordado um calendário específico para as aulas, respeitando a dinâmica da vida nas aldeias Jarawara, segundo os princípios da alternância.

A alternância é o período alternado de vivência e estudo na Escola, na Família e Comunidade. Nesse sentido a alternância passa a exercer uma função metodológica e pedagógica no processo formativo dos educandos [...], utiliza-se de espaços e tempos diferentes divididos entre o meio socioprofissional (família, comunidade e trabalho) e no espaço escolar [...] (JESUS, 2011:p. 09)

Nesse sentido, a organização das disciplinas e o desenvolvimento dos projetos de curso serão organizados em módulos, nos quais as disciplinas serão ministradas de forma intensiva em alternância (tempo escola). Cada alternância contemplará duas disciplinas, com carga de estudos diária de oito (08) horas, podendo flexibilizar-se conforme a vivência dos educandos.

O período de realização das aulas serão organizados de acordo com a dinâmica (tempo escola - tempo comunidade) do Povo Jarawara. Seguindo a lógica da alternância, os alunos do curso serão motivados a realizarem atividades de pesquisa e aprofundamento sobre os conteúdos trabalhados no tempo escola, durante o tempo comunidade.

A concretização do currículo no cotidiano dos alunos ocorrerá pela relação, sendo entendida como um processo de partilha de conhecimento professor-aluno/aluno-professor, que poderá acontecer em ambiente formal ou, de acordo com o tema das aulas, em ambientes diferenciados na aldeia e/ou na cidade. Destacamos que o deslocamento dos alunos para fazer algumas disciplinas na sede do município é de fundamental importância para que toda a comunidade educativa do IFAM viva a experiência do encontro, a inter-relação que reflete a perspectiva intercultural na qual o *campus* está inserido, e ainda reforça a linha do respeito à diversidade e, sobretudo, aos povos indígenas.

A dinâmica desse processo ocorrerá de forma conjunta e dialógica. A produção de conhecimentos será pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse processo, destaca-se o entendimento do princípio

da interculturalidade, pautada na troca de conhecimentos entre o Povo Jarawara e os professores do IFAM e vice-versa.

Como recurso metodológico, na construção dessa relação dialógica, utilizaremos o caderno de campo como espaço para as sínteses dos conteúdos estudados, apontando os conhecimentos tradicionais relacionados e a vivência no campo de pesquisa e nas atividades de extensão

7.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) compreende a Educação Profissional e Tecnológica em eixos tecnológicos que se articulam com os diferentes níveis e modalidades de educação, perpassando as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, no intuito de possibilitar ao educando a construção de diferentes itinerários formativos.

O Curso Técnico de Nível Médio em Florestas, na Forma Concomitante, INDÍGENA do IFAM *Campus* Lábrea, visa a atender o disposto no Decreto nº 6.861/2009, quanto à educação escolar voltada para os interesses e necessidades das aldeias indígenas, especificamente o povo Jarawara, no atendimento das suas necessidades e observada a sua territorialidade, além de considerar o uso sustentável dos recursos naturais da região Amazônica.

As Terras Indígenas são as áreas mais preservadas e o conhecimento tradicional, pautado em tecnologias específicas elaboradas por esses povos, são elementos fundantes de uma relação de respeito e equilíbrio com o meio ambiente e, especificamente tratando do Povo Jarawara, com a Amazônia. Diante do exposto, os princípios pedagógicos e os saberes necessários à prática educativa, definidos neste projeto de curso, devem atender à valorização do modo de vida do Povo Jarawara e respeitar o PGTA da Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati, que expressa à forma como eles almejam gerir os recursos de seu território. Nesse sentido, os fundamentos que norteiam as práticas pedagógicas desse curso são: os princípios da Educação Escolar Indígena, inseridos no contexto da Educação de Jovens e Adultos.

Teremos como referência, portanto, o bilinguismo e a interculturalidade na prática pedagógica, o que pressupõe uma organização curricular que articule

conhecimentos e valores socioculturais distintos, sem a perda dos processos reflexivos e criativos, incluindo os hábitos, costumes e princípios religiosos dos Jarawara. Tendo como pressuposto a perspectiva dialógica e entendendo que a produção do conhecimento é relacional, os professores Yara e os mediadores Jarawara, desde o planejamento das disciplinas até sua execução, constroem um diálogo entre o conhecimento universal e o conhecimento Jarawara.

Os educandos Jarawara estão na faixa etária classificada como Jovens e adultos e, portanto, o curso foi organizado a partir dessa premissa, que afirma que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade que permite uma proposta pedagógica flexível.

É importante ainda considerar o fato de que esses educandos cursam o Ensino Médio mediado por tecnologia, uma metodologia que apresenta certos limites para o Jarawara no processo de compreensão e assimilação dos conteúdos estudados, o que exige especial atenção na concepção do conhecimento técnico que pretendemos oferecer a partir desse curso.

No que tange à formação profissional, nos pautamos na perspectiva da gestão do Território, pois os Jarawara possuem um Plano de Gestão Territorial, em que apontam como irão fazer a gestão da Terra Indígena. A partir dessa prerrogativa, o Curso Técnico de Nível Médio em Florestas, na Forma Concomitante, será uma das ferramentas utilizadas para a concretização dos acordos e atendimentos às necessidades apresentadas no PGTA da Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati.

7.1.1 Cidadania

A organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, onde se incluem a oferta nas formas Integrada, Subsequente e Concomitante, bem como as modalidades de Educação de Jovens e Adultos – EJA

e Educação a Distância, nos documentos legais que a fundamentam pressupõem a viabilidade de uma educação promotora da cidadania, por meio da concepção do homem como ser integral tanto do ponto de vista existencial, quanto histórico-social. Por essa razão, entende-se que a viabilização desses ideais passa inevitavelmente por atuações pedagógicas marcadas pela

unidade da teoria e prática, pela interdisciplinaridade/transdisciplinaridade e pelo respeito ao contexto regional de implantação do curso.

As noções de cidadania estão expressas, por exemplo, na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) que prevê de modo geral que o educando seja preparado para o trabalho e a cidadania, tornando-se capaz de adaptar-se com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento, e para tanto, regulamenta sobre a necessidade de se aprimorar as questões que se relacionam à formação humana e cidadã do educando, estas tomadas em suas dimensões éticas e que estabeleçam conexões com o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, as quais se coadunam com as acepções que delimitam a compreensão do que hoje se fundamenta a Educação Tecnológica, e em especial ao Ensino Tecnológico no qual o saber, o fazer e o ser se integram, e se tornam objetos permanentes da ação e da reflexão e se constituem em uma forma de ensinar construída por humanos, para humanos, mediada por tecnologia, visando à construção de conhecimento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – DCNEPTNM (Resolução CNB/CEB Nº 6/2012), no seu artigo quinto observa que a finalidade da Educação Profissional é proporcionar aos estudantes conhecimentos, saberes e competências profissionais demandados pelo exercício profissional e cidadão na perspectiva científica, tecnológica, sócio-histórica e cultural.

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, incluem-se a esse respeito a forma integrada e concocomitante, também menciona sobre a necessidade de formar, por meio da Educação Profissional, cidadãos capazes de discernir a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho e atuar com ética, competência técnica e política para a transformação social visando o bem coletivo.

7.1.2 Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura)

A formação integral do ser também se apresenta como um dos fundamentos da educação profissional nos documentos legais, entre eles as DCNEPTNM, que defendem que essa integralidade se estende aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, priorizando o trabalho como um princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, favorecendo a integração entre educação, ciência, tecnologia e a cultura, as quais deverão ser tomadas como base para a construção da proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular.

Nesse sentido, intenciona-se superar a histórica dualidade entre formação profissional e formação geral - situação que fica ainda mais latente nos cursos de educação profissional, na forma integrada ao ensino médio, concomitância - para isso, a literatura aponta a organização do ensino em torno dos princípios de omnilateralidade e politécnica, que consideram o sujeito na sua integralidade e pretende desenvolver uma concepção unitária na construção do conhecimento nas diversas áreas do saber.

A formação do sujeito omnilateral pressupõe que o ensino seja desenvolvido a partir das categorias trabalho, tecnologia, ciência e cultura, pois essas dimensões representam a existência humana social na sua integralidade. O trabalho não reduzido ao sentido econômico, mantenedor da subsistência e do consumo, mas concebido em seu sentido ontológico, de mediação da relação homem-natureza na conquista da realização humana. A tecnologia, em paralelo, representa o esforço de satisfação das necessidades humanas subjetivas, materiais e sociais através da interferência na natureza. A ciência é indissociável da tecnologia na medida em que teoriza e tematiza a realidade, através de conceitos e métodos legitimados e objetivos. A cultura de maneira geral compreende as representações, comportamentos e valores que constituem a identidade de um grupo social (TAVARES *et. al.* 2016; PACHECO, 2012).

Outro conceito defendido no campo da educação profissional no sentido da educação integral é o de politécnica, que segundo Durães (2009), se identifica plenamente com o conceito de educação tecnológica no seu sentido pleno, como uma formação ampla e integral dos sujeitos, abrangendo os conhecimentos técnicos e de base científica, numa perspectiva social e histórico crítica. Assim a politécnica, como nos diz Ciavatta (2010, p. 94), “exige

que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida [...] de formação humana no seu sentido pleno”. ”

É nesse sentido, que a educação profissional pode ser desenvolvida com uma educação unitária de formação integral dos sujeitos. Sobre estes pressupostos também se defende que a educação profissional tenha o trabalho como princípio educativo (integrador das dimensões trabalho, tecnologia, ciência e cultura) e a pesquisa como princípio pedagógico. Para tanto, lança-se mão das constituições teóricas de Demo (2005) ao evidenciar como a pesquisa pode se constituir em uma forma de encarar a vida criticamente, cultivando uma consciência crítica e questionadora frente à realidade apresentada. A pesquisa tida dessa forma assume destaque, pois segundo Pacheco (2012), promove a autonomia no estudo e na solução de questões teóricas e cotidianas, considerando os estudantes como sujeitos de sua história e a tecnologia como beneficiadora também, da qualidade de vida das populações, e não apenas como elaboração de produtos de consumo.

Todos estes pressupostos corroboram com o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, quando ressalta a necessidade da educação profissional assumir uma identidade de formação integral dos estudantes, visando a superação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica ou formação instrumental para as classes trabalhadoras e formação acadêmica para as elites econômicas.

7.1.3 Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática

A LDB pressupõe, neste ímpeto, a importância do educando compreender as fundamentações científico-tecnológicas dos processos produtivos, oportunizando uma experiência de aprendizado onde teoria e prática sejam trabalhadas indissociavelmente para o ensino de cada disciplina, o que também se configura com representatividade nos Institutos Federais, seja nas disciplinas do núcleo básico, politécnico ou tecnológico, uma vez que a estrutura física de tais instituições de ensino se consolidam em ambientes que viabilizam que aulas teóricas sejam realizadas em consonância à prática, o que contribui de maneira salutar com o entendimento de que “[...] a construção

do conhecimento ocorre justamente com a interlocução entre teoria e prática, e concordando com Pereira (1999, p. 113) de que a prática é também “[...] espaço de criação e reflexão, em que novos conhecimentos são, constantemente, gerados e modificados (ANDRADE, 2016, p. 29)”.

Sob este prisma, retoma-se o estabelecido na LDB, reforçado nas DCNEPTNM acerca da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e associa-se à vivência da prática profissional como oportunidade de relacionar a teoria à prática pela abordagem das múltiplas dimensões tecnológicas do curso em formação aliada às ciências e às tecnologias correlatas. Assim, se torna oportuno recordar Demo (2005, p. 43) quando diz que “do mesmo modo que uma teoria precisa da prática, para poder existir e vigor, assim toda prática precisa voltar à teoria, para poder renascer”. Portanto, em acordo com o que já aponta a Portaria no.18 PROEN/IFAM de 1 de fevereiro de 2017 e com o objetivo de fomentar de maneira concreta aulas que se revestem de teoria e prática conjuntamente, para este curso será determinado um quantitativo mínimo de 20% da carga horária de cada disciplina para a realização de aulas práticas. Contudo, apesar desta divisão de carga horária entre teoria e prática não há que se pensar em supervalorização de uma em detrimento da outra, ou seja, esta discriminação não deixa recair sobre nenhuma das duas um grau maior ou menor de importância, haja vista a contínua e necessária integração destas para construção do conhecimento que se perpetua em sala de aula.

Além do princípio de indissociabilidade do par teoria-prática busca-se neste curso técnico viabilizar, conforme estabelece as DCNEPTNM, arranjos curriculares e práticas pedagógicas alinhadas com a interdisciplinaridade, pois compreende-se que a fragmentação de conhecimentos precisa ser paulatinamente superada, bem como a segmentação da organização curricular, com vistas a atender a compreensão de significados e, novamente à integração entre a teoria e prática. Deve ser realizada de maneira dinâmica na organização curricular do curso e articular-se aos componentes curriculares com metodologias integradoras e seleção dos conteúdos pertinentes à formação profissional, sem esquecer o exposto quanto ao respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

7.1.4 Respeito ao Contexto Regional ao Curso

Neste percurso educativo desenvolvido no espaço de sala de aula e da escola, que contempla a interlocução entre teoria e prática nas diversas áreas do conhecimento, entende-se que todos os núcleos envolvidos neste processo deverão realizar uma articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental considerando os arranjos socioprodutivos e as demandas locais, tanto no meio urbano quanto rural, considerando-se a realidade e vivência da população pertencente a esta comunidade, município e região, sobretudo sob o ímpeto de proporcionar transformações sociais, econômicas e culturais à localidade e reconhecendo as diversidades entre os sujeitos em gênero, raça, cor, garantido o respeito e a igualdade de oportunidades entre todos.

Diante de tantos desafios que aqui se estabelecem, porém, considerando a regulamentação de criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/08, a qual objetiva além de expandir a oferta de ensino técnico e tecnológico no país, a oferta de educação de qualidade a todos os brasileiros, assegurar-se-á que este curso técnico perseguirá o atendimento das demandas locais fazendo jus ao determinado nas DCNEPTNM sobre a delegação de autonomia para a instituição de ensino para concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar e respeitadas as legislação e normas educacionais vigentes.

Tal prática permite que os professores, gestores e demais envolvidos na elaboração deste, estejam atentos às modificações que impactem o prosseguimento das atividades educativas em consonância aos aspectos tidos como fundamentais para a oferta de uma educação de qualidade ou que possam contrariar o que a LDB preconiza para a formação do educando, e em especial ao tripé ensino, pesquisa e extensão que a Rede Federal de Ensino assumiu como perspectivas de formação do estudante.

As DCNEPTNM apontam ainda que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio devem considerar no seu planejamento, a vocação regional do local onde o curso será desenvolvido, bem como as tecnologias e avanços dos setores produtivos pertinentes ao curso. Sustenta-se ainda o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, visando a

melhoria dos indicadores educacionais dos cursos técnicos realizados, além de ressaltar a necessidade de considerar a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino de viabilizar a proposta pedagógica no atendimento às demandas socioeconômico-ambientais.

Sobre isso o Documento Base para Educação Profissional Técnica de Nível Médio reforça que os cursos propostos devem atentar para não reduzir sua atuação pedagógica ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, sem ignorar que os sujeitos que procuram a formação profissional enfrentam as exigências da produção econômica e, conseqüentemente, os meios de vida. Assim, os cursos devem estar adequados às oportunidades de inserção profissional dos educandos.

Desta forma, e ainda seguindo as orientações das DCNEPTNM, o currículo deste curso técnico sinaliza para uma formação que pressupõem o diálogo com os diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, e dos elementos que possibilitem a compreensão e o diálogo das relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas, viabilizando recursos para que o futuro profissional possa exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientado por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromisso com a construção de uma sociedade democrática.

Visa, neste sentido, oportunizar o domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, permitindo progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual, com o incremento instrumental de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho, estas embasadas nas fundamentações de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, ética profissional, gestão ambiental, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho. (Eu excluiria todo este trecho em vermelho, pois acredito estar fora de sintonia com a proposta do curso – a atuação dos Jarawara será na gestão de sua TI)

7.2 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Neste Projeto Pedagógico de Curso, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados para atingir os objetivos propostos para a integração da Educação Básica com a Educação Profissional, assegurando uma formação integral dos alunos, ou seja, considerando as características dos grupos indígenas e sua formação a partir das vivências do dia-a-dia, com a valorização das experiências de cada indivíduo, desde os aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

De acordo com a Resolução CNE Nº 06/2012, que apresenta os princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, destacamos os princípios:

XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;

XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;

Sendo assim, as especificidades dos alunos indígenas, seus interesses, condições de vida e de trabalho, cultura e valores, sobremaneira seus conhecimentos prévios, deverão sempre ser respeitados, na perspectiva de orientá-los para a apropriação dos conhecimentos e saberes sistematizados.

Para trilhar esse caminho de desenvolvimento do aprendizado, o Curso Técnico de Nível Médio em Florestas, na Forma Concomitante, pensado no contexto da educação escolar indígena, necessitará desenvolver de maneira coletiva, democrática, em atendimento à diversidade, as seguintes etapas:

I - PLANEJAMENTO

As aulas serão planejadas pelo docente titular e o mediador indígena numa perspectiva intercultural bilíngue, sempre buscando essa interlocução entre os conhecimentos do Povo Jarawara e o conhecimento universal. Essa ideia se fundamenta à medida em que se leva em conta que:

Cada um desses povos é único, tem uma identidade própria, fundada na própria língua, no território habitado e explorado, nas tradições,

costumes, história e organização social. Para que os direitos dos povos indígenas à diferença permaneçam resguardados, é necessário que as escolas indígenas sejam específicas e diferenciadas das escolas oferecidas aos não-índios e que envolvam a comunidade indígena como agente e coautora dos processos por ela instituídos (MEC: 1998, p. 13-14).

A figura do docente titular não indígena – *Yara* - representa o conhecimento sistematizado e deve assegurar uma ligação entre os saberes acadêmicos teóricos e os conhecimentos tradicionais do Povo Jarawara.

O processo de pesquisa e planejamento das aulas vai nessa vertente de sempre ser pensado numa perspectiva bilíngue através da troca entre os sujeitos supracitados. A importância da construção de um planejamento bilíngue se corrobora na necessidade de garantir uma compreensão efetiva de todos os saberes elencados nas ementas de cada disciplina. Novos conhecimentos, inclusive o conhecimento de outras línguas, são mais natural e efetivamente incorporados através da língua materna. Daí a importância que assume a valorização e o uso da língua indígena na escola (MEC, 1998, p. 13-14).

Para que isso se concretize será necessário realizar períodos de formação antropológica e linguística para os professores *Yara*, que podem acontecer dentro ou fora da terra indígena, a fim de efetivar o planejamento coparticipado.

II - ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES

As atividades interdisciplinares serão realizadas para garantir, no currículo e na prática pedagógica, a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular.

Os docentes deverão assumir a condição de agentes mediadores no processo de ensino-aprendizagem, planejando e executando suas práticas pedagógicas sempre nessa perspectiva intercultural, em parceria com os alunos, os saberes tradicionais e o conhecimento acadêmico. A aprendizagem da prática interdisciplinar deverá, portanto, ser configurada de forma transdisciplinar, perpassando e interagindo todos esses conhecimentos.

Levando em conta as especificidades da educação escolar indígena, as

ações de interdisciplinaridade deverão ser pensadas e formuladas na dimensão intercultural à medida que não se pode em hipótese alguma relegar a um segundo plano o conhecimento prático do público alvo desse curso.

Nesse sentido, a proposta metodológica se concebe por meio do trabalho interdisciplinar intercultural, no qual o trabalho por projetos poderá ser uma ferramenta metodológica importante no diálogo entre o conhecimento dos Yara e o conhecimento Jarawara e se consolida como instrumento para materializar a condução das disciplinas, as quais visam tornar real e concreto o trabalho interdisciplinar permitindo que os alunos acessem, operem e construam sentidos sobre o seu aprendizado, por meio de 2 (dois) instrumentos:

a) Caderno de Campo

O *Caderno de Campo* é entendido aqui como um diário permanente para os alunos registrarem suas observações e considerações tanto durante as aulas quanto no seu cotidiano, momento em que os mesmos estarão envolvidos em atividades concernentes ao dia a dia da comunidade. Assegurando o registro das ações de ensino, pesquisa e extensão, constituir-se-á como um material importante no processo de ensino-aprendizagem. O caderno será escrito em Língua Jarawara e em Língua Portuguesa de acordo com a necessidade do aluno.

b) Plano de Estudo

O *Plano de Estudo* constitui-se em momento de pesquisa sobre temas afins ao Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante, transformando-se, conseqüentemente em instrumento de avaliação do ensino e aprendizagem, e contribuindo para redução dos entraves ocasionados pelas situações geradas a partir da logística de deslocamento aldeia – cidade e vice-versa. Tendo como referência a prática da alternância, tempo-escola, tempo-comunidade.

7.3 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES YARA

Será oportunizado aos professores *Yara* momentos de formação por meio de minicursos com temáticas voltadas para a Educação Escolar Indígena e Povo Jarawara. O primeiro momento está previsto a ser ofertado antes do início das aulas, período acordado com o Povo Jarawara, para que o momento formativo aconteça, preferencialmente, na Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati.

A formação dar-se-á de forma contínua, no intervalo dos módulos, buscando envolver todos os profissionais partícipes do presente curso. Os minicursos serão certificados pelo IFAM/campus Lábrea, sendo do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), a responsabilidade por essa ação.

Considerando a especificidade do Povo Jarawara, o quadro dos professores *Yara* deve contar com profissionais das áreas de conhecimento que tenham experiência com povos indígenas e/ou comunidades tradicionais, ou profissionais que tenham interesse em iniciar um aprendizado com relação aos povos indígenas.

7.4 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante, deve ser orientada pela concepção do Eixo Tecnológico e de Eixos Articuladores/Integradores do currículo (o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura).

O Quadro 2 apresenta a estrutura e as disciplinas que compõem o Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante, bem como suas respectivas cargas horárias:

- a) Presencial, com carga horária separada em **Teórica** e **Prática**.
- b) A distância, com a utilização de um Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (**AVEA**), quando ocorrer.
- c) **Semanal**, com o total de hora-aula na semana.
- d) **Modular**, com o total da carga horária de toda a disciplina naquele módulo.

- e) **Total** de carga horária de todas as disciplinas ao longo do curso.

Conforme o Artigo 4º, § 1º do Decreto nº 5.154/04, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio, sendo a Forma Concomitante uma das possibilidades dessa articulação. Esta forma de oferta é destinada aos que estão cursando o Ensino Médio, e seu planejamento, deverá conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM estão organizados, também, por Eixos Tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT/3ª Edição, aprovado pela Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 5/12/2014, com base no Parecer CNE/CEB Nº. 08/2014 e Resolução CNE Nº. 06/2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM.

Desta maneira, o Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante está amparado nas seguintes legislações em vigor:

- LDBEN N.º 9.394 de 20/12/1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional);
- DECRETO N.º 5.154 de 23/7/2004 (Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 39 de 8/12/2004 (Aplicação do decreto 5.154/2004);
- LEI Nº 11.741, de 16/7/2008 (Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica);
- DECRETO Nº 6.861, de 27 de maio de 2009 (Educação Escolar Indígena).
- DECRETO Nº 7747, de 5 de junho de 2012 (Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI).

- LEI N.º 11.892, de 29/12/2008 (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 11/2012 de 9/5/2012 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 6 de 20/9/2012 (Definem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio);
- PARECER CNE/CEB N.º 8, de 9/10//2014 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 1, de 5/12/2014 (Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012);
- RESOLUÇÃO Nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23/12/2015 (Altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM).

Com base nos dispositivos legais, a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM prevê a articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social. De igual forma, prima pela indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, a ser verificada, principalmente, por meio do desenvolvimento da prática profissional.

Na perspectiva da construção curricular por eixo tecnológico, a estrutura curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante, contempla o Núcleo Tecnológico, assim organizado:

I. Núcleo Tecnológico (espaço da organização curricular destinado aos componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica, constituindo-se basicamente a partir dos componentes curriculares específicos da formação técnica, identificados a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação; e fundamentos que contemplam as

atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional).

Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos que favorecem a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma Educação Profissional e Tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, e possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas.

Essa proposta possibilita a integração entre teoria e prática profissional, a realização de atividades interdisciplinares, assim como favorece a unidade dos projetos de cursos em todo o IFAM, concernente aos conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

7.5 CARGA HORÁRIA DO CURSO

Para integralizar o Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante, conforme Parecer CNE/CEB Nº 05 de 04/05/2011, Resolução CNE/CEB Nº 02 de 30/01/2012 e Resolução CNE/CEB Nº 06/2012, o educando deverá cursar o total da carga horária do curso, assim distribuídas:

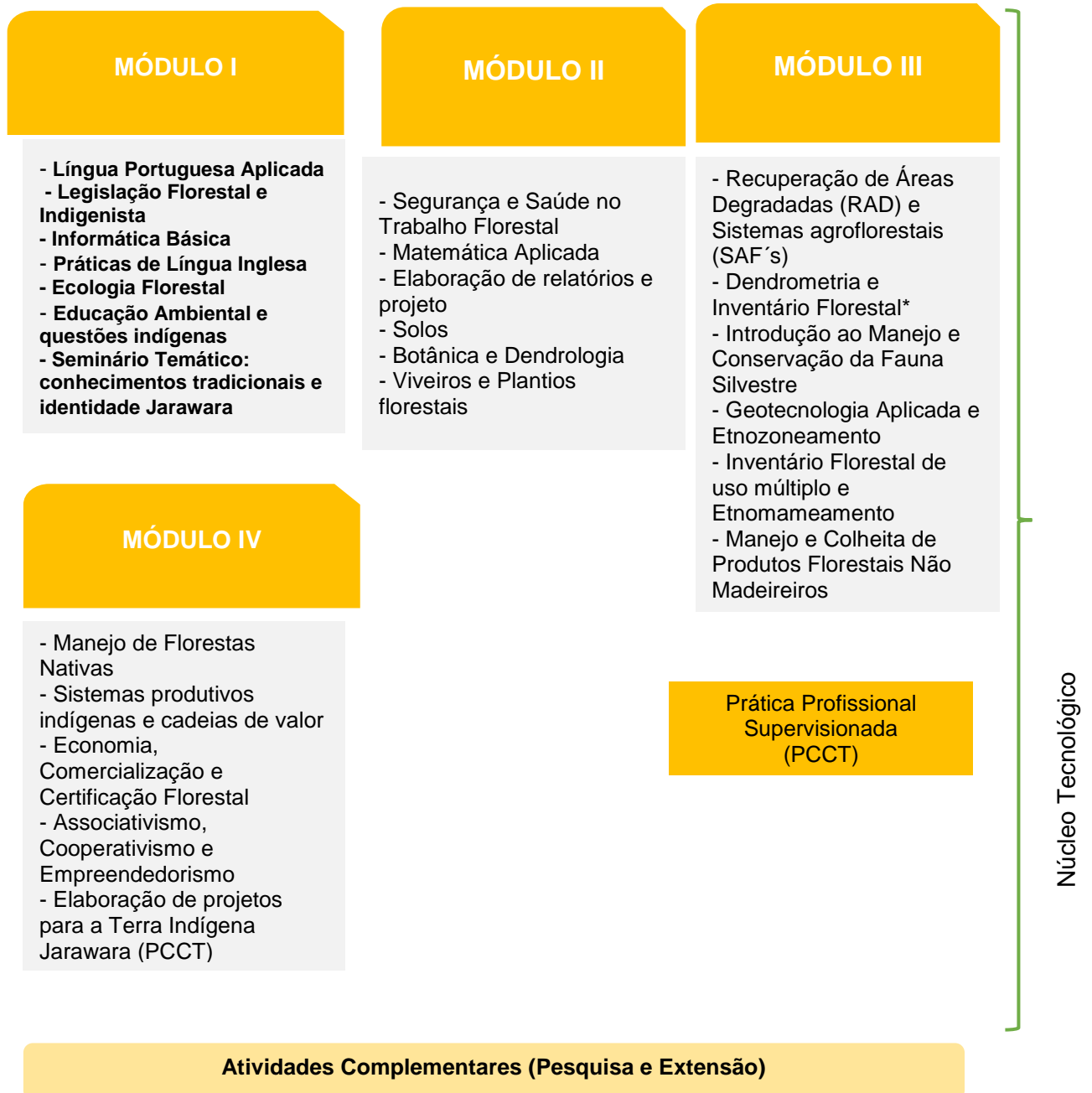
Carga Horária da Formação Profissional	1200 h
Carga Horária de Atividades Complementares	100 h
Carga Horária do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT	300 h
Carga Horária Total	1600 h

Quadro 1- Matriz Curricular

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM campus Lábrea								
EIXO TECNOLÓGICO: RECURSOS NATURAIS CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM FLORESTAS								
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2018		FORMA DE OFERTA: CONCOMITANTE			REGIME: MODULAR			
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)					
			Presencial		A Distância	Semanal	Modular	
			Teórica	Prática	AVA			
LDB 9.394/96 aos dispositivos da Lei Nº 11.741/2008 DCN Gerais para Educação Básica Resolução CNE/CEB nº4/2010 DCN Educação Profissional Técnica de Nível Médio Resolução CNE/CEB Nº 6/2012 Resolução Nº 94/2015 CONSUP/IFAM Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM Catálogo Nacional de Cursos Técnicos Resolução CNE/CEB Nº 4/2012 Decreto Nº 6.861/2009 Decreto Nº 7747/2012 Resolução Nº 96/2015 CONSUP/IFAM	MÓDULO I	Língua Portuguesa Aplicada	32	8		40	40	
		Legislação Florestal e Indigenista	32	8		40	40	
		Informática Básica	32	8		40	40	
		Práticas de Língua Inglesa	32	8		40	40	
		Ecologia Florestal	48	12		40	60	
		Educação Ambiental e questões indígenas	32	8		40	40	
		Seminário Temático: conhecimentos tradicionais e identidade Jarawara	16	4		20	20	
		SUBTOTAL	224	56		-	280	
		MÓDULO II	Segurança e Saúde no Trabalho Florestal	32	8		40	40
			Matemática Aplicada	32	8		40	40
	Elaboração de relatórios e projeto		32	8		40	40	
	Solos		48	12		40	60	
	Botânica e Dendrologia		48	12		40	60	
	Viveiros e Plantios florestais		48	12		40	60	
	SUBTOTAL	240	60		-	300		
	MÓDULO III	Recuperação de Áreas Degradadas (RAD) e Sistemas agroflorestais (SAF's)	64	16		40	80	
		Dendrometria e Inventário Florestal	40	40		40	80	
		Introdução ao Manejo e Conservação da Fauna Silvestre	32	8		40	40	
		Geotecnologia Aplicada e Etnozoneamento	48	12		40	60	
		Inventário Florestal de uso múltiplo e Etnomapeamento	32	8		40	40	
		Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros	32	8		40	40	
		SUBTOTAL	248	92		-	340	
	MÓDULO IV	Manejo de Florestas Nativas	48	12		40	60	
		Sistemas produtivos indígenas e cadeias de valor	32	8		40	40	
		Economia, Comercialização e Certificação Florestal	64	16		40	80	
		Associativismo, Cooperativismo e Empreendedorismo	32	8		40	40	
		Elaboração de projetos para a Terra Indígena Jarawara (PCCT)	48	12		40	60	
		SUBTOTAL	224	56		-	280	
	TOTAL CARGA HORÁRIA PROFISSIONAL						1200h	
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES						100h	
	PCCT						300h	
	TOTAL						1600h	

7.6 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Figura 2 – Representação Gráfica do Perfil de Formação do Curso Técnico de Nível Médio em Florestas



Legenda:

- Núcleo Tecnológico
- Prática Profissional
- Atividades Complementares

7.7 EMENTÁRIO DO CURSO

A ementa caracteriza-se por uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual/procedimental de uma disciplina.

Para um melhor entendimento do quadro abaixo, seguem as especificações das legendas:

- a) CH Semanal: Carga Horária Semanal
- b) CH Total: Carga Horária Total da Disciplina anual
- c) Tec: Núcleo Tecnológico

Quadro 2- Ementário do Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na forma Concomitante/INDÍGENA/JARAWARA

DISCIPLINA	Módulo	CH Semanal	CH Total	Núcleo
Língua Portuguesa Aplicada	1º	40	40	Tec
EMENTA: Leitura de mundo Jarawara e dos <i>Yara</i> . Técnicas de produção textual em línguas Jarawara e Portuguesa. Conhecimentos básicos dos meios de expressão e representação da Escrita. Oralidade. Interpretação textual. Leitura e interpretação de textos técnicos.				
Legislação Florestal e Indigenista	1º	40	40	Tec
EMENTA: Noções básicas do Estado Constitucional Brasileiro. Introdução à política indigenista brasileira. Noções de direitos e deveres dos povos indígenas. Introdução à política e legislação florestal e ambiental. Aspectos da Lei para a Amazônia Legal. Legislação sobre Mudanças Climáticas.				
Informática Básica	1º	40	40	Tec
EMENTA: Noções de estrutura e funcionamento do computador. Digitação. Organização de arquivos e pastas. Utilização da internet. Ferramentas de comunicação online. Redes sociais. Utilização de outras máquinas computadorizadas (terminal bancário, terminais de autoatendimento, etc.).				
Práticas de Língua Inglesa	1º	40	40	Tec

EMENTA: A língua inglesa no mundo. Termos e vocabulário técnico (informática e termos técnicos florestais).				
Ecologia Florestal	1º	40	60	Tec
EMENTA: Ecologia Jarawara. Importância da árvore para regulação do balanço hídrico na Amazônia. Sucessão Ecológica. Interação ecológica. Ecologia da paisagem. Ecossistemas Amazônicos. Biodiversidade. Controle biológico.				
Educação Ambiental e Questões Indígenas	1º	40	40	Tec
EMENTA: Meio Ambiente e recursos naturais. Mudanças climáticas. Sustentabilidade Qualidade de Vida. Ambiente e qualidade de vida. O papel e ação do agente ambiental indígena.				
Seminário Temático: conhecimentos tradicionais e identidade Jarawara	1º	20	20	Tec
EMENTA: Diálogos sobre a história e as tradições Jarawara.				
Segurança e Saúde no Trabalho Florestal	2º	40	40	Tec
Segurança no Trabalho; Causas dos Acidentes. Segurança e Saúde no Trabalho Florestal. Noções de primeiros socorros em ambiente de florestas.				
Matemática Aplicada	2º	40	40	Tec
EMENTA: A matemática no cotidiano Jarawara e suas aplicações. Raciocínio lógico e quantitativo associados às operações básicas; Metodologias de contagem para o Povo Jarawara. Unidade de medidas tradicionais (não convencionadas pelo S.I.) e convencionais: Medidas de Tempo, comprimento, superfície e volume. Regra de três; Porcentagem.				
Elaboração de relatórios e projetos	2º	40	40	Tec
EMENTA: Compreender a pesquisa como princípio científico e educativo; sua importância para a elaboração de projetos de conclusão de curso Técnico (PCCT).				
Solos	2º	40	60	Tec
EMENTA: Histórico da ciência do solo. Fatores e processos de formação de solos. Conceitos básicos de propriedades física e biológica do solo. Classificação de solos. Propriedades químicas do solo. Práticas conservacionistas e manejo dos solos				

florestais.				
Botânica e Dendrologia	2º	40	60	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução a botânica; flor; fruto; semente; raiz; caule; folha e herborização. Plantas (uso econômico, medicinal, tradicional, ritual, etc). Legislação sobre a utilização do patrimônio genético. Definição de Dendrologia. Ficha dendrológica. Principais características dendrológicas utilizada na identificação de espécies arbóreas. Principais famílias de espécies arbóreas da Amazônia..</p>				
Viveiros e Plantios Florestais	2º	40	60	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Produção de sementes e mudas florestais de espécies nativas. Avaliação e monitoramento de mudas. Principais pragas e doenças. Projeto de viveiro de mudas de espécies nativas. Implantação florestal: planejamento, plantio, práticas silviculturais e elaboração de projeto.</p>				
Recuperação de Áreas Degradadas (RAD) e Sistemas agroflorestais (SAF's)	3º	40	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Conceitos de degradação e recuperação ambiental. Diagnóstico das condições de sítio. Seleção de espécies vegetais para recuperação de áreas degradadas. Métodos de recuperação de áreas degradadas. Indicadores de recuperação. Histórico e conceitos de Sistemas Agroflorestais; Exemplos de Sistemas Agroflorestais; Classificação de Sistemas Agroflorestais; Estruturas dos SAF's; Benefícios, vantagens e desvantagens dos SAF's; Diagnóstico, planejamento e avaliação dos SAF's; Princípios de seleção das espécies; Manejo dos SAF's; Restauração de ecossistemas com SAF's; Agricultura Sustentável e as Plantas alimentícias não convencionais (PANC's). Animais em sistemas agroflorestais.</p>				
Dendrometria e Inventário Florestal	3º	40	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Inventário Florestal: conceitos, tipos de inventário e importância para o manejo florestal. Parcelas Permanentes. Dendrometria: conceitos, formas e instrumentos para medir diâmetro e altura de povoamentos florestais. Cubagem. Cálculo de volume e estimativas de produção.</p>				
Introdução ao Manejo e Conservação da Fauna Silvestre	3º	40	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Relação dos Jarawara com a fauna. Conceitos sobre manejo de fauna. Técnicas de monitoramento e amostragem de animais silvestres. Técnicas de monitoramento e</p>				

amostragem de fauna do solo. Legislação Ambiental aplicada à fauna. Monitoramento de fauna silvestre.				
Geotecnologia Aplicada e Etnozoneamento¹⁰	3º	40	60	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Noções de cartografia. Sistemas de posicionamento, técnicas de navegação com o GPS. Projeção cartográficas. Escalas. Confecção de carta topográfica regular e triangular. Noções de Geoprocessamento aplicado no etnozoneamento e etnomapeamento. Etnozonemanto participativo para uso como instrumentos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas.</p>				
Inventário Florestal para uso múltiplo e etnomapeamento	3º	40	40	Tec
<p>Introdução; Reunião de informações da floresta e informações bibliográficas; Perfil econômico/ecológico da terra indígena; Lacunas de conhecimento; Estabelecimento de prioridades para mapeamento utilizando os princípios de etnomapeamento. Análise técnica e econômica das alternativas dos recursos florestais disponíveis. execução e monitoramento.</p>				
Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não-Madeireiros	3º	40	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Histórico do uso dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) no Brasil e na Amazônia. Classificação quanto aos tipos de PFNM. Conceitos, estratégias de manejo, beneficiamento e comercialização de PFNM. Boas Práticas do Manejo dos PFNMs. Manejo de fibras, frutos e óleos. Introdução aos conceitos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e Redução por Desmatamento e Degradação Evitados (REDD). Legislação e Políticas Públicas do Estado do Amazonas</p>				
Manejo de Florestas Nativas	4º	40	60	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Definição, conceitos e princípios do Manejo Florestal. Categorias de Manejo Florestal na Amazônia (maior e menor impacto; pequena escala; várzea). Legislação estadual vigente aplicada às categorias de manejo. Planejamento Florestal. Atividades de Manejo Florestal (Pré-exploratórias, Exploratórias e Pós-exploratórias). Conhecimento tradicional aplicado à produção madeireira. Ética e postura profissional. Segurança na realização de atividades florestais.</p>				

¹⁰ Devido a necessidade do uso de Software essa disciplina também está sendo proposta para acontecer no *campus*.

Sistemas produtivos indígenas e cadeias de valor	4º	40	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Conhecimentos agroextrativistas. Processo de geração de renda com a prática das suas atividades culturais econômicas. Autonomia econômica. Novas tecnologias. Situações de consolidação de áreas protegidas.</p>				
Economia, Comercialização e Certificação Florestal	4º	40	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução à ciência econômica. O valor da floresta. Princípios e Fundamentos da Economia aplicados ao setor florestal. Os ciclos econômicos de produtos florestais Amazônicos: castanha, açaí, óleos e outros produtos. Oferta e procura de produtos florestais. Noções de Organizações Sociais e Movimento Indígena Organizado. Introdução a certificação florestal.</p>				
Associativismo, Cooperativismo e Empreendedorismo	4º	40	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Constituição jurídica de formas associativas. Formas associativas para o desenvolvimento de comunidades. Práticas associativistas. Ação coletiva e seus fundamentos. Associações indígenas e agroextrativistas. Economia solidária. Valores e princípios. Programa de aquisição de alimentos. Plano de negócios.</p>				
Elaboração de Projetos para a Terra Indígena Jarawara (Projeto de Conclusão do Curso Técnico)	4º	40	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Produção de projetos de conclusão de curso, de acordo com o Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena Jarawara.</p>				

7.8 PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional é compreendida como um elemento que compõe o currículo e se caracteriza como uma atividade de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão constituído por meio de ação articuladora de uma formação integral de sujeitos para atuar em uma sociedade em constantes mudanças e desafios.

Conforme a Resolução CNE/CEB N° 6 de 20 de setembro de 2012 em seu artigo 21, a prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de Especialização Profissional Técnica de Nível Médio.

Esta mesma resolução define no inciso 1º do artigo 21 que a prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

O IFAM em sua Resolução N°. 94/2015 define no artigo 168 que a Prática Profissional será desenvolvida nos cursos por meio das seguintes atividades, conforme determinarem os Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos: I – Estágio Profissional Supervisionado; II – Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT); III – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); IV – Atividades Complementares.

Aos alunos Jarawara será possibilitada a participação em oficinas, visitas técnicas, projetos de intervenção, como metodologia para o desenvolvimento das habilidades e competências relacionadas ao Curso Técnico de Nível Médio em Floresta, na Forma Concomitante.

No Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante a Prática Profissional será desenvolvida por meio das seguintes atividades:

Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) com carga horária de 300 horas, e Atividades Complementares com carga horária de 100 horas.

A participação em atividades complementares e a apresentação do relatório final do PCCT é requisito indispensável para a conclusão do curso. Nas seções adiante, serão descritos com detalhes cada uma dessas práticas.

7.8.1 Atividades complementares

Conforme Anexo I da Portaria No 18 PROEN/IFAM de 1º de fevereiro de 2017, faz se necessário prever a oferta de Atividades Complementares, totalizando uma carga horária de 100h, as quais deverão atender as necessidades de curricularização da extensão e de introdução à pesquisa e à inovação por meio da realização de projetos integradores, seminários, semanas e eventos temáticos, eixos temáticos, dentre outros.

O IFAM em sua Resolução Nº 94 de 2015 define, no artigo 180, que as atividades complementares se constituem de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos discentes e ao desenvolvimento de sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa, podendo ocorrer em espaços educacionais diversos, pelas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social.

Estas atividades integrarão o currículo do curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante com carga horária de 100 horas. Todo aluno matriculado no curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante deverá realizar Atividades Complementares, do contrário, o mesmo será retido no curso. A escolha do semestre em que a mesma será executada fica a critério do aluno, porém, vale destacar que se recomenda que a mesma seja realizada nos semestres iniciais, pois no último semestre o aluno deverá se dedicar ao Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.

Serão consideradas para fins de computo de carga horária, as atividades apresentadas no quadro 4. As atividades descritas, bem como a carga horária a ser validada por evento, e os documentos aceitos, devem ter como base a Resolução Nº 23 – CONSUP/IFAM de 09 de agosto de 2013, que trata das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do IFAM. As alterações

realizadas foram relativas às diferenças entre o Curso de Graduação e o Curso Técnico de Nível Médio na Forma Concomitante.

Quadro 3. Atividades Complementares

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	CARGA HORÁRIA A SER VALIDADA POR EVENTOS	DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS
Palestras, seminários, congressos, conferências ou similares e visitas técnicas	<p>2 (duas) horas por palestra, mesa-redonda, colóquio ou outro.</p> <p>10 (dez) horas por trabalho apresentado.</p> <p>5 (cinco) horas por dia de participação em Congresso, Seminário, Workshop, Fórum, Encontro, Visita Técnica e demais eventos de natureza científica.</p>	Declaração ou Certificado de participação.
Projetos de extensão desenvolvidos no IFAM ou em outras instituições	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela Pró-Reitoria de Extensão do IFAM ou entidade promotora com a respectiva carga horária.
Cursos livres e/ou de extensão	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária.
Estágios extracurriculares	Máximo de 60 horas	Declaração da instituição em que se realiza o estágio, acompanhada do programa de estágio, da carga horária cumprida pelo estagiário e da aprovação do orientador/supervisor
Monitoria	Máximo de 60 horas	Declaração do professor orientador ou Certificado expedido pela PROEX, com a respectiva carga

		horária.
Atividades filantrópicas no terceiro setor	Máximo de 60 horas	Declaração em papel timbrado, com a carga horária cumprida assinada e carimbada pelo responsável na instituição.
Atividades culturais, esportivas e de entretenimento	4 (quatro) horas por participação ativa no evento esportivo (atleta, técnico, organizador). 3 (três) horas por participação em peça de teatro. 3 (três) horas em participação em filmes em DVD/ cinema	Documento que comprove a participação descrita (atleta, técnico, organizador, ator, diretor, roteirista).
Participação em projetos de Iniciação científica	Máximo de 60 horas	Certificado (carimbado e assinado pelo responsável pelo programa e/ou orientador) de participação e/ou conclusão da atividade expedido pela Instituição onde se realizou a atividade, com a respectiva carga horária.
Publicações	20 (vinte) horas por publicação, como autor ou coautor, em periódico vinculado a instituição científica ou acadêmica. 60 (sessenta) horas por capítulo de livro, como autor ou coautor. 60 (sessenta) horas por obra completa, por autor ou coautor. 30 (trinta) horas para artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais.	Apresentação do trabalho publicado completo e/ou carta de aceite da revista/periódico onde foi publicado.

Participação em comissão organizadora de evento técnico-científico previamente autorizado pela coordenação do curso.	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, ou coordenação do curso com a respectiva carga horária.
--	--------------------	---

Partindo desta concepção, no Curso Técnico de Nível médio em Florestas, na Forma Concomitante, as Atividades Complementares têm a finalidade de enriquecer os processos de ensino e de formação técnica dos alunos Jarawara, constituindo-se em elemento singular.

Elas se inserem no contexto do curso como um elemento que possibilita a experiência dos Jarawara com outros espaços e ainda possibilita conexões com as demandas ligadas ao PGTA da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati.

As atividades serão validadas com apresentação de certificados ou atestados, contendo número de horas e descrição das atividades desenvolvidas. Sua validação será realizada pela Coordenação do Curso ou equivalente, ao longo dos módulos. Os alunos deverão apresentar à coordenação a cópia dos certificados ou declarações que comprovem a participação em eventos acadêmicos/científicos e ainda atividades ligadas ao movimento indígena e indigenista. Será obrigatório que o educando comprove a participação em 100 horas referentes às atividades complementares, às quais serão atribuídas de acordo com o quadro 1, *apriori*:

Quadro 4. Atividades Complementares

Atividades Complementares	Carga horária a ser validada por eventos	Documentos a serem apresentados
Projetos de extensão desenvolvidos no IFAM ou em outras instituições (Feira Jarawara em Lábrea)	30h	Declaração ou certificado emitido pela Pró-reitoria de Extensão do IFAM ou entidade promotora, com a respectiva carga horária.
Festa da Menina-moça (Jowiri)	40h	Declaração da liderança da comunidade
Participação da SNCT/Campus Lábrea	40h	Certificado emitido pelo IFAM/campus Lábrea

Visita técnica (Resex do Ituxi)	40h	COEX / <i>Campus</i> Lábrea
Oficinas	40h	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária.
Participação em eventos científicos do Movimento Indígena ou indigenista.	20h	Declaração emitida pela instituição organizadora.

7.8.2 Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT

Conforme se estipula na Resolução N° 94/CONSUP/IFAM, de 23/12/2015, que trata da organização didático-pedagógica do IFAM, como apresenta em seus artigos: 173 a 176.

Art. 173. O Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT envolve a construção de um projeto, seu desenvolvimento e sistematização dos resultados sob a forma de um relatório científico de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 174. A elaboração do PCCT constitui-se numa atividade acadêmica que objetiva a aplicação e a ampliação do conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado à profissão, a ser realizada mediante orientação, acompanhamento e avaliação docente proporcionando: I – experiências práticas específicas aos discentes, tendo em vista a integração com o mundo do trabalho e o convívio sócio-profissional; e II – a execução e o desenvolvimento de práticas pelo discente na própria Instituição e/ou em Instituições parceiras.

Art. 175. Após a aprovação do PCCT será expedido o Diploma de Curso Técnico de Nível Médio. Parágrafo único. A realização do PCCT obedecerá aos prazos de integralização curricular dos respectivos cursos conforme os artigos 119 e 120, deste Regulamento¹¹.

¹¹ Art. 119. Nos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o prazo máximo de permanência no curso, visando à integralização curricular, será o dobro do número de séries e módulos previstos nos Planos de Curso. Art. 120. Nos Cursos de Graduação, o cálculo para integralização será feito com base no dobro do número de períodos letivos previstos no Projeto Pedagógico do Curso, menos um.

Art. 176. O PCCT será regido por regulamentação própria, apreciada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e aprovada pelo Conselho Superior do IFAM.

De acordo com o Regulamento para Desenvolvimento do PCCT do IFAM, o projeto constitui-se numa atividade acadêmica de sistematização do conhecimento, que deverá ser desenvolvida a partir de temas relacionados à área profissional do curso, sob orientação e avaliação docente e tem por finalidade, complementar o processo ensino-aprendizagem e habilitar legalmente o técnico de nível médio. De acordo com a especificidade do curso para o Povo Jarawara, optou-se por fazer, como atividade de conclusão de curso, um Projeto de Conclusão Curso Técnico (PCCT), conforme os indicadores inerentes ao uso e manejo dos recursos florestais contemplados no PGTA TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati.

De acordo com o artigo 173 da Resolução Nº 94 - CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, o Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) envolve a construção de um projeto, seu desenvolvimento e sistematização dos resultados sob a forma de um relatório científico, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No Curso Técnico de Nível Médio em Floresta na forma Concomitante, o PCCT deverá ser realizado no último módulo do curso, mediante orientação, acompanhamento e avaliação docente, completando o total de 300 horas. Para cada PCCT será permitido até cinco alunos como autores do projeto, com participação efetiva de todos, comprovada por meio das aferições do professor orientador.

A elaboração do PCCT implicará em normas metodológicas e científicas, em diálogo com os conhecimentos tradicionais do Povo Jarawara. Os temas devem estar baseados no PGTA da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati.

Cada projeto receberá a orientação e acompanhamento docente tanto titular quanto o mediador indígena. Os temas a serem desenvolvidos preferencialmente as temáticas delimitadas nos grupos de pesquisa indicados no Plano de Gestão Territorial Jarawara – PGTA:

- a) Grupo de pesquisa em gestão territorial;

- b) Grupo de pesquisa em gestão dos direitos sociais e da organização;
- c) Grupo de pesquisa em gestão do desenvolvimento sustentável.

Observa-se que os procedimentos de avaliação serão contínuos e cumulativos, com a participação da comunidade, destacando o papel dos mais velhos no processo de orientação.

O Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT deve ser apresentado em um seminário de conclusão de curso, com a participação das aldeias Jarawara e convidados. Deverá ser apresentado nas duas línguas do curso (Jarawara e Português). Os alunos poderão apresentar de forma criativa, o relato de experiência, utilizando elementos da cultura Jarawara para enfatizar os resultados da ação de intervenção ou pesquisa realizada. No seminário, os professores do curso e convidados externos terão o papel de classificar os trabalhos atribuindo notas do valor de zero a dez (0 a 10) de acordo com as apresentações.

Será conferido o DIPLOMA DE TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM FLORESTA aos discentes que concluírem com aproveitamento os quatro módulos do curso, com o devido cumprimento do Projeto de Conclusão de Curso Técnico- PCCT.

8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação do rendimento acadêmico deverá ser contínuo e cumulativo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e será feita por componente curricular/disciplina, abrangendo, simultaneamente, os aspectos de frequência e de aproveitamento de conhecimentos, respeitando os ritmos de aprendizagem dos discentes, mediante o desenvolvimento de atividades, projetos, estudos de casos e problemas propostos, resultando em um quadro de registros, ou caderno de acompanhamento diário, de maneira que discentes e docentes participem do processo. Poderão ser utilizadas diferentes ferramentas avaliativas, através de provas escritas, trabalhos individuais ou em equipe, exercícios orais ou escritos, produtos e processos, oficinas pedagógicas, aulas práticas laboratoriais, seminários, auto avaliação, além do caderno de campo. Destacamos o caderno de campo, como um instrumento que pode apontar para o processo de aprendizado do aluno, que registra suas experiências práticas a partir dos temas trabalhados em sala de aula. Esse caderno poderá ser elaborado tendo como referência a Língua Jarawara. Tais registros podem contemplar o período de alternância das aulas, o que produzirá uma grande riqueza e possibilitará aos professores o desenvolvimento do aprendizado dos alunos.

Neste caso, a avaliação não pode ser vista como método simplesmente quantitativo, mas uma especialidade para promover o conhecimento participativo, coletivo e construtivo entre os envolvidos no processo.

Os critérios e instrumentos de avaliação do rendimento acadêmico serão estabelecidos pelos professores (*Yara* e Jarawara) e estarão em constante processo de avaliação, poderão ser discutidos com os alunos, destacando-se, prioritariamente, o desenvolvimento:

- I. do raciocínio;
- II. do senso crítico;
- III. da capacidade de relacionar conceitos e fatos;
- IV. de associar causa e efeito;

V. de analisar e tomar decisões.

VI. o desenvolvimento da escrita em Jarawara e em Português.

A natureza da avaliação do rendimento acadêmico poderá ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, ficando a critério do docente a forma e quantidade a ser adotada para cada critério, respeitada, no entanto a aplicação mínima de dois instrumentos individuais por alternância. O conteúdo da avaliação será definido pelos professores (*Yara* e Jarawara) de acordo com o conteúdo ministrado. Cabe aos professores buscar sentido, significado e relevância no processo avaliativo que estarão conduzindo, contemplando preferencialmente uma avaliação interdisciplinar e transdisciplinar. Destacando os princípios que norteiam a educação escolar indígena, no que tange ao bilinguismo e a interculturalidade.

O rendimento acadêmico do aluno será aferido ao final de cada disciplina considerando-se a apuração da assiduidade e avaliação da aprendizagem, obedecendo a escala de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para aprovação será 6.0 (seis) por componente curricular, e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de aulas letivas. Os professores que optarem por avaliarem o caderno de campo, poderão atribuir conceitos que serão convertidos em notas de acordo com escala de 0 a 10, sendo: Insuficiente (0 a 3,99), Regular (4 a 5,99); Bom (6 a 7,99) e Excelente (8 a 10).

Para o registro e controle do processo avaliativo, faz-se necessária a utilização de uma planilha, levando-se em consideração os seguintes parâmetros de domínio afetivos e cognitivos: cooperação, participação, responsabilidade, iniciativa, criatividade, compreensão, relações de ideias, construção de conceitos e novas ideias e fluência na Língua Jarawara e Portuguesa.

Ressalte-se ainda que a “avaliação deve constituir-se em uma prática de investigação constante, caracterizando-se como uma construção reflexiva, crítica e emancipatória, e não passiva, repetitiva e coercitiva” (HOFFEMAN, 2006); avaliação que para os estudantes indique “o seu desempenho” e para os professores aponte “indícios dos avanços, dificuldades ou entraves”, “permitindo-lhes a tomada de decisões” no processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação deverá ocorrer valendo-se de múltiplos procedimentos e instrumentos no desenrolar das disciplinas/alternâncias ou atividades de campo.

Caso o discente não alcance os objetivos no prazo estabelecido durante as etapas do processo de ensino/aprendizagem, o mesmo deverá passar por novo processo avaliativo, caracterizando, assim, a recuperação paralela, conforme previsto no Art. 164, da Resolução 94/CONSUP/IFAM, de 23/12/2015:

Os estudos de recuperação paralela da aprendizagem têm como objetivo recuperar processos de formação relativos a determinados conteúdos, devendo ser realizada por instrumento avaliativo, de forma paralela e estarão previstos nos Planos e/ou Projetos Pedagógicos de Cursos, tendo como finalidade a construção do conhecimento na regularidade do processo ensino e aprendizagem.

Ao final do processo, caso o discente não atinja a pontuação mínima para a progressão de módulo, o mesmo terá direito ao exame final em, no máximo, 3 componentes curriculares por módulo. Salienta-se que o Exame Final consiste numa avaliação única e escrita por disciplina, cujos conteúdos serão estabelecidos pelo docente, podendo contemplar todo o conteúdo ou os conteúdos julgados como de maior importância para o discente no período letivo.

Além disso, a coordenação do curso, reunir-se-á sempre que necessário para avaliação do processo ensino-aprendizagem que analisará cada discente por módulos e disciplinas a cada período letivo.

9 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais, e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundos itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

O discente receberá o diploma de Técnico de Nível Médio em Florestas pelo IFAM, após a integralização de todos os componentes curriculares estabelecidos neste Projeto Pedagógico de Curso, integralização do Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT e a integralização das Atividades Complementares, sendo distribuídos de acordo com o quadro abaixo:

Formação Profissional (Disciplinas)	1.200 h
Atividades Complementares	100 h
Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT	300 h
Total da Carga horária Curso	1.600 h

A solicitação de emissão do diploma deverá ser protocolada no *campus* pelo discente e/ou responsável legal, e todas as normativas para emissão do diploma seguirão a Organização Didático-Acadêmica do IFAM, e pela regulamentação própria a ser definida pela Pró-Reitoria de Ensino, apreciada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e aprovada pelo Conselho Superior do IFAM.

10 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O Curso Técnico de Nível Médio em Floresta, na Forma Concomitante, INDÍGENA, ocorrerá na Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati. As aulas serão ministradas na escola da Aldeia Casa Nova. Na referida comunidade existe uma escola da Prefeitura. A escola possui uma sala de aula, um quarto, residência da professora da SEMEC/SEDUC e uma cozinha.

Os Jarawara fizeram um documento solicitando a construção de uma escola com duas salas, dois quartos e uma cozinha. Tal estrutura atenderia as demandas da comunidade, que possui duas turmas de alunos no Ensino Fundamental e ao Curso Técnico de Florestas.

10.1 BIBLIOTECA

Para auxiliar na estrutura curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante, estará disponível o acervo constante na Biblioteca do IFAM *Campus Lábrea*.

A Biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, no horário de 07h30 às 11h30 e 13h30 às 17h30. Encontra-se subordinada ao Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE).

Aos usuários internos da Biblioteca (alunos e servidores) é facultado o empréstimo domiciliar, podendo ser emprestados até 03 livros por 07 dias, além disso, podem ser emprestados até 02 multimeios por até 03 dias (se servidor). As obras de referências, periódicos e todo livro exemplar 01 (exceto livros de literatura) são obras de CONSULTA LOCAL, podendo ser emprestados em fins de semana, com entrega para segunda-feira, impreterivelmente.

A Biblioteca conta com 08 (oito) computadores ligados à Internet para consulta dos usuários. Os computadores do *Campus* estão configurados (utilizando o endereço *proxy* fornecido pela Reitoria) para acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, podendo ser efetuadas consultas, downloads e referências em boa parte das bases de dados do Portal.

Seu quadro funcional é composto por 1 bibliotecário (Bacharel em Biblioteconomia).

No caso dos Jarawara esse empréstimo de livro seguirá uma outra dinâmica. Como os alunos estão na aldeia, será possibilitado aos mesmos, o empréstimo de livros por um período correspondente ao espaço entre disciplinas, ficando aos professores, a responsabilidade de gerenciar o empréstimo na aldeia, quando o número de exemplares disponíveis no acervo assim o permitir, considerando-se que estudantes do Curso Técnico em Florestas na Forma Subsequente também necessitam consultá-los. Caberá ao(à) bibliotecário(a), orientar os discentes sobre o uso adequado dos livros ao longo do curso, no início dos módulos. Para tanto, este(esta) poderá deslocar-se à aldeia.

10.1.1 Espaço Físico

O espaço destinado à Biblioteca constitui uma área total de 126m², com salão de estudos, acesso à Internet, balcão de atendimento e área para guarda-volumes.

10.1.2 Acervo

O acervo da Biblioteca é composto por obras de referência (enciclopédias, dicionários, atlas etc.), obras gerais, obras técnicas, literatura, periódicos, folhetos, apostilas e multimeios (CD's, DVD's e mapas). Tal acervo é organizado segundo a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e catalogado de acordo com o Código AACR. O acesso ao acervo é livre às estantes, para que o usuário possa ter mais liberdade de escolha em sua pesquisa. A Biblioteca possui acesso ao Portal de Periódicos da CAPES. No quadro 6, estão listadas as referências bibliográficas disponíveis no acervo.

Quadro 6: Acervo Bibliográfico relacionado ao curso Técnico em Floresta

DESCRIÇÃO	QTDE
A economia da natureza – Ricklefs, Robert E. – Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2010. 3. ISBN 978-58-277-1677-2	03
A floresta e a escola - Reigota, Marcos – Cortez, SP, 2002. ISBN 85-249-0712-6	03
Adubos e adubações – Malavolta, E. – Nobel, SP, 2002. ISBN 978-85-213-0403-6	02
Anatomia das plantas com sementes – Esau, Katherine – Blucher, SP, 1974. ISBN 978-85-212-0102-1	03
Avaliando a arborização urbana – Silva, Aderbal Gomes da - Aprenda Fácil, Viçosa, 2007. ISBN 978-85-7601-217-7	02
Biodigestores – Barrera, Paulo – Ícone, SP, 1993. ISBN 85-274-0235-1	03
Clima e meio ambiente – Conti, José Bueno – Atual, SP, 1998 ISBN 978-85-7056-895-3 ISBN 978-85-357-0846-2	02
Como elaborar um projeto de pesquisa – Gil, Antonio Carlos – Atlas, SP, 2010. ISBN 978-85-224-5823-3	03
Curso de gestão ambiental – Philippi Jr., Arlindo – Manole, Barueri, 2004. ISBN 85-204-2055-9	03
Dicionário prático de ecologia – Fornari Neto, Ernani – Aquariana, SP, 2001. ISBN 85-7217-068-5	03
Direito do Agronegócio – Queiroz Lopes, João E.- Fórum , BH, 2011. ISBN 978-85-7700-381-5	03
Ecofisiologia de cultivos anuais – Castro, Paulo R. C. – São Paulo, Nobel, 1999 ISBN 85-213-1078-1	03
Educação Ambiental – Pedrini, Alexandre de Gusmão (org.) – Vozes, Rj, 2010. ISBN 978.85.326-1946-4	03
Emissão de gases de efeito estufa provenientes da queima de resíduos agrícolas no Brasil - Lima, M.A. – Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna, 1999. ISBN 85-85347-61-9	03
Fisiologia Vegetal – Taiz, Lincoln. – Artmed, Porto Alegre, 2009. ISBN 978-85-363-1617-7	03
Florestas urbanas – Paiva, Haroldo Nogueira de – Viçosa, Aprenda Fácil, 2002. ISBN 85-88216-29-9	03
Formação e Conservação dos Solos – Lepsch, Igo F. – São Paulo, 2002.	03
Fundamentos de Agroecologia – Maral, Atanásio Alves do – Curitiba, Livro Técnico, 2011. ISBN978-85-63687-27-2	03
Fundamentos de Economia – Vasconcellos, Marco Antônio Sandoval de – Saraiva 3. Ed – SP, 2008. ISBN978-85-02-06767-7	03

Gestão ambiental de áreas degradadas – Araújo, Gustavo Henrique de Souza – Bertrand Brasil, RJ, 2010. ISBN 978-85-286-1095-6	03
Guia Básica de Ecologia – Vasconcellos, Ana - LIBSA, Lisboa, 1999. ISBN 972-33-1433-9	03
Introdução à estatística – Triola, Mario F.- LTC, RJ, 10. ed. 2011.	03
Introdução à metodologia do trabalho científico – Andrade, Maria Margarida de – Atlas, SP, 2010. ISBN 978-85-224-5856-1	03
Morfologia vegetal – Gonçalves, Eduardo Gomes - Instituto Plantarum de Estudos da Flora 2. Ed. São Paulo; 2011. 3. ISBN 85-86714-38-2	03
Paisagismo; Elaboração de jardins – Lira Filho, José Augusto de, - Viçosa, UFV, 2003. ISBN 85-7630-001-x	03
Pragas e doenças do jardim – Fortes, Vânia Moreira – Aprenda Fácil, Viçosa, 2005. ISBN 85-7630-013-3	03
Recuperação de matas ciliares – Martins, Sebastião Venâncio – CPT, Viçosa, 2007. ISBN 978-85-7601-223-8	03
Redação científica – Medeiros, João Bosco – Atlas, SP, 2010. ISBN 978-85-224-5339-9	03
Restauração de florestas – Galvão, A. Paulo M.- -Colombo, Embrapa Florestas, 2005. ISBN 85-89281-04-3	03
Segurança do trabalho & gestão ambiental – Barbosa Filho, Antônio Nunes. -3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010. 3. ISBN 978-85-224-5854-7	03
Seringueira na Amazônia – Frazão, Dilson Augusto Capucho – Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003. 3. ISBN 85-87690-10-8	03
Solo, planta e atmosfera – Reichardt, Klaus – Manole, Barueri, São Paulo, 2004. ISBN 85-204-1773-6	03
Topografia - Costa, Aluizio Alves da – Livro Técnico, Curitiba, 2011. ISBN978-85-63687-22-7	03
Turismo Sustentável – Meio Ambiente e Economia. Swarbrooke, John / ISBN 8585887478	03
Topografia – Borges, Alberto de Campos – Blucher – SP, 1992 ISBN978-85-212-0131-1	03
Como Elaborar um Plano de Negócios. Maitland, Lain	03
Plano de Negócios. Hochaman, Andréa Cecília Ramal, Silvina, Ana Ramal.	03
Ética Empresarial – Posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Srour, Robert Henry	03

10.1.3 Automação do Acervo

Atualmente todos os livros são cadastrados no sistema Gnuteca, porém, por ausência de suporte tecnológico, os empréstimos são feitos manualmente.

10.1.4 Serviços oferecidos

Conforme Regulamento interno das bibliotecas do IFAM (Resolução n. 46 CONSUP/IFAM DE 13 de julho de 2015. Destacamos que, devido ao perfil da comunidade e estrutura do campus, os serviços oferecidos atualmente são:

- I - acesso à fontes de informação diversificadas que respaldem as atividades de ensino pesquisa, extensão, administração e de lazer;
- II - empréstimo/devolução, renovação e reserva de recursos informacionais;
- III - consulta ao acervo [...] forma *online* com acesso disponível no site da biblioteca;
- V - computadores para consulta ao acervo e para pesquisa na Internet;
- VII - orientação para o acesso e o uso dos recursos informacionais disponíveis;
- VIII - orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos conforme as normas da ABNT;
- IX - treinamentos para capacitação de usuários;
- X - levantamento bibliográfico;
- XI - visitas orientadas (com prévio agendamento na biblioteca);
- XII - catalogação na fonte - ficha catalográfica de produtos editoriais do IFAM e da produção acadêmica via *online*;
- XIII - guarda-volumes;
- XVI - disponibilização de espaço físico para a realização de exposições e eventos culturais, quando possível.

10.2 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Quadro 4: Infraestrutura do Campus

ITEM	DESCRIÇÃO	ÁREA (m ²)
1	TERRENO	100.000m ²

Quadro 5: Ambientes Físicos

Nº	AMBIENTE	QTDE
1	SALAS DE AULA	10
2	SALAS DE ESTUDO DOCENTE	1
3	LABORATÓRIOS	4
4	CENTRO DE IDIOMAS	1
5	ÁREA PARA LANCHONETE	1
6	WC. MASCULINO / FEMININO / PNE	8
7	ALOJAMENTOS	1
8	ALMOXARIFADO	1
9	REPROGRAFIA	1
10	SALA DE PSICOLOGIA	1
11	SALA DO SERVIÇO SOCIAL	1
12	SALA DE ASS. AO ESTUDANTE	1
13	COORD. DE TEC. DA INFORMAÇÃO	1
14	BIBLIOTECA	1
15	SETOR PEDAGÓGICO	1
16	DIRETORIA DE ENSINO /CGC	1
17	SALA DE REUNIÃO DA DIRETORIA	1
18	PROTOCOLO	1
19	DG	1
20	DAP	1
21	SALA DOS PROFESSORES	1
22	SALA COORDENAÇÃO CURSOS	2
23	REFEITÓRIO/COZINHA/COPA	1
24	CRA	1
25	GARAGEM	1
26	OFICINA	1
27	SALA AMBIENTE DO SETOR DE PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL	1
28	ESTÁBULO	1
29	SALA AMBIENTE II	1
30	SUINOCULTURA	1
31	SALA AMBIENTE I	1
32	CAPATAZIA	1
33	PISCINA	1
34	QUADRA	1
35	GINÁSIO POLIESPORTIVO	1
36	LABORATÓRIO DE AQUICULTURA	1
37	DEPÓSITOS DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS	1

11 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

11.1 CORPO DOCENTE

O *campus* Lábrea conta com servidores técnicos administrativos em educação e pessoal terceirizado que colaboram nas rotinas administrativas, bem como de serviços gerais. O *campus* também possui profissionais docentes com formação em áreas variadas que possibilitam a implementação do Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante.

O quadro 06 apresenta o corpo docente do IFAM *Campus* Lábrea.

Quadro 6. Corpo Docente

Nº	NOME DO SERVIDOR	TITULAÇÃO	GRADUAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
1	Alessandra de Souza Fonseca	Doutora	Engenharia Florestal	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
2	Arquimar Barbosa de Oliveira	Especialista	Física	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
3	Claudina Azevedo Maximiano	Doutora	Sociologia	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
4	Diego Ricardo Lima Soares	Especialista	Contabilidade	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
5	Éden Francisco Barros Maia	Especialista	História	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
6	Edimilson Ferreira de Lima	Graduado(a)	Ciências Agrárias	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
7	Edson Galvão Maia	Mestre	Letras	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
8	Elias Bezerra de Souza	Especialista	Pedagogia	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
10	Estela Rosana Durães Vieira	Mestre	Engenharia Florestal	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
11	Fabiano Pereira dos Santos	Especialista	Engenharia Elétrica	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
12	Fabiann Matthaus Dantas Barbosa	Especialista	Informática	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
13	Francy Kelle Carvalho da Silva	Graduado(a)	Secretariado	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
14	Handson Rubem Martins	Mestre	Letras	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
15	Idalécio Pacífico da Silva	Doutor	Medicina Veterinária	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
16	Igor Bartolomeu Alves de Barros	Graduação	Engenheiro de Pesca	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

17	Jameson Solimões da Silva	Graduado(a)	Educação Física	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
18	Joelcio Gama Avelar	Mestre	Engenharia de Pesca	40 HORAS
19	Joiada Moreira da Silva Linhares	Doutor	Geografia	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
20	Jones Montenegro da Silva	Especialista	Biologia	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
21	José Augusto Figueira da Silva	Mestre	Ciências Agrárias	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
22	José Avelino Cardoso	Mestre	Engenheiro Agrônomo	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
23	José Cleuton Silva de Souza	Especialista	Matemática	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
24	Judson Medeiros Alves	Mestre	Espanhol	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
25	Julio Ferreira Falcão	Graduado(a)	Engenharia Florestal	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
26	Laura Cristina Leal e Silva	Especialista	Inglês	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
27	Leandro Coutinho Alho	Mestre	Ciências Agrárias	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
28	Leandro Junior Machado	Mestre	Química	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
29	Manoel Galdino da Silva	Graduado(a)	Arte	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
30	Maria Rosângela Marinho de Souza	Graduado(a)	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
31	Pablo Marques da Silva	Mestre	Economia	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
32	Paulo Sérgio Carlos Arruda	Graduado(a)	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
33	Pedro Italiano de Araújo Neto	Graduado(a)	Química	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
34	Rafael Carvalho de Souza	Graduado(a)	Administração	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
35	Raphael Luca Souza da Silva	Especialista	Matemática	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
36	Regina Mayara Olegario dos Santos	Graduada	Física	40 HORAS
37	Rodrigo Ferreira de Lima	Especialista	Administração	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
38	Ronilson de Sousa Lopes	Graduado(a)	Filosofia	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
39	Rosiel Camilo Sena	Graduado(a)	Matemática e Física	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
40	Suziane Ghedini Martinelli	Doutorado	Zootecnia	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
41	Vandreza Regina Sodré de Souza	Graduada	Recursos Pesqueiros	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
42	Venicio Favoretti	Especialista	Biologia	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

11.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Quadro 7. Corpo Técnico Administrativo

Nº	NOME	TITULAÇÃO	GRADUAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
1	Adelino Maia Galvão Filho	Especialista	Administração	40 horas
2	Aline da Silva Batista	Especialista	Serviço Social	40 horas
3	Annabele Fernandes do Nascimento	Graduada	Letras e Gestão Pública	40 horas
4	Antonio Carlos de Frotas Pinheiro	Graduado	Logística	40 horas
5	Antonio Francisco Carvalho do Nascimento	Graduado	Administração	40 horas
6	Antonio Paulino dos Santos	Mestre	Informática	40 horas
7	Cleude de Souza Maia	Especialista	Matemática	40 horas
8	Cleuson Melo da Silva	Especialista	Informática	40 horas
9	Clever Meireles Lopes	Graduado	Téc. Em Eletrônica	40 horas
10	Daniel Martins da Silva	Ensino Médio	Ens. Médio	40 horas
11	Davilla Vieira Odizio da Silva	Especialista	Biblioteconomia	40 horas
12	Déborah Linhares Pereira da Silva	Mestre	Geografia	40 horas
13	Evandro Inácio da Costa	Mestre	Ciências Agrárias	40 horas
14	Francisco das Chagas Silva de Souza	Graduado	Administração	40 horas
15	Francisco Marcelo Rodrigues Ribeiro	Especialista	Pedagogia	40 horas
16	Genivaldo Oliveira da Silva	Especialista	Informática	40 horas
17	Jesus Ferreira de Souza	Especialista	Matemática	40 horas
18	Jonacy da Costa Albuquerque	Especialista	Administração	40 horas
19	José de Jesus Medeiros Falcão Jr	Especialista	Ciências Contábeis	40 horas
20	José Falcão Neto	Especialista	Matemática	40 horas
21	Leandro Lopes de Souza	Ensino Médio	Ens. Médio	40 horas
22	Lidiane Teles de Amorim	Especialista	Psicologia	40 horas
23	Marco Antonio Ritter Bastos Gomes	Mestre	Medicina Veterinária	40 horas
24	Marcos Ferreira dos Santos	Ensino Médio	Ens. Médio	40 horas

25	Maria Marlúcia Rodrigues Morais da Costa	Especialista	Pedagogia	40 horas
26	Marilda Rodrigues de Araujo	Especialista	Matemática	40 horas
27	Pâmila Ferreira Monteiro	Graduada	Nutrição	40 horas
28	Paulo Alberto Gonçalves Lins	Graduado	Desenvolvimento de Sistemas	40 horas
29	Paula Tayara Cavalcante Lima	Graduada	Gestão Pública*	40 horas
30	Raimundo Domingos de Oliveira	Graduado	Ciências Econômicas*	40 horas
31	Rosangela Aparecida da Silva Ferreira	Ensino Médio	Ens. Médio	40 horas
32	Talles Wendell da Silva Galvão	Ensino Médio	Ens. Médio	40 horas
33	Valdecir Santos Nogueira	Especialista	Informática e Administração	40 horas
34	Walber de Souza Melo	Graduado	Técnico em Gestão Ambiental	40 horas
35	Zarife Gomes Lima	Especialista	Enfermagem	40 horas

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em dezembro de 2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 01/2000** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. **Decreto Nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, 2007.

_____. **Decreto n. 6.861**. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2006.

_____. **Decreto n. 7747**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2012.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

_____. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília-DF, 2012.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 06/2012** - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer de homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Parecer nº 11 de 09 de maio de 2013.

_____. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. MEC/SETEC/DPEPT. 3º edição. Brasília-DF, 2014.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Documento Base para a promoção da formação integral, fortalecimento do ensino médio integrado e implementação do currículo no âmbito das Instituições da Rede EPCT, conforme Lei Federal nº 11892/2008. FDE/CONIF. Brasília, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ªed. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução Nº 94 -CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015. Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 18, de 1 de fevereiro de 2017. Diretrizes Curriculares para Avaliação, Elaboração e/ou Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.


LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1994.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia dialética em sala de aula. In: **Revista de Educação AEC**. Brasília, 1992 (n. 83).

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PROGRAMA DE DISCIPLINAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Língua Portuguesa aplicada				
Módulo: I	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	32	8		40	40
EMENTA					
Leitura de mundo Jarawara e dos <i>Yara</i> . Técnicas de produção textual em línguas Jarawara e Portuguesa. Conhecimentos básicos dos meios de expressão e representação da Escrita. Oralidade. Interpretação textual. Leitura e interpretação de textos técnicos.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com Licenciatura plena em Letras/Língua Portuguesa e/ou Bacharelado em Linguística.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Aplica-se a todas as disciplinas a serem cursadas.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Apresentar o conteúdo básico de Língua Portuguesa para compreensão dos elementos chaves da linguagem utilizada pelos professores do curso.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a habilidade da leitura e escrita; • Ler e interpretar textos; • Produzir textos; • Compreender as expressões orais na língua portuguesa. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. As diferentes Linguagens: <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Expressões na pintura, desenho, música, dança; 1.2 Semelhanças e diferenças entre cores, tamanhos, formas e movimentos; 2. Utilização da escrita e outras linguagens na internet. 3. Práticas de leitura e produção textual: <ol style="list-style-type: none"> 3.1 Leitura e produção de textos (orais, escritos e imagéticos) através de diferentes linguagens, gêneros e suportes; 3.2 Textos nas diversas variedades da língua portuguesa. 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
BRONCKART, J. P. Atividade de linguagem, textos e discursos. por um interacionismo					

sócio- discursivo. São Paulo: Educ, 1999.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros do oral e do escrito na escola. Trad. e Org. de Rojo, R. e de Cordeiro, G.L. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

FREIRE, P. O ato de ler em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERTALANFFY, L. V. Teoria geral dos sistemas. Petrópolis: Vozes, 1968.

BRASIL. Ministério da Educação. A criança de seis anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos.


Secretaria de Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, 2009.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Área de Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC, 1998.


BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELABORADO POR:

Pedagoga Maria Marlúcia Rodrigues Moraes da Costa e Profa. Dra. Claudina Azevedo Maximiano.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:		Recursos naturais	
Disciplina:	Legislação Florestal e Indigenista				
Módulo: I	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	32	8		40	40
EMENTA					
Noções básicas do Estado Constitucional Brasileiro. Introdução à política indigenista brasileira. Noções de direitos e deveres dos povos indígenas. Introdução à política e legislação florestal e ambiental. Aspectos da Lei para a Amazônia Legal. Legislação sobre Mudanças Climáticas.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Direito, Ciências Sociais, Antropologia, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Agronomia ou de áreas correlatas envolvidas com legislação ambiental, proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Economia, Comercialização e Certificação Florestal; Manejo de Florestas Nativas, Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros; Manejo e Conservação da Fauna Silvestre.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Apresentar os conceitos jurídicos e os principais temas relacionados à política e a legislação florestal e indigenista para aplicação na gestão territorial e ambiental da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar noções do funcionamento do estado e do sistema jurídico brasileiro, com foco nos direitos dos povos indígenas; • Proporcionar a aquisição de conhecimento sobre política e legislação florestal e indigenista brasileira, identificando os diferentes instrumentos de regulamentação e quando estes podem/devem ser aplicados • Preparar o povo Jarawara para lidar com questões jurídicas relativas à gestão territorial e ambiental da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Políticas públicas e legislação. 2. Instrumentos regulatórios: lei, decreto, medida provisória, Instrução Normativa, resolução, outros. 3. Direito indigenista e direitos indígenas. 4. O Estado Constitucional Brasileiro. Direitos constitucionais dos povos indígenas. Estatuto do Índio. 5. A Convenção nº 169 da OIT. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. 6. O Meio Ambiente na Constituição de 1988. Política Nacional do Meio Ambiente. 					

<p>Política Florestal na Amazônia brasileira.</p> <p>7. Código Florestal Brasileiro.</p> <p>8. Terras Indígenas e a PNGATI.</p> <p>9. Questões jurídicas na gestão da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati.</p> <p>10. Terras Indígenas e Unidades de Conservação.</p> <p>11. Legislação sobre Mudanças Climáticas.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>BRASIL. Constituição Federal de 1988.</p> <p>VILLARES E SILVA, Luiz Fernando (org.). Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008.</p> <p>AMADO, Luiz Henrique Eloy. TERRA INDÍGENA e legislação indigenista no Brasil. Cadernos de Estudos Culturais, v. 7, p. 55-77, 2015.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel. Direitos dos povos indígenas em disputa no STF. São Paulo: UNESP, 2018.</p> <p>CUNHA, Manuela Carneiro da. Os direitos dos índios: ensaios e documentos. São Paulo: ed. Brasiliense, 1987.</p> <p>SANTILLI, Juliana (coord.). Os direitos indígenas e a constituição. Porto Alegre: Núcleo de Direitos Indígenas: Fabris, 1993.</p> <p>SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito. 1ª Ed. (6ª reimpressão). Curitiba: Juruá, 2009.</p> <p>VILLARES Luiz Fernando (coord.) Direito penal e povos indígenas. Curitiba: Juruá, 2010.</p>
ELABORADO POR:
<p>Luiz Carlos Lages Sarmiento Albuquerque Marques revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca.</p>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Informática Básica				
Módulo: I	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	32	8		40	40
EMENTA					
Noções de estrutura e funcionamento do computador. Digitação. Organização de arquivos e pastas. Utilização da internet. Ferramentas de comunicação online. Redes sociais. Utilização de outras máquinas computadorizadas (terminal bancário, terminais de autoatendimento, etc.).					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Ciência da Computação, Informática, Engenharias e demais áreas correlatas cujos profissionais utilizem ferramentas tecnológicas digitais e virtuais em sua prática profissional.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Português Instrumental, Práticas de Língua Inglesa, Geotecnologia aplicada, Metodologia do Trabalho Científico e Elaboração de Relatórios e Projetos.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Familiarizar o aluno com noções e conceitos básicos em informática, bem como possibilitá-lo desenvolver habilidades na utilização de softwares aplicativos e outros sistemas computadorizados que possam ser úteis como ferramentas de trabalho em seu cotidiano, sua vida acadêmica e profissional.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Propiciar ao aluno conhecimentos básicos sobre os computadores digitais; • Utilizar programas utilitários para computadores, como editores de textos, planilhas eletrônicas e softwares de apresentação. • Capacitar os alunos para utilizarem o computador como ferramenta de trabalho, fornecendo-lhes conhecimentos básicos sobre os computadores digitais; • Contribuir para um processo de democratização do conhecimento e inclusão digital visando também o desenvolvimento pessoal. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
1 - História da Informática. 2 - Reconhecer e utilizar os dispositivos e periféricos. 3 - Recursos de um Sistema Operacional. 4 – Softwares Aplicativos 5 – Internet e Correio Eletrônico 6 – Sistemas Computadorizados					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					

BRAGA, William. Inclusão digital, informática elementar. Alta Books: Rio de Janeiro, 2003.

MANZANO, A.L.N.G. & MANZANO, M.I.N.G. Informática básica. São Paulo: Editora Ática, 2008.

VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CYCLADES BRASIL. Guia Internet de conectividade. 11. ed. São Paulo: Cyclades Brasil, 2004. 167 p.

BENINI FILHO, Pio Armando; MARÇULA, Marcelo. Informática: Conceitos e Aplicações. 2 ed. São Paulo: Érica, 2005. 406 p.


MARTIM, Robert. Excel avançado. São Paulo: Digerati Books, 2007. 140 p.

CÔRTEZ, Pedro Luiz. Sistemas operacionais: fundamentos. 2. ed. São Paulo: Érica, 2005. 222 p.


MANZANO & MANZANO. Estudo Dirigido de Informática Básica. Érica, 7ª edição, 2007.

ELABORADO POR:

Prof. Fabiann Matthaus Dantas Barbosa revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Prática de língua Inglesa				
Módulo: I	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	32	8		40	40
EMENTA					
A língua inglesa no mundo. Termos e vocabulário técnico (informática e termos técnicos florestais).					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com Licenciatura plena ou Bacharelado em Letras/Língua Inglesa, Engenharias, Agronomia ou áreas correlatas familiarizados com o Inglês Instrumental e/ou aos termos técnicos do setor florestal na língua inglesa.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Informática básica, Geotecnologia Aplicada e Etnozoneamento, Segurança e Saúde no Trabalho Florestal, Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros, Manejo de Florestas Nativas.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Fornecer subsídio para interpretação em língua inglesa para iniciantes.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver as habilidades de fala, escrita, audição e leitura em nível básico; • Comunicar informações pessoais: nome, nacionalidade, família, ocupação, idade. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Greetings 2. Personal Pronouns 3. Verb to be (all forms) – There to be 4. Articles A/ An/ The 5. Nouns: Gênero e número 6. Demonstrative: This/ That/ These/ Those 7. VOCABULARY: Colors, House / Family, School and classroom 8. Vocabulary: clothes, Lumen body, days of the week, month 9. Forestry technical terms 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
<p>ELSWORTH, Steve. Look! 1 – student's book. London: Pearson, 2009.</p> <p>LONGMAN. Dicionário Longman Escolar para Estudantes Brasileiros. Português- Inglês/Inglês-Português com CD-Rom. 2ª Edição: Atualizado com as novas regras de Ortografia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.</p>					

USDA (s.d). Glossary of Forest Engineering Terms . Disponível em: < https://www.srs.fs.usda.gov/forestops/glossary/ >. Acesso em: 12 setembro 2018.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. (2005). Leitura em Língua Inglesa : uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2010. MARINOTTO, D.; Reading on Info Tech. 2ed, Ed. Novatec, 2007. GALLO, L. R.; Inglês Instrumental para Informática - Módulo I. 1ed, Ed. Ícone, 2008. MUNHOZ, R.; Inglês Instrumental: Estratégias de Leitura - Módulo I. Ed. Textonovo, 2001. MUNHOZ, R.; Inglês Instrumental: Estratégias de Leitura - Módulo II. Ed. Textonovo, 2001.
ELABORADO POR:
Pedagoga Maria MarluCIA Rodrigues Morais da Costa e Profa. Dra. Claudina Maximiano Azevedo revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:		Recursos naturais	
Disciplina:	Ecologia Florestal				
Módulo: I	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	48	12		40	60
EMENTA					
Ecologia Jarawara. Importância da árvore para regulação do balanço hídrico na Amazônia. Sucessão Ecológica. Interação ecológica. Ecologia da paisagem. Ecossistemas Amazônicos. Biodiversidade. Controle biológico.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Biologia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Agronomia, Ciências Agrárias, Agroecologia ou áreas correlatas.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Educação ambiental e questões indígenas, Solos, Botânica e Dendrologia, Viveiros e Plantios florestais, Recuperação de Áreas Degradadas (RAD) e Sistemas agroflorestais (SAF's), Introdução ao Manejo e Conservação da Fauna Silvestre, Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros, Manejo de Florestas Nativas, Sistemas produtivos indígenas e cadeias de valor.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Fornecer informações de caráter básico para que os alunos possam inferir sobre relações complexas que envolvem a estrutura e o funcionamento das comunidades florestais.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer as relações ecológicas entre as espécies animais e vegetais. • Identificar os tipos de modificações na floresta influenciados pelos fatores abióticos e bióticos que podem limitar uma população. • Caracterizar os principais ecossistemas da Amazônia: funcionamento e regulação. • Propiciar conhecimentos básicos de ecologia geral e florestal para subsidiar as atividades junto à Terra Indígena. • Identificar os possíveis impactos ambientais das atividades produtivas e da fragmentação florestal e suas consequências no meio ambiente e na qualidade de vida na Terra Indígena. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. A árvore como principal componente no processo dinâmico das águas na floresta amazônica e no clima do Brasil (bomba biótica de umidade, evapotranspiração, ventos Alísios e Rios Voadores) 2. Sucessão Ecológica <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Noções de Composição florística, fitofisionomia e estrutura florestal. 2.2 Adaptação das espécies quanto às exigências de luz 2.3 Espécies clímax, secundárias e pioneiras 					

- 2.4 Dinâmica de clareira e regeneração
- 3. Interações ecológicas planta-animal e planta-planta
- 4. Ecologia da Paisagem
 - 4.1 Fragmentação florestal
 - 4.2 Efeito de borda
 - 4.3 Matriz, mancha e corredores ecológicos
- 5. Ecossistemas: conceito e estrutura, componentes abióticos e bióticos
- 6. Principais ecossistemas do mundo
- 7. Ecossistemas terrestres e aquáticos amazônicos: várzea, igapó, campinarana, campina, terra firme e baixio
- 8. Biodiversidade e sociodiversidade
- 9. Controle Biológico
 - 9.1 Espécies indesejáveis nas culturas florestais
 - 9.2 Exemplos de controle biológico em culturas florestais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:


- DEL-CLARO, K.; TOREZAN-SILINGARDI, H. M. Ecologia das interações plantas-animais. Editora Technical Books. 2012. 336p.
- MARCON, J. L.; MENIN, M. Biodiversidade Amazônica – Caracterização, Ecologia e Conservação. 1ªed. Editora UFAM, Manaus-AM. 2012. 372p.
- MARTINS, S. V. Ecologia de Florestas Tropicais do Brasil. 2ªed. Editora UFV, Viçosa-MG. 2012. 371 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:


- CAIN, M. L.; BOWMAN, W. D.; HACKE, S. D. Ecologia. Editora Artmed. 2011. 664p.
- SOUZA, A. L.; SOARES, C. P. B. Florestas Nativas. 1ª ed. Editora UFV. 2013. 322p.
- MARTINELLI, G.; MORAES, M. A. Livro vermelho da flora do Brasil. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013. 1100p
- TOWNSEND, C. R., M. BEGON e J. L. HARPER. Fundamentos em Ecologia. 2ªed. Artmed, Porto Alegre. 2006.
- RICKLEFS, R.E. A Economia da Natureza. 5ª ed. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro. 2003.

ELABORADO POR:

Professores: Ricardo Aparecido Bento; Carlos Matheus Paixão; Philippe Waldhoff adaptado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Educação Ambiental e questões indígenas				
Módulo: I	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	32	8		40	40
EMENTA					
Meio Ambiente e recursos naturais. Mudanças climáticas. Sustentabilidade Qualidade de Vida. Ambiente e qualidade de vida. O papel e ação do agente ambiental indígena.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Engenharia Ambiental, Biologia, Agronomia, Engenharia Florestal, Ciências Agrárias, Ciência Sociais ou áreas correlatas com pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável na Amazônia ou Gestão Ambiental.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Recuperação de Áreas Degradadas (RAD) e Sistemas agroflorestais (SAF's), Introdução ao Manejo e Conservação da Fauna Silvestre, Inventário Florestal de uso múltiplo e etnomapeamento.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Entender as problemáticas regionais, locais e contextualizá-las de forma holística e global.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o conceito de Meio Ambiente e recursos naturais; • Discutir as causas das mudanças climáticas; • Contextualizar a contribuição dos Povos Indígenas para o equilíbrio do Planeta; • conhecer criticamente os principais fatores ambientais que podem ajudar a manter a qualidade de vida; • Dar continuidade no entendimento do papel do agente ambiental indígena. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Meio Ambiente <ol style="list-style-type: none"> 1.1 A nossa Terra (recursos naturais); 1.2 O clima ontem e hoje (Mudanças climáticas); 1.3 Importância das áreas protegidas e Terras Indígenas; 2. Sustentabilidade <ol style="list-style-type: none"> 2.1 A PNGATI 2.2 Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; 3. Qualidade de Vida. <ol style="list-style-type: none"> 3.1 Ambiente e qualidade de vida: 					

<p>3.2 Descartes de resíduos;</p> <p>3.3 Cuidado com os alimentos;</p> <p>3.4 Cuidado com a água;</p> <p>3.5 Preparação dos alimentos.</p> <p>4. O papel e ação do agente ambiental indígena</p> <p>4.1 Proteção territorial e dos recursos naturais.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>BAVARESCO, Andréia; MENEZES, Marcela. Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. – Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014. 90p.</p> <p>FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO; DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL; COORDENAÇÃO GERAL DE MONITORAMENTO TERRITORIAL; GIZ (Orgs.). Monitores Territoriais Indígenas: programa de Capacitação em proteção Territorial. – Brasília: FUNAI/GIZ, 2015. 162p.</p> <p>_____ PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA JARAWARA/JAMAMADI/KANAMATI.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>BERNA, Vilmar. Como fazer educação ambiental. São Paulo: Paulus, 2001. 142 p.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Educação Ambiental. A implantação da Educação Ambiental no Brasil. Brasília, 1998. 166 p.</p> <p>CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental?: elemento para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. Revista da EMATER. Rio Grande do Sul. - Porto Alegre: EMATER/RS, Porto Alegre, 2001. v. 2, n.2. – p. 43-51.</p> <p>MELLO, Soraia Silva de. TRAJBER, Rachel. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. Brasília: UNESCO, 2007. 248 p.</p> <p>DIETZ, Lou Ann; TAMAIO, Irineu. Aprenda fazendo: apoio aos processos de educação ambiental / Brasília : WWF Brasil, 2000.386 p.</p>
ELABORADO POR:
<p>Profa. Dra. Claudina Azevedo Maximiano revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca.</p>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Seminário Temático: conhecimentos tradicionais e identidade Jarawara				
Módulo: I	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	16	4		20	20
EMENTA					
Diálogos sobre a história e as tradições Jarawara.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Ciências Sociais, Antropologia, Filosofia, História, Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Letras ou áreas correlatas com pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável na Amazônia ou em Sociedade e Cultura na Amazônia ou em Antropologia Social.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Educação ambiental e questões indígenas, Língua Portuguesa aplicada, Sistemas produtivos e cadeias de valor, Elaboração de projetos para a Terra Indígena Jarawara (PCCT).					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Criar um espaço de interlocução entre os conhecimentos Jarawara e os saberes dos <i>Yara</i> .					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Trocar de saberes e conhecimentos tradicionais; • Socializar os conhecimentos Jarawara; • Possibilitar o processo de inteiração entre os Jarawara e os <i>Yara</i> que atuam no curso. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Socialização dos saberes Jarawara; 2. Relação entre os conhecimentos Jarawara e o conhecimento dos <i>Yara</i>; 3. Momento de avaliação do processo de aprendizagem. 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
<p>ALMEIDA, A.W.B. de. Apresentação. In: SHIRAIISHI NETO, J. (org.). Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007. p. 9-17.</p> <p>BAVARESCO, Andréia; MENEZES, Marcela. Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. – Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014. 90p.</p> <p>EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.</p>					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LAPLANTINE, FRANÇOIS. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2003. 172 p.

SANTOS, J. L. O que é cultura? São Paulo: Editora Brasiliense. 1983.


SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. 133 p.

FORTURNA, Carlos e FERREIRA, Claudino. O Turismo, o turista e a (pós) modernidade. N.80. Oficina CES. Coimbra, outubro de 1996.

FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo, Ed, UNESP, 2010.

ELABORADO POR:

Profa. Dra. Claudina Azevedo Maximiano revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Segurança e Saúde no Trabalho Florestal				
Módulo: II	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	16	4		40	40
EMENTA					
Segurança e Saúde no Trabalho Florestal. Segurança no Trabalho; Causas dos Acidentes; Equipamentos de Proteção Individual. Noções de primeiros socorros em ambiente de florestas					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Engenharia em Segurança do Trabalho ou Engenharias ou Profissionais da área de Saúde ou áreas correlatas com pós-graduação em Segurança do Trabalho.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Viveiros e Plantios florestais, Recuperação de Áreas Degradadas (RAD) e Sistemas agroflorestais (SAF's), Dendrometria e Inventário Florestal, Introdução ao Manejo e Conservação da Fauna Silvestre, Inventário Florestal de uso múltiplo e Etnomapeamento, Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros, Manejo de Florestas Nativas.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Proteger os futuros profissionais contra os riscos inerentes às atividades florestais e prevenir ou reduzir a frequência das doenças profissionais ou dos acidentes de trabalho.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar os requisitos mínimos e essenciais dos procedimentos de segurança para todos os trabalhadores atuantes na floresta, com o objetivo de reduzir, ao mínimo, os riscos de acidentes ou de doenças. • Facilitar o planejamento e a organização do trabalho visando à segurança, a saúde e o bem-estar no ambiente de trabalho florestal. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
1. Segurança no Trabalho 1.1. Classificação do Acidente do Trabalho: 1.2 Doenças Ocupacionais: doença do trabalho e doença profissional 1.2.1 Causas dos Acidentes do Trabalho: Falha humana e Fatores Ambientais 1.3. Riscos Ambientais 1.4. Segurança e Saúde no Trabalho Florestal 1.5 Noções Básicas de Primeiros Socorros: Ferimentos, Queimaduras, Hemorragia, Lesões de ossos, articulações e músculos, Desmaio, Corpo estranho nos olhos e nos ouvidos, Convulsão, Parada Cardíaca e Respiratória, Afogamento, Lesões na Coluna, Transporte de Acidentados, Insolação, Envenenamento e Intoxicação, Animais peçonhentos e mordedura por animais.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					

CHIBINSKI, MURILO. Introdução à Segurança do Trabalho. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011. 128 p.: il.

FERREIRA, L.S.; PEIXOTO, N. H. Segurança do trabalho I. – Santa Maria: UFSM, CTISM, Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil, 2012. 151 p.: il.;

PEIXOTO, N. H. Segurança do trabalho. – 3. ed. – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2011. 128 p.: il.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARSANO, P.R.; BARBOSA, R.P.; Segurança do Trabalho: guia prático e didático. Editora Érica. 2ª Edição. 2018.

NOGUEIRA, M. M.; LENTINI, M. W.; PIRES, I. P.; BITTENCOURT, P. G.; ZWEEDE, J. C. Procedimento simplificado em segurança e saúde do trabalho no manejo florestal. Belém, PA: Instituto Floresta Tropical. Fundação Floresta Tropical, 2010. 80p.


NR 31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. Publicação Portaria MTE n.º 86, de 03 de março de 2005, D.O.U. 04/03/05; Portaria MTE n.º 2.546, de 14 de dezembro de 2011, D.O.U. 16/12/11.

NOGUEIRA, M. M.; VIEIRA, V.; SOUZA, A.; LENTINI, M. W. Manejo de florestas naturais da Amazônia: corte, traçamento e segurança. Belém, PA: Instituto Floresta Tropical, 144p. 2011.

YAMASHITA, R. Y.; POSCHEN, P.; FREITAS, A.G. Segurança e Saúde no trabalho florestal: código de práticas da OIT. São Paulo: Fundacentro. 2005. 172p.

ELABORADO POR:

Profa. MSc. Anabel Rodrigues e Silva; Prof. Manoel de Jesus de Souza Miranda revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:		Recursos naturais	
Disciplina:	Matemática aplicada				
Módulo: II	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	32	8		40	40
EMENTA					
A matemática no cotidiano Jarawara e suas aplicações. Raciocínio lógico e quantitativo associados às operações básicas; Metodologias de contagem para o Povo Jarawara. Unidade de medidas tradicionais (não convencionadas pelo S.I.) e convencionais: Medidas de Tempo, comprimento, superfície e volume. Regra de três; Porcentagem.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com Licenciatura plena ou Bacharelado em Matemática, Engenharias, Agronomia, Ciências Agrárias ou áreas correlatas.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Solos; Botânica e Dendrologia; Viveiros e Plantios florestais; Recuperação de Áreas Degradadas (RAD) e Sistemas agroflorestais; Dendrometria e Inventário Florestal; Introdução ao Manejo e Conservação da Fauna Silvestre; Inventário Florestal de uso múltiplo e Etnomapeamento; Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros; Manejo de Florestas Nativas; Sistemas produtivos e cadeias de valor; Economia, Comercialização e Certificação Florestal; Associativismo, Cooperativismo e Empreendedorismo.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Articular o conhecimento matemático com conhecimento do saber tradicional e de outras áreas do saber científico.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> -Estabelecer relações de medidas fazendo estimativas simples; -Fazer medições e comparar valores; -Reconhecer os instrumentos de medida de comprimento e volume; -Estabelecer relações de grandeza entre dois objetos de tamanhos diferentes e entre diversos objetos dentro do cotidiano da Aldeia, utilizando medidas conhecidas pelo povo Jarawara; -Compreender as diferentes formas de representações (tabelas, gráficos, expressões e etc.); -Formular hipótese e prever resultados. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<p>Números e Operações;</p> <p>Geometria e volumetria;</p> <p>Grandezas e Medidas;</p> <p>Estatística e a representação gráfica;</p> <p>Estatística descritiva: conceitos gerais.</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

D'AMBROSIO, U. Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática. Campinas: Unicamp, 1986.

DANTE, L. R. Matemática (coleção do 1º ao 5º ano). São Paulo: Ática, 2013.

IMENES, L.M.; LELLIS, M.; MILANI, E. Projeto Presente Matemática (coleção do 1º ao 5º ano). São Paulo: Moderna, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, A.N.; MUNDURUKU, J.S.; MUNDURUKU, C.G.; FRAGA, W.B. Etnomatemática, desafios e jogos: uma experiência com a educação escolar indígena Munduruku. Conex. Ci. e Technol. Fortaleza/CE, v. 9, n. 4, p. 91 - 97, dez. 2015.

PICA, P.; LEMER, C.; IZARD, V.; DEHAENE, S. Quais são os vínculos entre aritmética e linguagem? um estudo na amazônia. Revista de Estudos e Pesquisas, v. 2, n. 1, p. 199–236, 2005.


MUNDURUKU. Munduruku: Conhecendo os caminhos do projeto Ibaorebu. Blog. Disponível em: <<http://munduruku-pusuru.blogspot.com.br/2008/12/mk.html>>.

ANDRADE, L. de. Etnomatemática a matemática na cultura indígena. Monografia Licenciatura em matemática) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GOBBI, I. Relatório da XII etapa Intensiva-Tempo escola do Projeto Ibaorebu de Formação Integral Munduruku. Brasília: FUNAI, 2015.

ELABORADO POR:

Prof. José Cleuton Silva de Souza e Pedagoga Maria Marlucia Rodrigues Moraes da Costa
revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Elaboração de relatórios e projetos				
Módulo: II	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	32	8		40	40
EMENTA					
Compreender a pesquisa como princípio científico e educativo; sua importância para a elaboração de projetos de conclusão de curso Técnico (PCCT).					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Ciências Sociais, Filosofia, História, Letras, Engenharias, Agronomia, Ciências Agrárias ou áreas correlatas.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Disciplina transversal. Aplica-se a todas as disciplinas do curso, principalmente, à Elaboração de projetos para a Terra Indígena Jarawara (PCCT)					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Capacitar os alunos para a construção do projeto de pesquisa.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender como se produz um projeto; • Oportunizar aos alunos a possibilidade de produção dos projetos de conclusão de curso; • Auxiliar na compreensão de como se executa o projeto. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceito de projeto de pesquisa; 2. Construção do projeto; 3. Etapas de execução do projeto. 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
<p>GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Editora Atlas, 4ª ed., 1995.</p> <p>BAVARESCO, Andréia; MENEZES, Marcela. Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. – Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014. 90p.</p> <p>GRESSLER, L. A. Introdução à Pesquisa – projetos e relatórios. 3ª edição. São Paulo: Loyola. 2007.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
<p>SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª edição. São Paulo: Cortez. 2007.</p> <p>FURASTÉ, P. A. Normas Técnicas para Trabalho Científico: Elaboração e Formatação. Explicação das Normas da ABNT - 14ª edição. Porto Alegre: s.n., 2008.</p>					

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. 5ª ed. [rev.] - São Paulo: Saraiva, 2006.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ELABORADO POR:

Profa. Dra. Claudina Azevedo Maximiano revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Solos				
Módulo: II	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	48	12		40	60
EMENTA					
Histórico da ciência do solo. Fatores e processos de formação de solos. Conceitos básicos de propriedades física e biológica do solo. Classificação de solos. Propriedades químicas do solo. Práticas conservacionistas e manejo dos solos florestais.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Agronomia, Ciências Agrárias, Engenharia Florestal ou áreas correlatas.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Ecologia Florestal, Viveiros e Plantios Florestais, Recuperação de Áreas Degradadas (RAD) e Sistemas agroflorestais (SAF's), Sistemas produtivos indígenas e cadeias de valor.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Conhecer e planejar as atividades relacionadas ao uso do solo amazônico.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os conceitos de solos, a evolução da ciência do solo e a sua relação com outras ciências; • Entender a composição do solo; • Debater sobre as principais propriedades físicas, química e biológicas do solo; • Conhecer a atuação do intemperismo e os principais fatores e processos de formação do solo; • Classificar os principais tipos de solos encontrados no Amazonas; • Entender o manejo de solos florestais; • Estudar as principais práticas conservacionistas de solos florestais. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução a ciência do solo. 2. Propriedades físicas e biológicas dos solos. 3. Propriedades químicas do solo. 4. Classificação de solo 5. Fertilidade do solo. 6. Práticas conservacionistas e manejo dos solos florestais 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
LEPSCH, I. F. Formação e Conservação dos Solos. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos,					

2010.

TROEH, F. R.; THOMPSON, L. M. Solos e Fertilidade do Solo. 6. ed. São Paulo: Andrei, 2007.

RAIJ, B. van. Fertilidade do solo e manejo de nutrientes. Piracicaba: IPNI Brasil, 2011. 420 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Brasília: EMBRAPA, 2006.

FERNANDES, M. S. Nutrição mineral de plantas. 2. ed. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2006.

KER, J. C. et al. Pedologia: fundamentos. 3. ed. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2012.

EPAMIG. Conservação de solos. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v.19, n.191, 1998. 84p.

GONÇALVES, J.L.M.; STAPE, J.L. (Eds.) Conservação e cultivo de solos para plantações florestais. Piracicaba, IPEF. 2002. 498p.

ELABORADO POR:

Prof. Dr. Sílvio Vieira da Silva; Prof. MSc. Leandro Amorim Damasceno adaptado por Prof. MSc. Alessandro Machado da Silva e revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Botânica e Dendrologia				
Módulo: II	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	48	12		40	60
EMENTA					
Introdução a botânica; flor; fruto; semente; raiz; caule; folha e herborização. Plantas (uso econômico, medicinal, tradicional, ritual, etc). Legislação sobre a utilização do patrimônio genético. Definição de Dendrologia. Ficha dendrológica. Principais características dendrológicas utilizada na identificação de espécies arbóreas. Principais famílias de espécies arbóreas da Amazônia.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Biologia, Agronomia, Engenharia Florestal, Ciências Agrárias ou áreas correlatas					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Ecologia florestal, Viveiros e Plantios florestais, Recuperação de Áreas Degradadas (RAD) e Sistemas agroflorestais (SAF's), Dendrometria e Inventário Florestal, Introdução ao Manejo e Conservação da Fauna Silvestre, Inventário Florestal de uso múltiplo e Etnomapeamento, Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros, Manejo de Florestas Nativas.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Identificar as principais famílias botânicas típicas da Amazônia e das espécies vegetais com usos múltiplos no dia a dia.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a valorização da flora nativa e a importância das coletas para sua correta identificação; • Aplicar regras científicas da nomenclatura botânica; • Identificar as principais características vegetativas e reprodutivas; • Identificar e classificar a flora. • Utilizar a grafia e a pronúncia correta dos nomes científicos; • Identificar e descrever as principais características dendrológicas de uma árvore; • Elaborar uma ficha dendrológica; • Reconhecer, com base em características vegetativas, as principais famílias botânicas de espécies arbóreas da Amazônia; • Reconhecer e informar o nome científico e popular de algumas das principais espécies arbóreas úteis da Amazônia (madeireiras, frutíferas, ornamentais e da arborização urbana). Definição de dendrologia 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					

1. Introdução
2. Flor
3. O fruto
4. A semente
5. A raiz
6. O caule
7. A folha
8. Herborização de material botânico
9. Plantas úteis e a legislação do patrimônio genético
10. Ficha dendrológica
11. Principais características dendrológicas
12. Principais famílias de plantas úteis da Amazônia e suas características

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Gonçalves, E. G.; Lorenzi, H. *Morfologia Vegetal: Organografia e Dicionário Ilustrado de Morfologia das Plantas Vasculares*. Editora: Instituto Plantarum. 2007. 413 p.

Souza, V.C.; Flores, T.B.; Lorenzi, H. *Introdução à Botânica*. Editora Plantarum, 2013. 224 p.

Souza, V.C.; Lorenzi, H. *Botânica sistemática: guia ilustrado para identificação das famílias de Fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado em APG III*. 3ª. Ed. Nova Odessa, SP. Instituto Plantarum, 2012. 768 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Mesquita, M.R.; Procópio, L.C. *Flora da Reserva Ducke. Guia de Identificação das Plantas Vasculares de uma Floresta de Terra-firme na Amazônia Central*. Manaus: INPA. 1999. 793 p.

Raven, P. H. *et al. Biologia Vegetal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 2001. 906 p.


Souza, L. A. *Morfologia e Anatomia Vegetal*. Ponta Grossa: UEPG, 2003. 259 p.

Souza, C. V.; Lorenzi, H. *Chave de Identificação: para as principais famílias de Angiospermas nativas e cultivadas do Brasil*. Editora: Instituto Plantarum, 2007.

Vidal, W. N. & Vidal, M. R. R. *Botânica – Organografia*. Viçosa: UFV, 2000. 115 p.

ELABORADO POR:

Prof. MSc. Marcos Vinícius Ribeiro de Castro Simão

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Viveiros e Plantios Florestais				
Módulo: II	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	48	12		40	60
EMENTA					
Produção de sementes e mudas florestais de espécies nativas. Avaliação e monitoramento de mudas. Principais pragas e doenças. Projeto de viveiro de mudas de espécies nativas. Implantação florestal: planejamento, plantio, práticas silviculturais e elaboração de projeto.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Biologia, Agronomia, Ciências Agrárias, Engenharia Florestal, Agroecologia ou áreas correlatas.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Recuperação de Áreas Degradadas (RAD) e Sistemas agroflorestais (SAF's), Introdução ao Manejo e Conservação da Fauna Silvestre, Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros, Manejo de Florestas Nativas.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Proporcionar conhecimentos técnicos e científicos que permitam o aluno produzir sementes e mudas florestais, bem como apresentar os procedimentos necessários na construção e manutenção de viveiros, além de apresentar conceitos necessários para a realização da implantação de povoamentos florestais.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o processo de produção de sementes. • Apresentar as fases de produção de mudas florestais. • Planejar a construção de viveiro. • Desenvolver práticas de manutenção e avaliação da qualidade de mudas florestais. • Ser capaz de realizar as atividades envolvidas em todo o processo de implantação florestal. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Viveiros Florestais. 2. Tipos de viveiros; escolha do local e dimensionamento. 3. Conhecer os processos de coleta e beneficiamento e tratamento de sementes florestais. 4. Métodos e técnicas de produção de mudas. 5. Introdução ao estudo da propagação de plantas; propagação vegetativa. 6. Avaliação da qualidade e determinação de padrões de qualidade de mudas. 7. Importância econômica, social e ambiental dos povoamentos florestais. 8. Planejamento da implantação florestal: caracterização da área de plantio, delimitação de áreas de preservação permanente e de reserva legal, questões legais 					

relacionadas à alteração do uso do solo, seleção de espécies e materiais genéticos.

9. Plantio: controle de insetos, preparo do solo, ciclagem de nutrientes em povoamentos florestais, adubação, espaçamento, plantio e replantio.
10. Práticas culturais: manutenção de aceiros, controle da matocompetição, adubação de cobertura, monitoramento de pragas e doenças.
11. Práticas silviculturais: desrama, desbaste e manejo por talhadia.
12. Elaboração de projetos: custos, aspectos de viabilidade técnica, econômica, ecológica e social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Carneiro, J.G.A. Produção e controle de qualidade de mudas florestais. Curitiba: UFPR/FUPEF; Campos: UENF, 1995. 451p.

Davide, A.C.; da Silva, E.A.A.; Faria, J.M.R.; Zanetti, R.; Resende, M.L.V. Produção de Sementes e Mudas de Espécies Florestais. Lavras: Editora UFLA, 2008. 75p.

Galvão, A.P.M. (Ed.) Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia; Colombo: Embrapa Florestas, 351p. 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Brasil, Lei 10.711, 05 ago. 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e de outras providencias. Brasília, 2003. 9p.

Júnior, C. N. S.; Brancalion, P. H. S. Sementes e Mudas: guia para propagação de árvores brasileiras. Editora: Oficina de Textos, 2016


Lima. W.P.; Zakia, M.J.B. As florestas plantadas e a água. São Paulo: Rima Editora, 226p. 2006.

Paiva, H.N.; Goncalves, W. Produção de Mudas. Editora Aprenda Fácil, 128p. 2001.


Ribeiro, G.T.; Paiva, H.N.; Jacovine, L.A.G.; Trindade, C. Produção de Mudas de Eucalipto. Editora Aprenda Fácil, 2001. 120p.

ELABORADO POR:

Prof. MSc. Marcos Vinícius Ribeiro de Castro Simão; Profa. Estela Rosana Durães Vieira.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:		Recursos naturais	
Disciplina:	Recuperação de Áreas Degradadas (RAD) e Sistemas agroflorestais (SAF's)				
Módulo:III	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	64	16		40	80
EMENTA					
<p>Conceitos de degradação e recuperação ambiental. Diagnóstico das condições de sítio. Seleção de espécies vegetais para recuperação de áreas degradadas. Métodos de recuperação de áreas degradadas. Indicadores de recuperação. Histórico e conceitos de Sistemas Agroflorestais; Exemplos de Sistemas Agroflorestais; Classificação de Sistemas Agroflorestais; Estruturas dos SAF's; Benefícios, vantagens e desvantagens dos SAF's; Diagnóstico, planejamento e avaliação dos SAF's; Princípios de seleção das espécies; Manejo dos SAF's; Restauração de ecossistemas com SAF's; Agricultura Sustentável e as Plantas alimentícias não convencionais (PANC's). Animais em sistemas agroflorestais.</p>					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
<p>Profissional da Engenharia Florestal, Agronomia, Ciências Agrárias, Agroecologia, Biologia ou áreas correlatas com pós-graduação em Ciências Florestais ou Agronomia Tropical.</p>					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
<p>Ecologia Florestal; Viveiros e Plantios Florestais; Botânica e Dendrologia; Solos; Introdução ao Manejo e Conservação da Fauna Silvestre; Sistemas produtivos indígenas e cadeias de valor, Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros, Manejo de Florestas Nativas.</p>					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
<p>Promover o conhecimento sobre a recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais, agricultura sustentável e identificação de plantas alimentícias não convencionais.</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir conceitos de recuperação de áreas degradadas e sistemas agroflorestais; • Estudar os métodos de recuperação de áreas degradadas; • Conceituar e manejar sistemas agroflorestais; • Estudar tipos de agricultura sustentável com foco na agroecologia; • Identificar plantas alimentícias não convencionais e estimular sua utilização na dieta alimentar. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução a Recuperação de Áreas Degradadas. 2. Métodos de recuperação de áreas degradadas. 3. Sistemas Agroflorestais – SAF's 4. Manejo de SAF's. 					

<p>5. Agricultura Sustentável.</p> <p>6. Plantas alimentícias não convencionais (PANC's).</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>DUBOIS, J. C. L.; VIANA, V. M.; ANDERSON, A. Manual agroflorestal para a Amazônia. Rio de Janeiro: REBRAF. 1996. 228 p.</p> <p>MARTINS, S. V. Recuperação de áreas degradadas: ações em áreas de preservação permanente, voçorocas, taludes rodoviários e de mineração. 1. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2009.</p> <p>KINUPP, V.F. 2007. Plantas Alimentícias Não-Convencionais da Região Metropolitana de Porto Alegre, RS. Porto Alegre, 2007. 562 p. Tese - (Doutorado em Fitotecnia).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia e extensão rural contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre-RS, 2004. 177 p.</p> <p>EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL. Pesquisa & desenvolvimento: IAN-IPEAN-CPATU-Embrapa Amazônia Oriental - há mais de seis décadas contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2003. 80 p. il.</p> <p>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Hortaliças Não-Convencionais (Tradicionais). Brasília: MAPA ACS, 2010. 52 p.</p> <p>SMITH, N.; DUBOIS, J.; CURRENT, D.; LUTZ, E.; CLEMENT, C. Experiências agroflorestais na Amazônia brasileira: restrições e oportunidades. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Brasília. 146 p.; il. 1998.</p> <p>VEIGA, J. B.; TOURRAND, J. F. Potencial e adoção de sistemas silvipastoris na Amazônia Oriental. In: MÜLLER, M. W.; GAMA-RODRIGUES, A. C.; BRANDÃO, I. C. F. L.; SERÔDIO, M. H. C. F. (Ed.) Sistemas agroflorestais, tendências da agricultura ecológica nos trópicos: sustento da vida e sustento de vida. SBSAF/CEPLAC/UENF. Campos dos Goytacazes. 2004, p. 107-124.</p>
ELABORADO POR:
<p>Prof. MSc. Alessandro Machado da Silva revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca.</p>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:		Recursos naturais	
Disciplina:	Dendrometria e Inventário Florestal				
Módulo: III	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	48	12		40	60
EMENTA					
Inventário Florestal: conceitos, tipos de inventário e importância para o manejo florestal. Parcelas Permanentes. Dendrometria: conceitos, formas e instrumentos para medir diâmetro e altura de povoamentos florestais. Cubagem. Cálculo de volume e estimativas de produção.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Engenharia Florestal; Biologia, Agronomia, Ciências Agrárias, Agroecologia ou áreas correlatas com Pós-Graduação em Ciências Florestais.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Inventário Florestal de uso múltiplo e etnomapeamento, Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros, Manejo de Florestas Nativas, Sistemas produtivos indígenas e cadeias de valor.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Adquirir conhecimentos básicos de Inventário Florestal para mensurar, planejar, executar e confeccionar o relatório técnico de uma área florestal nativa, bem como calcular a volumetria de árvores em pé, toras, lenha, carvão e madeira processada.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Calcular o volume de árvores em pé, em toras e de madeira processada. • Planejar e executar as atividades de inventário em florestas plantadas e naturais. • Conhecer os tipos de inventários existentes. • Realizar inventários florestais. • Processar e interpretar os dados obtidos no inventário para tomada de decisão. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Princípios e unidades de medida utilizadas no meio florestal 2. Diâmetro, Circunferência e Área Basal 3. Altura 4. Inventário Florestal 5. Inventário 100% ou Censo florestal 6. Inventário por Amostragem 7. Inventário Florestal para Planos de Manejo 8. Volumetria 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					

Campos, J.C.C.; Leite, H.G. Mensuração Florestal: Perguntas e Respostas, 4ª Edição. Editora UFV, 2013. 605 p.

Machado, S.A. Figueiredo Filho, A. Dendrometria. Editora Unicentro, 2009. 316 p.

Péllico Neto, S.; Brena, D. A. *Inventário Florestal*. Curitiba: editado pelos autores, 1997. 316 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Higinan, S.; Mayers, J.; Bass, S.; Judd, N.; Nussbaum, R. Manual do Manejo Florestal Sustentável. Editora Viçosa: 2015. 398 p.

Soares, C.P.B.; Neto, F.P.; Souza, A.L. Dendrometria e Inventário Florestal. Editora UFV, 2011. 272 p.


Sanquetta, C.R. Inventários Florestais: Planejamento e Execução, 2ª Edição. Edição do Autor, 2009. 271 p.

Scolforo, J. R. S.; Mello, J. M. de. *Inventário Florestal*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2006. 561 p.

Husch, B., Miller, C., Kershaw, J. Forest Mensuration. John Willey e Sons, Inc. 2003. 443p. 4ª Edição.

ELABORADO POR:

Profa. MSc. Anabel Rodrigues e Silva; Prof. Carlos Matheus Paixão, Prof. Manoel de Jesus de Souza Miranda

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:		Recursos naturais	
Disciplina:	Introdução ao Manejo e Conservação da Fauna Silvestre				
Módulo: III	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	32	8		40	40
EMENTA					
Relação dos Jarawara com a fauna. Conceitos sobre manejo de fauna. Técnicas de monitoramento e amostragem de animais silvestres. Técnicas de monitoramento e amostragem de fauna do solo. Legislação Ambiental aplicada à fauna. Monitoramento de fauna silvestre.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Engenharia Florestal, Biologia, Zootecnia, Medicina Veterinária ou áreas correlatas com Pós-Graduação em Ciências Florestais, Ciências Biológicas, Zootecnia ou Medicina Veterinária.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Ecologia florestal; Manejo de Florestas Nativas; Economia, comercialização e certificação florestal; Legislação Florestal e Indigenista; Recuperação de Áreas Degradadas (RAD) e Sistemas Agroflorestais (SAF's); Sistemas produtivos indígenas e cadeias de valor.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Favorecer uma visão do manejo da fauna silvestre, sua importância na dinâmica da floresta, procurando discutir formas de manejo que promovam a manutenção do equilíbrio ecológico entre fauna-flora na Terra indígena e que propicie atingir os 4 objetivos de manejo (aumentar, diminuir, manter e auferir lucro e renda com fauna).					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer informações sobre a importância da conservação e preservação da fauna silvestre como recurso natural; • Conhecer os Princípios de conservação biológica e manejo de vida silvestre. • Habilitar o aluno a realizar ações de manejo de fauna; • Possibilitar a identificação das espécies a serem manejadas; • Identificar e atender os requisitos legais ligados a legislação de fauna. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Princípios gerais 2. A fauna e seu entorno 3. Padrões de utilização 4. Política de fauna e seus instrumentos 5. Abundância 6. Dinâmica populacional 					

7. Manejo de populações
8. Habitat
9. Estudos de caso

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ROCHA, C .F. D., BERGALLO, H. G., SLUYS, ALVES, A.S.; *Biologia da conservação-Essências*, São Carlos: RiMa, 2006.

DEL CLARO K., SILINGARDI.H.M.T.; *Comportamento animal, interações ecológicas e conservação*, São Carlos: RiMa, 2006.

CULLEN JR, L., VALADARES-PÁDUA, C., RUDRAN, R.; *Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre*, Curitiba, UFPR

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RENTAS. *Animais silvestres*. Brasília: Vida a venda Editora, 2003.

PADUA, C. V. & BODMER, R. E. *Manejo de Vida Silvestre no Brasil*. Brasília, D.F. / Belém, PA: Sociedade Civil Mamirauá, 1997.


PEEK, J.M 1986. *A review of Wildlife Management*. New Jersey. 486 p. PRIMACK, R. B. & RODRIGUES, E. *Biologia da Conservação*. Londrina: viii, 328p. : il.; 23cm.

KREBS & DAVIES. *Introdução a Ecologia Comportamental*. São Paulo: Atheneu, 1997.

ALCOCK, J. *Comportamento Animal: uma abordagem evolutiva*. 9ª ed. Artmed, 2011.

ELABORADO POR:

Prof. Dr. Rogério Fonseca revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:		Recursos naturais	
Disciplina:	Geotecnologia Aplicada e Etnozoneamento				
Módulo: III	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	48	12		40	60
EMENTA					
Noções de cartografia. Sistemas de posicionamento. Etnomapeamento. Projeção esférica. Confecção de carta topográfica regular e triangular. Geoprocessamento.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Agronomia, Agrimensura, Ciências Agrárias ou Engenharia Florestal.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Topografia; Manejo de Florestas Nativas; Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros; Manejo e Conservação da Fauna Silvestre; Sistemas produtivos e Cadeias de Valor; Recuperação de Áreas Degradadas e Sistemas Agroflorestais.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Promover o conhecimento em conceitos e técnicas de geotecnologia aplicada aos recursos florestais, de modo que essa possa ser usado como ferramenta de tomada de decisões para fins de gerenciamento das terras indígenas.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir noções de geotecnologia; • Estudar a cartografia básica; • Conceituar e analisar o sistema de posicionamento; • Definir etnomapeamento; • Introduzir noções básicas de geoprocessamento; • Interpretar e confeccionar cartas topográficas e mapas temáticos. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução à Geotecnologia aplicada. 2. Noções de Cartografia. 3. Sistemas de posicionamento. 4. Etnomapeamento. 5. Geoprocessamento. 6. Representação e Produção cartográfica. 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
Associação Brasileira de Normas Técnicas. Execução de Levantamento Topográfico, NBR 13133. Rio de Janeiro, 1994.					

BORGES, A. de C.; Topografia. São Paulo: Edgard Blucher, v.1.1995. 187p.
PAREDES. E. A. Sistema de informação geográfica – princípios e aplicações. São Paulo: Érica, 1994, 675 p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TULER, M. Fundamentos de topografia. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.
CONCEIÇÃO, C. L.; DE SOUZA, J. L. S. Noções básicas de coordenadas geográficas e cartografia. Porto Alegre, 2000. 82 p .
COMASTRI, J. A. Topografia: Planimetria. 2. ed. Viçosa: UFV, 1992.
MIRANDA, J. I. Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas – EMBRAPA Informação Tecnológica. Brasília, DF. 425 p. 2005.
MARQUES, G. G. M.. Topografia Aplicada. 1 edição Imprensa Universitária. V. I. Santa Maria – RS, 1978.

ELABORADO POR:

Prof. MSc. Alessandro Machado da Silva revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Inventário Florestal de uso múltiplo e Etnomapeamento				
Módulo: III	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	32	8		40	40
EMENTA					
Introdução. Reunião de informações da floresta e informações bibliográficas; Perfil econômico/ecológico da terra indígena; Lacunas de conhecimento; Estabelecimento de prioridades para mapeamento utilizando os princípios de etnomapeamento. Análise técnica e econômica das alternativas dos recursos florestais disponíveis. execução e monitoramento.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Engenharia Florestal, Biologia, Ciências Agrárias, Agronomia ou áreas correlatas com Pós-graduação em Engenharia Florestal, Ciência de Florestas Tropicais, Ciências Florestais e Ambientais ou Ciência e Tecnologia da Madeira.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Economia, comercialização e certificação florestal; Manejo de Florestas Nativas; Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros; Sistemas produtivos indígenas e cadeias de valor; Associativismo, Cooperativismo e Empreendedorismo.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Construir um banco de informações relacionada às potencialidades dos produtos florestais existentes nas áreas Etnozoneadas pelo povo Jarawara, com a finalidade de quantificação e classificação para ser utilizados por meios de projetos de cunho comunitários.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Construir um mapa dos recursos florestais existentes nas áreas zoneadas da Terra Indígena a partir do Etnomapeamento das diferentes fontes de informações; • Preparar o aluno realizar operações sistêmicas de obtenção e organização das informações de diferentes fontes acerca da floresta, bem como à tomada de decisões sobre o manejo de seus múltiplos produtos, com uso de ferramentas técnicas disponíveis 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. INTRODUÇÃO - Uso múltiplo de florestas, manejo florestal madeireiro x não madeireiro e uso integrado de florestas. 2. INFORMAÇÃO E ANÁLISE - banco de dados, informações da floresta , inventário florestal diagnóstico, censo floresta, outras fontes, informações tecnológicas, informações relacionadas ao etnomapeamento e informações econômicas locais e regionais. 3. CLASSES DE MANEJO - manejo regulamentado, manejo arbitrado e registro e monitoramento. 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
BALZON, D.R.; SILVA, J.C.G.L. da; SANTOS, A. J. dos. Aspectos Mercadológicos de Produto					

s Florestais não Madeireiros:Análise Retrospectiva. FLORESTA, Curitiba, v.34, n.3, p. 363-371, Set/Dez 2004.

FIGUEIREDO, E. O.; BRAZ, E. M.; d'OLIVEIRA; M.V.N. Manejo de Precisão em Florestas Tropicais: Modelo Digital de Exploração Florestal. Rio Branco, AC. Embrapa, Acre. 2007.183p.

GÓMEZ-POMPA, A., WHITMORE, T. C. & HADLEY, M., Tropical rain forest: regeneration and management. Blackwell, New York. 1991, 457p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRAZ, E.M.; ORFANÓ, E.; MIRANDA, E.M. de; OLIVEIRA, L.C. de ; SOUZA, J.M.; ARAÚJO, L. Manejo dos produtos florestais não madeireiros da Floresta Estadual do Antimary: a busca de um modelo.. In: Congresso Ibero-Americano de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos Florestais, II, Anais - CD com Artigos Completos. Curitiba, PR: FUPEF/UFP, 2002.

CAVALCANTI, F. J.de B. Metodologia e sistema computacional para uso múltiplo e integrado de florestas tropicais da Amazônia. Curitiba, Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. 2007. 130p

MACHADO, F. S. Manejo de Produtos Florestais Não-Madeireiros: Um Manual com Sugestões para o Manejo Participativo em Comunidades da Amazônia. PESACRE e CIFOR, Rio Branco, Acre, 2008, 105p.

SANQUETTA, C. R.; WATZLAWICK, L. F.; CÔRTE, A. P. D.; FERNADES, L. A. V.;SIQUIERA, J. D. P. Inventários Florestais: Planejamento e Execução. 2. Edição. Mult-Graphic Gráfica e Editora.Curitiba, 2009, 316p.

SILVA, J. de A. Análise Quali-Quantitativa da Extração e do Manejo dos Recursos Florestais da Amazônia Brasileira: Uma Abordagem Geral e Localizada (Floresta Estadual do AntimariAC) Curitiba, Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.1996. 547p.

ELABORADO POR:

Prof. Manoel de Jesus de Souza Miranda

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros				
Módulo: III	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	48	12		40	60
EMENTA					
Histórico do uso dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) no Brasil e na Amazônia. Classificação quanto aos tipos de PFNM. Conceitos, estratégias de manejo, beneficiamento e comercialização de PFNM. Boas Práticas do Manejo dos PFNMs. Manejo de fibras, frutos e óleos. Introdução aos conceitos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e Redução por Desmatamento e Degradação Evitados (REDD). Legislação e Políticas Públicas do Estado do Amazonas.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Engenharia Florestal, Biologia, Ciências Agrárias, Agronomia ou áreas correlatas com Pós-Graduação em Ciências Florestais, Ciências de Florestas Tropicais, Ciências Florestais e Ambientais.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Manejo de Florestas Nativas; Ecologia florestal; Botânica e Dendrologia; Dendrometria e Inventário Florestal; Sistemas produtivos indígenas e cadeias de valor; Associativismo, Cooperativismo e Empreendedorismo.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Conhecer a importância histórica e atual, dos desafios do mercado e das políticas públicas voltadas dos produtos florestais não madeireiros e saber aplicar técnicas de manejo voltadas aos PFNMs.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar produtos florestais não madeireiros e determinar estratégias de produção e comercialização no contexto social e econômico da Amazônia. • Aplicar técnicas de levantamento de estoque, beneficiamento e planejamento do manejo dos PFNMs. • Estabelecer as relação entre a conservação florestal e os serviços ambientais. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento participativo dos principais PFNM de ocorrência local e regional 2. Histórico do uso/extrativismo dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) no Brasil e na Amazônia: pau-brasil, cacau, borracha, castanha, entre outros. 3. Populações tradicionais 4. Tipos/classificação de PFNM e os diferentes impactos ambientais. 5. Fase pré-colheita. Inventário dos produtos não madeireiros; levantamento de campo de acordo com as disponibilidades locais (fibras, frutos e óleos). 6. Planejamento de manejo de PFNM no contexto de propriedades rurais e territórios 					

na Amazônia: desenvolvimento de croquis e projetos específicos simulatórios da realidade local

7. Fase de colheita. Técnicas de corte e de coleta de produtos não madeireiros: práticas de campo de acordo com as disponibilidades locais.
8. Fase pós-colheita. Técnicas e estratégias de beneficiamento, armazenamento e comercialização: diagnóstico de realidade local e práticas agroindustriais.
9. Viabilidade econômica de produtos florestais não madeireiros
10. Legislação e Políticas Públicas do Estado do Amazonas. Os serviços ambientais e REDD como alternativas de desenvolvimento econômico e de sustentabilidade dos recursos naturais para a Amazônia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MACHADO, F. S. Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros: Um Manual com Sugestões para o Manejo Participativo em Comunidades da Amazônia. 2008. PESACRE. 105p. Versão online disponível em: http://www.cienciamao.usp.br/dados/pdf/manejo_de_produtos_floresta_arquivo_pdf.pdf

PINTO, A., AMARAL, P., GAIA, C., & OLIVEIRA, W. Boas Práticas para Manejo Florestal e Agroindustrial - Produtos Florestais Não Madeireiros. 2010. Imazon e SEBRAE. 180p. 1ª Edição.

SILVA, C. K. (2014). Potencial produtivo e de manejo de dois produtos florestais não madeireiros no contexto Amazônico - o cipó-titica (*Heteropsis* spp.) e o óleo de copaíba (*Copaifera* spp.). Tese de Doutorado em Ciências, Recursos Florestais, Publicação Biblioteca Digital USP. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP, 145p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHEIRO, K. O. [et al.] Trilhas da regularização fundiária para comunidades nas florestas amazônicas – Como decidir qual a melhor solução para regularizar sua terra? Projetos comunidades e florestas. 1ª ed. Belém-PA, IMAZON; CIFOR; FASE; IEB. 2013. 139p.

JÚNIOR, F. P.; BORGES, V. Extração Florestal Não Madeireira na Amazônia: Armazenamento e Comercialização. Projeto ITTO PD 143/91, (I) Ver. 2 (I).


MACHADO, F. S. Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros: Um manual com sugestões para o Manejo Participativo em Comunidades da Amazônia. Rio Branco, Acre: PESACRE e CIFOR, 105p. 2008.

CALDERON, R. A. (2013). Mercado de *Produtos Florestais Não Madeireiros na Amazônia brasileira*. Tese de Doutorado em Ciências Florestais, Publicação PPGEFL. Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 96p.


IBAMA. Roteiros metodológicos: plano de manejo de uso múltiplo das reservas extrativistas federais. Brasília: IBAMA, 2004. 157p.

ELABORADO POR:

Prof. Philippe Waldhoff adaptado e revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Manejo de Florestas Nativas				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	48	12		40	60
EMENTA					
Definição, conceitos e princípios do Manejo Florestal. Categorias de Manejo Florestal na Amazônia (maior e menor impacto; pequena escala; várzea). Legislação estadual vigente aplicada às categorias de manejo. Planejamento Florestal. Atividades de Manejo Florestal (Pré-exploratórias, Exploratórias e Pós-exploratórias). Conhecimento tradicional aplicado à produção madeireira. Ética e postura profissional. Segurança na realização de atividades florestais.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Engenharia Florestal; Biologia, Agronomia, Ciências Agrárias ou áreas correlatas com Pós-Graduação em Ciências Florestais, Ciência de Florestas Tropicais ou Ciências Florestais e Ambientais.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Dendrometria e Inventário Florestal, Geotecnologia Aplicada e Etnozoneamento, Ecologia Florestal.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Proporcionar aos estudantes conhecimentos básicos sobre os procedimentos técnicos para elaboração, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentáveis – PMFS's nas florestas primitivas e suas formas de sucessão na Amazônia Legal, propondo a exploração de impacto reduzido como forma de conservar os recursos naturais.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os princípios básicos do Manejo Florestal Sustentável; • Conhecer o histórico da exploração madeireira e perspectivas para o futuro; • Planejar e executar todas as atividades relacionadas ao Manejo Florestal Sustentável; • Conhecer as principais leis federais e estaduais que norteiam o Manejo Florestal Sustentável na Amazônia; • Proporcionar ao futuro Técnico em Florestas o desenvolvimento de habilidades que o possibilite se tornar um agente multiplicador de boas práticas relacionadas à produção florestal sustentável. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
1. Introdução					
1.1 Histórico do Manejo Florestal na Amazônia					
1.2 Definição e conceito de Manejo Florestal Sustentável;					
1.3 Princípios e objetivos do Manejo Florestal Sustentável;					

<p>1.4 Aplicabilidade do Manejo Florestal Sustentável.</p> <p>2. Legislação vigente do Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala – MFSPE</p> <p>1.1 Normas e procedimentos do MFSPE</p> <p>3. Etapas do Manejo Florestal Sustentável</p> <p>3.1. <i>Atividades Pré-exploratórias</i></p> <p>3.2. <i>Atividades Exploratórias</i></p> <p>3.3. <i>Atividades Pós-exploratórias</i></p> <p>3.4. <i>Atividades complementares</i></p> <p>4. Avanços e desafios para o manejo florestal na Amazônia</p> <p>5. Prática de exploração tradicional.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>Amazonas, Governo do Estado. Manejo florestal sustentável em pequena escala no Amazonas: orientações técnicas e administrativas. Manaus: IDAM/FLORESTA VIVA, 2008.</p> <p>Amaral, P., Veríssimo, A., Barreto, P., & Vidal, E. Floresta para Sempre: um manual para a produção de madeira na Amazônia. 1998. Imazon. 130p.</p> <p>Koury, C. G.; Vianna, A. L. M. Guia prático do Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala. Manaus: IDESAM, 2014.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>Fundação Floresta Tropical: Manejo florestal sustentável e exploração de impacto reduzido na Amazônia brasileira. Disponível em: www.fft.org.br. Acesso em 24/08/2008.</p> <p>Souza, A. L.; Soares, C. P. B. Florestas Nativas: estrutura, dinâmica e manejo. Viçosa – MG: Editora UFV, 2013.</p> <p>Viana, A. L. M.; Koury, C. G.; Farias, L. L.; Vinhote, E. G. Evolução do Manejo Florestal para Pequenos Produtores no Amazonas. Manaus: IDESAM, 2017.</p> <p>Viana, V. M; De Mozzi, O. A.; Tupinambá, M. S. Manejo florestal sustentável para produção de madeira no Estado do Amazonas. Manaus: Ed. Governo do Estado do Amazonas/SDS/SEDUC/Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, Vol.1.</p> <p>Waldhoff, P; Silva, N. L. Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado do Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2008. 44p.</p>
ELABORADO POR:
Prof. MSc. Marcos Vinícius Ribeiro de Castro Simão.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Sistemas produtivos indígenas e cadeias de valor				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	32	8		40	40
EMENTA					
Conhecimentos agroextrativistas. Processo de geração de renda com a prática das suas atividades culturais econômicas. Autonomia econômica. Novas tecnologias. Situações de consolidação de áreas protegidas.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Administração, Economia, Contabilidade, Ciências Sociais, Antropologia ou áreas correlatas.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Economia, comercialização e certificação florestal, Manejo de Florestas Nativas, Manejo e Colheita de Produtos Florestais não Madeireiros, Sistemas Agroflorestais.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Identificar conceitos e princípios de boas práticas relacionando com conhecimentos tradicionais, soberania alimentar e tradicional com práticas de geração de renda.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Conceituar o extrativismo com base no histórico de ocupação da Amazônia; • Apresentar o conceito de sustentabilidade e seus três pilares social, ambiental e econômico; • Discutir a cadeia de valor dos produtos convergindo a gestão da entrada de recursos externos aliado a novas tecnologias e práticas tradicionais para gestão e manutenção do território tradicional com base na PNGATI – Política Nacional Gestão Ambiental e territorial em Terras Indígenas. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação do conceito de extrativismo com base no histórico de ocupação e uso da Amazônia com seus recursos naturais e população étnica diversa. 2. A sustentabilidade e seus paradigmas atuais passando pelos pilares que à conceituam. 3. A importância da soberania alimentar e como essa está intrinsecamente relacionada a manutenção cultural e práticas tradicionais. 4. O conceito de boas práticas: <ol style="list-style-type: none"> 4.1 Cadeia de valor dos produtos, sustentabilidade e geração de renda; 4.2 Uso de novas tecnologias e como gerir os recursos oriundo dessas atividades. 5. A gestão territorial com base na PNGATI com base no processo de autonomia territorial e social dos grupos étnicos. 					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NURIT Bensuasan...[et. Al]. *Biodiversidade é para comer, vestir ou para passar no cabelo? Para mudar o mundo!* – São Paulo. Peirópolis, 2016.

ROCHA Marcelo Theoto...[et. Al]. *Empreendedorismo em Negócios Sustentáveis / Plano de Negócio como Ferramenta do Desenvolvimento* – São Paulo. Peirópolis; Brasília, DF: IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

MACHADO Frederico Soares. *Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros: Um manual com sugestões para o manejo participativos em comunidades da Amazônia* – Rio Branco, Acre: PESACRE E CIFOR, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DECRETO PNGATI, Disponível em < <http://www.funai.gov.br/pngati/> >. Acesso em 04-09-2018.

SUSTENTABILIDADE. *O que é sustentabilidade, conceito, desenvolvimento sustentável, gestão sustentável, meio ambiente, ações*, Disponível em < <https://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/sustentabilidade.htm> >. Acesso em 04-09-2018.


ESTEVES Antônio R. *Histórico da Ocupação da Amazônia* - Editora Brasiliense, 1993.

SHANLEY, P. *Além da Madeira: certificação de produtos florestais não-madeireiros*/Por Patricia Shanley, Alan Pierce e Sarah Laird. Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR), 2005.

CASTRO, Luciano Thomé; NEVES, Marcos Fava. *Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos*. São Paulo: Atlas, 2003.

ELABORADO POR:

Diogo Henrique Giroto revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:		Recursos naturais	
Disciplina:	Economia, Comercialização e Certificação Florestal				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	48	12		40	60
EMENTA					
Introdução à ciência econômica. O valor da floresta. Princípios e Fundamentos da Economia aplicados ao setor florestal. Os ciclos econômicos de produtos florestais amazônicos: castanha, açaí, óleos e outros produtos. Oferta e procura de produtos florestais. Noções de Organizações Sociais e Movimento Indígena Organizado. Introdução a certificação florestal.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Economia, Administração, Contabilidade, Agronomia, Ciências Agrárias, Engenharia Florestal, Agroecologia ou áreas correlatas.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Legislação Florestal e Indigenista; Associativismo, Cooperativismo e Empreendedorismo; Manejo de Florestas Nativas; Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros; Sistemas produtivos indígenas e cadeias de valor.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Abordar princípios básicos de processos econômicos envolvendo organizações sociais e o setor florestal, levando em consideração a importância da floresta e de seus produtos e subprodutos.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer uma relação econômica entre os custos e os benefícios da atividade florestal. • Identificar os diferentes mercados consumidores de produtos florestais. • Relacionar a demanda e oferta do mercado com o setor de base florestal. • Contextualizar o movimento indígena organizado e as organizações sociais no setor florestal. • Compreender os processos de certificação florestal • Determinar se as práticas aplicadas ao manejo florestal se adequam às normas da certificação florestal. • Conhecer o sistema de certificação da cadeia de custódia. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos da Economia Florestal 2. O valor da floresta para o Jarawara e o Yara 3. Princípios econômicos 4. Definição de Preço Mínimo de Venda 					

5. Comercialização de produtos florestais
6. Normas e tipos de certificação
7. Regras para o uso do certificado
8. Montagem e normas da cadeia de custódia
9. O Movimento Indígena Organizado e as Organizações Sociais
10. O papel do técnico em florestas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DUBNER, S. J., Levitt, S. D. Freakonomics. O Lado Oculto e Inesperado de Tudo que nos Afeta. Ed. Elsevier, 2007.

KISHTAINY, N., MEADWAY, J., Abbot, G., Farndon, H., Weeks, M., Wallace, C., Kennedy, F. O Livro da Economia. As Grandes Ideias de Todos os Tempos. Ed. Globo. 2013.

FUJIHARA, M. A.; CAVALCANTI, R.; GUIMARÃES, A.; GARUPP, R. O valor das florestas. Editora Terra das Artes, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

IMAFLOA. Cartilha passos para certificação florestal FSC. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. Piracicaba, SP.

IMAFLOA. Brasil Certificado: a história da certificação florestal no Brasil. Instituto de manejo e certificação florestal e Agrícola. Piracicaba/SP. 2005.

MORAES, C.S.B; PUGLIESI, E. Auditoria e Certificação Ambiental. Editora IBPEX, Curitiba. 2013.

RICKLEFS, R. E. A Economia da Natureza. 6ª Edição. Ed. Guanabara Koogan. 2011.

SILVA, M. L. da & Soares, N. S.. Exercícios de Economia Florestal – Aprenda Fácil. Produção Independente. 2009.

SILVA, M. L. da; JACOVINE, L. A. G. e Valverde, S. R. Economia Florestal. Editora UFV. 2005.

ELABORADO POR:

Profa. Melissa Chalco adaptado e revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Associativismo, Cooperativismo e Empreendedorismo				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	32	8		40	40
EMENTA					
Constituição jurídica de formas associativas. Formas associativas para o desenvolvimento de comunidades. Práticas associativistas. Ação coletiva e seus fundamentos. Associações indígenas e agroextrativistas. Economia solidária. Valores e princípios. Programa de aquisição de alimentos. Plano de negócios.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Administração, Economia, Contabilidade, Gestão Pública, Ciências Sociais, Antropologia, Agronomia, Ciências Agrárias, Engenharias, Agroecologia ou áreas correlatas.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Viveiros e Plantios florestais; Recuperação de Áreas Degradadas (RAD) e Sistemas Agroflorestais (SAF's); Manejo de Florestas Nativas; Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros; Introdução ao Manejo e Conservação da Fauna Silvestre; Inventário Florestal de uso múltiplo e Etnomapeamento; Legislação Florestal e Indigenista; Educação Ambiental e questões indígenas; Sistemas produtivos indígenas e cadeias de valor. Economia, Comercialização e Certificação Florestal.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Compreender que a criação do associativismo, cooperativismo e empreendedorismo é uma forma de desenvolvimento econômico sustentável.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a estrutura básica de uma associação e uma cooperativa com base em realidades locais e legislação vigente. • Discutir os valores e princípios de uma associação ou cooperativa com base nos valores e estruturas tradicionais indígena e extrativista. • Apresentar o dia a dia administrativo de uma associação ou cooperativa apresentando os principais documentos e órgãos que essas devem se relacionar para que haja uma boa gestão. • Apresentar modelos experiências e particularidades de associações e cooperativas que atuam no universo indígena e extrativista. • Apresentar e discutir o conceito e benefícios da economia solidária. • Apresentar as principais políticas públicas que convergem com associações e cooperativas dando foco no PAA – Programa de aquisição de alimentos. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
1. Associativismo x Cooperativismo x Empreendedorismo					
1.1 Ação coletiva e seus fundamentos.					

2. Contexto atual do cooperativismo, associativismo e empreendedorismo
3. Legislação
4. Elaboração de Estatutos
5. Desenvolvimento sustentável e a organização social.
6. Economia solidária
7. Formas de cooperação e solidariedade social no meio rural.
8. Introdução à teoria dos movimentos sociais rurais.
9. Os movimentos sociais e as organizações sociais rurais no Amazonas: características e tendências.
10. Planejamento estratégico
11. Diferenciando Ideias de Oportunidades de negócio
12. Plano de Negócios
13. Caracterização do Plano de Negócios

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BAGGIO, A.F. Elementos de cooperativismo e administração rural — Ijuí: FIDENE, 1983. — 192 p. FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Paz e Terra, S.P., 1992.
- BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- ZYLBERTAN J, N. D. Organização das Cooperativas: desafios e tendências. Revista de Administração, v. 29, n.3, p. 23-32. 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2011.
- GRECO, Simara Maria de Souza Silveira [et al]. Empreendedorismo no Brasil. 2010. Curitiba: IBQP, 2010. 286 p. ISBN: 978-85-87466-14-5.
- ALESSIO, ODIR MARIO RUBIN; FORTES, DARCY ALVARES DE SIQUEIRA. Manual de cooperativismo. [x]. Fotocopiado. Porto Alegre: FEPLAM, ago. 1977. 94 p. ilustr.
- ANDRADE, Guy Almeida. Contabilidade de Entidades Sem Fins Lucrativos. In: Curso sobre Temas Contábeis. Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. São Paulo: Atlas, 1991, v. 4.
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dez. 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8742.htm>>

ELABORADO POR:

Profs. Melissa Chalco revisado por Ferdinando Marcos Batista Barata e Mateus Pereira da Rocha e adaptado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca e Diogo Henrique Giroto.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Florestas				
Forma:	Concomitante	Eixo Tecnológico:	Recursos naturais		
Disciplina:	Elaboração de Projetos para a Terra Indígena Jarawara (Projeto de Conclusão do Curso Técnico)				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:
	32	8		40	40
EMENTA					
Produção de projetos de conclusão de curso, de acordo com o Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena Jarawara. Planos de manejo; planos de gestão territorial; planos de vida.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Ciências Sociais, Antropologia, Administração, Economia, Contabilidade, Agronomia, Ciências Agrárias, Agroecologia, Engenharia Florestal, Biologia ou áreas correlatas com pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável na Amazônia ou em Sociedade e Cultura na Amazônia, Antropologia Social, Gestão Ambiental, Ciências Florestais e Ambientais, Ciências Ambientais, Ciências Florestais ou Ciência de Florestas Tropicais.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Manejo de Florestas Nativas; Manejo e Colheita de Produtos Florestais Não Madeireiros; Introdução ao Manejo e Conservação da Fauna Silvestre; Viveiros e Plantios Florestais; Solos; Inventário Florestal de uso múltiplo e Etnomapeamento; Recuperação de Áreas Degradadas (RAD e Sistemas Agroflorestais (SAF's); Sistemas produtivos indígenas e cadeias de valor.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Capacitar os alunos para o entendimento do processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso Técnico.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o processo de construção de uma pesquisa; • Construir uma proposta de projeto de pesquisa; • Construir um Relato de experiência. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceito de pesquisa; 2. Porque pesquisar? 3. Observação e registro (construção de dados); 4. Planos de manejo; 5. Planos de gestão territorial; 6. Planos de vida; 7. Como escrever um relato de experiência. 					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAVARESCO, Andréia; MENEZES, Marcela. Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. – Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014. 90p.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-42. MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar – Epistemologia e metodologia operativa. São Paulo: Vozes, 2002.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. Gestão ambiental: para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: THEX, 2008.

DIAS, R. Gestão Ambiental. São Paulo: Atlas, 2006.

ELABORADO POR:

Profa. Dra. Claudina Azevedo Maximiano revisado por Profa. Dra. Alessandra de Souza Fonseca.

ANEXOS

ANEXO A



Calendário Acadêmico Sistêmico 2019

Ensino Técnico

JANEIRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
		01	02	03	04	05
06	07	08	09	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

00 Dias Letivos

01 - Condição Universal - Feriado Nacional
02 e 31 - Férias Docentes
02 e 31 - Matrículas - Processo Seletivo 2019/1 para os Cursos de EPT de nível médio presencial (Formas Integrada, Subsequente e Modalidade PROEJA)
11 - Data limite para envio à CGPS do quantitativo de vagas remanescentes
16 e 31 - Processo Seletivo para preenchimento de vagas remanescentes - CGPS/PROEN
21 - Início da solicitação de Estudos de Progressão Parcial
31 - Data final do envio do Relatório Anual 2018 das Ações de Permanência e Êxito pelos campi.

ABRIL

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
	01	02	03	04	05	06
07	08	09	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

22 Dias Letivos

01 e 30 - Processo Seletivo 2019/2 - Subsequente: divulgação, publicação, inscrições - CGPS/PROEN
01 a 06 e 22 a 28 - **Atenção:** para Curso Técnico de Nível Médio em Florestas para o Povo Jarawara - Forma Concomitante
05 - Data limite para submissão de Projetos dos JIFAM 2019
08 a 12 - V Encontro dos Núcleos de Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais/NAPNEs - PROEX
18 - Início do período de Trancimento de Matrícula (Subsequente, EJA, Concomitante e Integrada)
12 - Prazo limite para requerer o Trancimento de Matrícula (Subsequente, EJA, Concomitante)
19 - Paixão de Cristo
21 - Trindades / Flocos - Feriado Nacional
23 - Término da 1ª Etapa
24 - Início da 2ª Etapa
24 - Período para início de solicitação de trancimento de matrícula (Integrado)
25 - Data Limite para o lançamento de diários (1ª Etapa)
26 - Publicação dos Atas Parciais
22 e 25 - Seminário de Empreendedorismo - PROEX
25 - **Reunião Pedagógica:** Planejamento das Práticas Integradoras e Atividades Complementares - Diretorias de Ensino dos campi
27 - Sábado Letivo referente o dia 08/03/19 - Sexta-feira
30 - Conselho de Classe Diagnóstico / Prognóstico - Forma Integrada.

MAIO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
			01	02	03	04
05	06	07	08	09	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

23 Dias Letivos

01 - Dia Mundial do Trabalho - Feriado
03 - Reunião de pais e mestres (Entrega de Boletins 1ª Etapa)
04 - Sábado Letivo referente o dia 30/08/19 - Sexta-feira
06 a 10 e 20 a 24 - **Atenção:** para Curso Técnico de Nível Médio em Florestas para o Povo Jarawara - Forma Concomitante
12 - Dia das Mães
13 a 15 - Encontro dos Comitês de Gestores: Ensino, Pesquisa e Extensão. (PPG, PROEN e PROEX)
16 e 17 - IV Encontro de Integração: Ensino, Pesquisa e Extensão (PPG, PROEN e PROEX)
17 - Data limite para solicitação de trancimento de matrícula (Integrado)
18 - Dia Nacional de Combate ao abuso e exploração sexual de Crianças e Adolescentes - Diretores Gerais dos campi e PROEN
30 - **Reunião Pedagógica:** Planejamento das Práticas Integradoras e Atividades Complementares - Diretorias de Ensino dos campi

FEBREIRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
						01 02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28		

17 Dias Letivos

01 - Início do Ano Acadêmico
01 - Aniversário do campus Lábrea
01 e 05 - Matrículas - Preenchimento de vagas remanescentes.
04 e 05 - Planejamento Pedagógico
06 - Início do Ano Letivo 1º Semestre Letivo
07 - Data limite de envio à PROEN e à CGPS das demandas preliminares de oferta de cursos e vagas para 2019/2 - Diretores Gerais dos campi
08 - Término do prazo para solicitação de Estudos de Progressão Parcial
11 - Data limite de envio à PROEN das propostas de Novos Projetos Pedagógicos de Cursos para ingresso em 2019/2 - Diretores Gerais dos campi
11 a 15 - Período de solicitação de Aproveitamento de Estudos Modalidade Subsequente
15 - Data limite para envio à PROEN e à CGPS do Relatório Final do Processo Seletivo 2019/1
25 - Data limite para publicação dos Editais Socioassistenciais e Projetos Integrados pelos campi (2019/1) - Diretores Gerais dos campi

MARÇO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
						01 02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

17 Dias Letivos

04 e 05 - Ponto facultativo / Carnaval
06 - Quarta-Feira de Cinzas - Ponto Facultativo (até às 14h)
07 - Feriado Municipal: Aniversário de Lábrea
08 - Ponto Facultativo / Prazo final para entrega dos Planos de Ensino e do PIT
15 - Publicação do resultado de Aproveitamento de Estudos (Subsequente)
15 - Data limite de envio à PROEN e à CGPS das demandas definitivas de oferta de cursos e vagas para 2019/2 - Diretores Gerais dos campi
18 - Início do período de Trancimento de Matrícula (Subsequente, EJA, Concomitante e Integrada)
18/03 a 07/06 - **1º Módulo em Alternância** para Curso Técnico de Nível Médio em Florestas para o Povo Jarawara - Forma Concomitante
25 - **Reunião Pedagógica:** Planejamento das Práticas Integradoras e Atividades Complementares - Diretorias de Ensino dos campi
29 - Data limite para a pré-inscrição para as modalidades no JIFAM 2019
30 - Sábado Letivo referente o dia 07/03/19 - Quinta-feira

JUNHO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
						01
02	03	04	05	06	07	08
09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

21 Dias Letivos

01 - Festival Folclórico do IFAM/Campus Lábrea
03 a 04 - Encontro de Coordenadores de Estágio e Egressos - PROEX
08 e 15 - Jogos Intercampi - JIFAM 2019: 02 sábados letivos
10/06 a 25/10 - **2º Módulo em Alternância** para Curso Técnico de Nível Médio em Florestas para o Povo Jarawara - Forma Concomitante
20 - Corpus Christi - Feriado Nacional
28 - Data limite para publicação dos Editais Socioassistenciais 2019/2 - Diretores Gerais dos campi
28 - Data limite de envio à PROEN e à CGPS das demandas preliminares de oferta de cursos e vagas para 2020/1

Legenda:

● Feriados
● Férias docentes
● Ponto Facultativo
● Conselho de Classe Diagnóstico/ Prognóstico
● Início e Término da Etapa/Semestre
● Exame final
● Sábado Letivo

Ensino Técnico

JULHO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
		01	02	03	04	05
	06	07	08	09	10	11
	12	13	14	15	16	17
	18	19	20	21	22	23
	24	25	26	27	28	29
	30	31				

AGOSTO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
				01	02	03
	04	05	06	07	08	09
	10	11	12	13	14	15
	16	17	18	19	20	21
	22	23	24	25	26	27
	28	29	30	31		

SETEMBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
				01	02	03
	04	05	06	07	08	09
	10	11	12	13	14	15
	16	17	18	19	20	21
	22	23	24	25	26	27
	28	29	30			

Legenda:

● Feriados ● Férias docentes ● Ponto Facultativo ● Conselho de Classe Diagnóstico/ Prognóstico ● Início e Término de Etapa/Semestre ● Exame final ● Sábado Letivo

09 Dias Letivos (1ª Sem. – 02 dias letivos / 2ª Sem. – 07 dias letivos)
 02 – Término do 1º Semestre Letivo – 102 dias letivos
 03 e 04 - Exames Finais: Subsequente/EJA
 04 - Data Limite para o lançamento de diários (2ª Etapa)
 05 - Publicação das Atas Parciais e Finais
 05 - Conselhos de Classe Diagnóstico/Prognóstico e Final (Subsequente / PROEJA)
 05 - Data limite para envio à CGPS do quantitativo de vagas remanescentes do Processo Seletivo 2019/2
 08 a 22 - Recurso Escolar / Férias Docentes.
 08 e 31 de julho - Processo Seletivo para preenchimento de vagas remanescentes - CGPS/PROEN
 23 - Início do 2º Semestre Letivo
 23 e 24 - Planejamento Pedagógico – Diretorias de Ensino nos campi
 29 - Reunião de pais e mestres (Entrega de Boletins 2ª Etapa)
 29 a 31 - Período de solicitação de Aproveitamento de Estudos - (Subsequente)
 22 Dias Letivos
 05 a 09 - III SEMI e III Simpósio de EJA – DDEB/PROEN
 05 a 09 e 19 a 23 - **Alémnia** para Curso Técnico de Nível Médio em Florestas para o Povo Jarawara - Forma Concomitante
 06 a 08 – Encontro dos Núcleos de Formação Humana e Pesquisa Aplicada em Pesca, Aquicultura, Portos e Navegação – NUPA'S – PROEX
 10 – Sábado Letivo referente o dia 06/09/19 – Sexta-feira
 11 - Dia do Estudante / Dia dos Pais
 15 - Data limite de envio à PROEN e à CGPS das demandas definitivas de oferta de cursos e vagas para 2020/1 - Diretores Gerais dos campi
 16 - Data limite para envio à PROEN e à CGPS do Relatório Final do Processo Seletivo 2019/2 - Diretores Gerais dos campi
 27 - Início do período de Trancamento de Matrícula (Subsequente, EJA, Concomitante) / Prazo final para entrega dos Planos de Ensino e do PIT
 28 - Reunião Pedagógica: Planejamento das Práticas Integradoras e Atividades Complementares – Diretorias de Ensino dos campi
 30 – Feriado Municipal - Festa do Sol

18 Dias Letivos
 02 a 29 - Processo Seletivo 2020/1: divulgação, publicação, inscrições - CGPS/PROEN
 05 - Eleição do Amazonas à categoria de Província – Feriado Estadual.
 06 - Ponto Facultativo
 07 - Independência do Brasil – Feriado Nacional
 09 - Publicação do resultado de Aproveitamento de Estudos (Subsequente) – Diretorias de Ensino dos campi
 10 a 12 - VI Encontro de Representantes das Bibliotecas do IFAM – CGB/PROEN
 13 - Data Limite de envio à PROEN das propostas de Novos Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos para Ingresso em 2020/2
 16 a 17 - Encontro dos Núcleos de Estudos Afrodescendentes e Indígenas – NEABIS – PROEX
 24 - Reunião Pedagógica: Planejamento das Práticas Integradoras e Atividades Complementares – Diretorias de Ensino dos campi
 28 - Prazo limite para requerer o Trancamento de Matrícula (Subsequente, EJA, Concomitante)
 30 - Data limite para envio do Calendário Acadêmico 2020 dos campi à PROEN – Diretores Gerais dos campi
 30 - Término da 1ª Etapa

OUTUBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
		01	02	03	04	05
	06	07	08	09	10	11
	12	13	14	15	16	17
	18	19	20	21	22	23
	24	25	26	27	28	29
	30	31				

NOVEMBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
					01	02
	03	04	05	06	07	08
	09	10	11	12	13	14
	15	16	17	18	19	20
	21	22	23	24	25	26
	27	28	29	30		

DEZEMBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
						01
	02	03	04	05	06	07
	08	09	10	11	12	13
	14	15	16	17	18	19
	20	21	22	23	24	25
	26	27	28	29	30	31

22 Dias Letivos
 30/09 a 04/10 - **Alémnia** para Curso Técnico de Nível Médio em Florestas para o Povo Jarawara - Forma Concomitante
 01 - Data limite para publicação de Editais para Agentes Demandantes – 2020/1 – CGPS/PROEN
 01 - Início da 4ª Etapa
 03 - Data Limite para o lançamento de diários (3ª Etapa)
 04 - Publicação das Atas Parciais
 07 a 11 - **Alémnia** para Curso Técnico de Nível Médio em Florestas para o Povo Jarawara - Forma Concomitante
 08 - Conselhos de Classe Diagnóstico/Prognóstico – Forma Integrada
 10 - Reunião de pais e mestres (Entrega de Boletins 3ª Etapa)
 12 - Nossa Senhora Aparecida – Feriado Nacional.
 15 - Dia do Professor
 21 a 25 - **Alémnia** para Curso Técnico de Nível Médio em Florestas para o Povo Jarawara - Forma Concomitante
 21 a 25 – SNCT e Semana de Integração Acadêmica Ensino, Pesquisa e Extensão – Pró-Reitorias e Diretorias Gerais dos campi
 28 - Dia do Servidor Público – Ponto Facultativo
 31 - Reunião Pedagógica: Planejamento das Práticas Integradoras e Atividades Complementares – Diretorias de Ensino dos campi
 A Definir - JIF Etapa Nacional.

19 Dias Letivos
 02 - Feriados – Feriado Nacional
 15 - Proclamação da República – Feriado Nacional
 20 - Dia da Consciência Negra – Feriado Estadual
 27 - Reunião Pedagógica: Planejamento das Práticas Integradoras e Atividades Complementares – Diretorias de Ensino dos campi

09 Dias Letivos
 07 – Sábado Letivo referente o dia 28/10/19 – Segunda-feira
 08 – N. S. da Imaculada Conceição – Feriado Estadual
 11 - Término do Ano Letivo / 2º Semestre Letivo – 98 dias letivos.
 12 - Data Limite para o lançamento de diários (4ª Etapa) / Processamento do sistema - Relatório para Exame Final
 13 - Publicação das Atas Parciais - Convocação para os Exames Finais
 16 e 17 - Exames Finais
 18 - Processamento do Sistema/Emissão de relatório para os Conselhos de Classe/Conselho Final
 18 e 19 - Conselhos de Classe Finais
 20 - Publicação das Atas Finais
 25 - Natal
 30 - Fim do Ano Acadêmico



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

PROJETO POLÍTICO DE CURSO Nº 27/2019 - CPE/REITORIA (11.01.01.04.08.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 25 de Março de 2019

CLAB_PPCverso_CONSUP_Florestas_CONC_Jarawara_2018.2.pdf

Total de páginas do documento original: 135

(Assinado digitalmente em 09/04/2019 09:25)

SARA CARNEIRO DA SILVA

PRESIDENTE

268007

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>
informando seu número: **27**, ano: **2019**, tipo: **PROJETO POLÍTICO DE CURSO**, data de emissão:
25/03/2019 e o código de verificação: **ed772aa81a**